



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**28/05/2025
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senadora Tereza Cristina**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/05/2025.**

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 17/2025 - Não Terminativo -	SENADORA TEREZA CRISTINA	8
2	MSF 18/2025 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	71
3	MSF 19/2025 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	112

2ª PARTE - REUNIÃO DE TRABALHO

FINALIDADE	PÁGINA
Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para elaborar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil	152

3ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDL 323/2023 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	171

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)		
Renan Calheiros(MDB)(10)(1)	AL 3303-2261 / 2262 / 2265 / 2268	1 Ivete da Silveira(MDB)(10)(1) SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(10)(1)	PE 3303-3522	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)(1) TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(10)(3) PB 3303-2252 / 2481
Efraim Filho(UNIÃO)(10)(3)	PB 3303-5934 / 5931	4 Alan Rick(UNIÃO)(10)(3) AC 3303-6333
Carlos Viana(PODEMOS)(9)(10)(8)	MG 3303-3100 / 3116	5 Marcos do Val(PODEMOS)(9)(10)(8) ES 3303-6747 / 6753
Tereza Cristina(PP)(10)	MS 3303-2431	6 VAGO(10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)		
Nelsinho Trad(PSD)(4)	MS 3303-6767 / 6768	1 Daniella Ribeiro(PP)(4) PB 3303-6788 / 6790
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	2 Sérgio Petecão(PSD)(4) AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Rodrigo Pacheco(PSD)(4)	MG 3303-2794 / 2795	3 Irajá(PSD)(4) TO 3303-6469 / 6474
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR 3303-2281	4 Cid Gomes(PSB)(4) CE 3303-6460 / 6399
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)		
Astronauta Marcos Pontes(PL)(2)	SP 3303-1177 / 1797	1 Marcos Rogério(PL)(2) RO 3303-6148
Wellington Fagundes(PL)(13)(14)(2)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Carlos Portinho(PL)(2) RJ 3303-6640 / 6613
Jorge Seif(PL)(2)	SC 3303-3784 / 3756	3 Dr. Hiran(PP)(11) RR 3303-6251
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	4 VAGO
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)		
Randolfe Rodrigues(PT)(6)	AP 3303-6777 / 6568	1 Jaques Wagner(PT)(6) BA 3303-6390 / 6391
Humberto Costa(PT)(6)	PE 3303-6285 / 6286	2 Rogério Carvalho(PT)(6) SE 3303-2201 / 2203
Fabiano Contarato(PT)(6)	ES 3303-9054 / 6743	3 Beto Faro(PT)(6) PA 3303-5220
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)		
Esperidião Amin(PP)(5)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Luis Carlos Heinze(PP)(5) RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5) RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
- (12) Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
- (13) Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
- (14) Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
 HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 28 de maio de 2025
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

10ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Reunião de Trabalho
3ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Atualizações:

1. Inclusão da 2ª Parte: aprovação de plano do trabalho do GT comércio exterior; e inclusão de relatório na 1ª Parte (Item 1) (23/05/2025 12:01)
2. Inclusão de relatório nos Itens 2 e 3 (27/05/2025 13:26)
3. Inclusão da 3ª Parte: Aprovação de Projetos. (27/05/2025 13:59)
4. Alteração de descrição da matéria. (27/05/2025 15:12)
5. Idem (27/05/2025 15:58)
6. Inclusão do texto do Plano de Trabalho na 2ª Parte (27/05/2025 16:21)
7. correção de texto (27/05/2025 19:31)
8. idem (28/05/2025 09:02)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2025****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

Reunião de Trabalho

Finalidade:

Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para elaborar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil

Anexos da Pauta

[Requerimento de criação do GT](#)
[Plano de Trabalho](#)

3ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2023

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

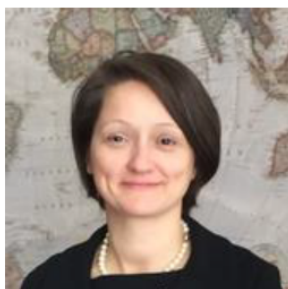
[Avulso inicial da matéria](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES

CPF.: **informações pessoais**

ID.: **informações pessoais**

1971 Nasce no **informações pessoais**, em **informações pessoais**

Dados Acadêmicos:

1994 Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1998 Programa de Formação e Aperfeiçoamento (PROFA – I) do Instituto Rio Branco
 2005 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) do Instituto Rio Branco
 2007 Mestrado em Direito Internacional Público (LLM), pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
 2011 Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com apresentação da tese "A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Posição Chinesa."

Cargos:

1996 Terceira-secretária
 2002 Segunda-secretária
 2006 Primeira-secretária, por merecimento
 2010 Conselheira, por merecimento
 2015 Ministra de segunda classe, por merecimento
 2023 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1998-2003 Departamento do Serviço Exterior, assistente e assessora.
 2001 Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, terceira-secretária em missão transitória
 2003-07 Embaixada do Brasil em Londres, segunda-secretária e primeira-secretária
 2007-10 Embaixada do Brasil em Pequim, primeira-secretária
 2010-14 Embaixada do Brasil em Yangon, primeira-secretária, conselheira comissionada ministra-conselheira e encarregada de negócios a.i.
 2014-16 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
 2016-18 Embaixada do Brasil em Singapura, ministra-conselheira
 2018-22 Embaixada do Brasil em Berlim, ministra-conselheira
 2022-23 Secretaria de Oriente Médio, Europa e África, chefe de gabinete
 2023- Departamento do Serviço Exterior, diretora

Condecorações

2019 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2025

(n° 443/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 443

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2025.

EM nº 00072/2025 MRE

Brasília, 9 de Abril de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 548/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta

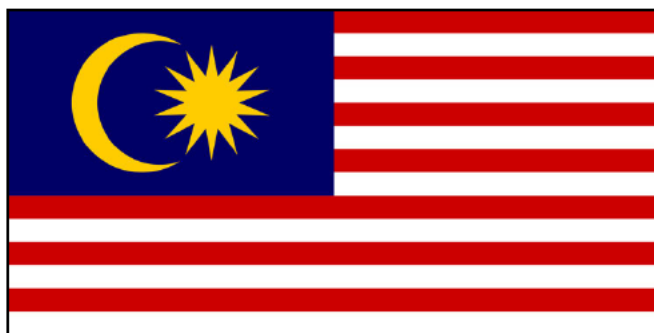


Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 25/04/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6598787** e o código CRC **C24E009B** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

DADOS BÁSICOS SOBRE A MALÁSIA**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****MALÁSIA**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2025

Nome Oficial:	Malásia
Gentílico:	Malásio (a)
Capital:	Kuala Lumpur
Área:	329,847 mil km²
População:	33,7 milhões
Línguas oficiais:	Malaio (oficial)
Principais religiões:	Islamismo (61%, oficial); budismo (20%); cristianismo (9%); hinduísmo (6%); outras (2%)
Sistema de governo:	Monarquia constitucional federal
Poder Legislativo:	Bicameral: Assembleia Nacional, composta por 70 membros, 44 nomeados pelo rei e 26 indiretamente eleitos, com mandatos de 3 anos; e Assembleia Popular, composta por 222 assentos, diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
Chefe de estado:	Sultão Ibrahim Ibni Almarhum Sultan Iskandar (desde 31/01/2024)
Chefe de governo:	Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim (desde 24/11/2022)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Mohamad bin Hasan (desde 12/12/2023)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 439,75 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 1,37 trilhão
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 13.140
PIB <i>PPP per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 41.020
Variação do PIB (FMI):	8,9% (2022); 3,6% (2023); 4,8% (2024); 4,4% (2025, est)
IDH (2021, PNUD)	0,803 (62ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2024)	US\$ 5,86 bilhões (+5,9%)
Saldo da balança comercial (2024)	Superávit de US\$ 2,75 bilhões
Total exportações brasileiras (2024)	US\$ 4,30 bilhões (+5,9%); 17º destino
Principais produtos exportados	Minério de ferro (37%); óleos brutos de petróleo (28%); açúcares e melaço (18%); algodão (3,0%); e milho (2,6%).
Total importações brasileiras (2024)	US\$ 1,55 bilhão (+5,9%); 29ª origem
Principais produtos importados	Componentes eletrônicos (20%); pneus de borracha (7,7%); equipamentos de telecomunicações (6,6%); e máquinas de processamento de dados (4,6%)
Investimentos do Brasil na Malásia	Vale (terminal logístico) e WEG (subsidiária para a venda de motores nos países da ASEAN e na Ásia como um todo)
Investimentos da Malásia no Brasil	Petronas (produção de lubrificantes e aquisição de campos de petróleo na Bacia de Campos), Sapura Energy e Yinson.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor ou em negociação.
Alfabetização (2019):	93,7%
Índice de desemprego (2023, FMI):	3,6%
Unidade monetária:	Ringgit
Embaixador em Brasília:	Aguarda designação
Embaixador em Kuala Lumpur:	Embaixadora designada Daniella Ortega de Paiva Menezes
Brasileiros no país:	Pouco mais de 420 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)									
Brasil → Malásia	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025¹
Intercâmbio	3.366,4	3.924,1	4.096,7	4.373,0	6.428,2	5.461,3	5.535,2	5.863,1	1.126,2
Exportações	1.829,6	2.489,6	2.827,9	3.202,7	4.689,4	3.841,8	4.066,5	4.307,4	756,0
Importações	1.536,8	1.434,5	1.268,7	1.170,3	1.738,8	1.519,5	1.468,7	1.555,7	370,2
Saldo	292,8	1.055,1	1.559,2	2.032,4	2.950,6	2.322,3	2.597,8	2.751,7	385,8

1. Dados até março

APRESENTAÇÃO

A Malásia situa-se no Sudeste Asiático, com território dividido entre o sul da Península Malaia e o norte da Ilha de Bornéu. Sua atual conformação remonta à fusão, em 1963, da Federação Malaia, que unia monarquias malaias da península que se tornaram independentes da Grã-Bretanha, em 1957, com Singapura, Sabah (então Bornéu do Norte) e Sarawak, duas ex-colônias britânicas na ilha de Bornéu. Em 1965, tensões políticas culminaram na expulsão de Singapura e formação da atual Malásia entre os territórios remanescentes.

Embora multiétnica, a Malásia é país de maioria muçulmana e tem o islamismo como religião oficial. Apresenta elevados níveis de crescimento econômico há décadas, com grande abertura comercial e integração às cadeias globais de valor. Juntamente com Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, integra a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), agrupamento com ampla rede de acordos comerciais – tanto regionais, firmados conjuntamente pelo bloco com terceiros, quanto bilaterais, firmados por seus membros individualmente. Tem, ainda, atuação destacada nas relações internacionais da região.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Sultão Ibrahim ibni Almarhum Sultan Iskandar**

Chefe de Estado

Título original: *XVI Yang di-Pertuan Agong*

Nascido em 22 de novembro de 1958, tem ascendência malaia-britânica. Seu pai era o sultão Iskandar ibni Almarhum Sultan Ismail. Estudou na "Fletcher School of Law and Diplomacy", em Boston, e em academias militares na Malásia e nos Estados Unidos. Ascendeu ao trono do estado de Johor em janeiro de 2010 e foi coroado em março de 2015. É um dos mais ricos empresários da Malásia, com negócios nos setores de imóveis, telecomunicações e geração de energia.

Assumiu como rei da Malásia, em 31 de janeiro de 2024 - a Malásia possui peculiar sistema de monarquia rotativa e eletiva, pela qual os nove sultões escolhem entre si, com base em costumes locais, quem será o próximo rei do país, pelo prazo de 5 anos.

Anwar Ibrahim
Primeiro-Ministro



Nascido em 1947, Anwar Ibrahim possui longo histórico na vida política. É considerado reformador moderado, com propostas progressistas e laicas. Durante o governo do primeiro-ministro Mahathir Mohamad (1981-2003), foi vice-primeiro-ministro entre 1993 e 1998, além de exercer diversos cargos ministeriais. Foi ministro da Cultura, Juventude e Esportes (1983-1984), da Agricultura (1984-1986), da Educação (1986-1991) e das Finanças (1991-1998).

Em razão de acusações de corrupção e de conduta contra os costumes, Anwar Ibrahim esteve preso entre 1999 e 2004 e, posteriormente, entre 2015 e 2018, tendo sido libertado por meio de perdão do rei da Malásia. Foi, ainda, líder da oposição de 2008 a 2015 e de 2020 a 2022. Sua esposa, Wan Azizah binti Wan Ismail, foi vice-primeira-ministra entre 2018 e 2020, durante nova gestão do primeiro-ministro Mahathir Mohamad. Tomou posse como primeiro-ministro em 24 de novembro de 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama Geral

As relações entre o Brasil e a Malásia foram estabelecidas em 1959, dois anos após a independência do país. Em 1981, foram abertas as embaixadas em Brasília e em Kuala Lumpur. As relações, tradicionalmente amparadas na vertente econômico-comercial, tem-se adensado politicamente nos últimos anos.

Do lado brasileiro, a única visita de chefe de Estado foi a do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Do lado malásio, o ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad esteve no Brasil em três oportunidades - 1991, 1992 (para a Rio 92) e 2003. Em novembro de 2024, o primeiro-ministro Anwar Ibrahim esteve no Rio de Janeiro para participar, como convidado, da Cúpula do G20. Na ocasião em encontro bilateral, estendeu convite ao Sr. PR para participar, como convidado da presidência da Malásia, na Cúpula da ASEAN, a realizar-se em outubro de 2025. Os dois líderes haviam mantido contato telefônico em janeiro de 2024.

O ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou a Malásia em agosto de 2024, quando foi recebido pelo primeiro-ministro Anwar Ibrahim e se reuniu com seu homólogo, Mohamad Hasan. O ministro da Agricultura da Malásia, Mohamad Sabu, visitou o Brasil em agosto de 2024, quando manteve encontro com o ministro da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro.

Brasil e Malásia mantêm mecanismo de interlocução política regular: o Mecanismo de Consultas Políticas, cuja primeira reunião foi realizada em setembro de 2024; e a Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2022.

A Malásia sobressai como liderança no Sudeste Asiático e no mundo islâmico, com postura não-alinhada e pragmática. Em janeiro de 2025, passou a integrar o BRICS, na condição de “país parceiro”.

Cooperação em Meio Ambiente e Mudança do Clima

Identifica-se grande convergência de posições entre os dois países, com apoio malásio a diversas iniciativas brasileiras. A potencial centralidade de meio ambiente e mudança do clima para a relação bilateral evidencia-se na Declaração Conjunta adotada após encontro entre os chanceleres à margem da COP-28, em dezembro de 2023, em Dubai.

Dentre as iniciativas envolvendo os dois países, destacam-se: a adesão da Malásia ao Comunicado "Unidos por Nossas Florestas"; o encontro entre ministros de Meio Ambiente à margem da COP 28, em dezembro de 2023; o convite da presidência do Brasil do G20 para participação da Malásia na Iniciativa sobre Bioenergia (GIB) e no Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática (ECSWG); o apoio da Malásia à iniciativa brasileira "Tropical Forest Forever Facility" (TFFF); e encontro entre os ministros do Meio Ambiente à margem da COP 16 (Biodiversidade) em Cali, em outubro de 2024.

Cooperação em Semicondutores

A possibilidade de desenvolver parcerias no setor de semicondutores foi suscitada pelo Sr. Presidente da República durante conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim, em fevereiro de 2024. O tema também foi objeto dos encontros entre o chanceler Mauro Vieira e o primeiro-ministro malásio, em agosto de 2024, e entre o Sr. PR e o primeiro-ministro malásio, às margens da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro último.

No âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação, o Brasil participou com estande próprio na feira SEMICON SEA, em ação que facilitou a atração dos atores brasileiros do ecossistema de semicondutores. A delegação brasileira foi integrada por membros do governo, do setor privado e de instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) e da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI).

Em novembro de 2024, foram celebrados memorandos de entendimento com entidades malásias, envolvendo a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) com a MSIA ("Malaysia Semiconductor Industry Association"); e entre o Instituto Eldorado e o MIMOS, agência malásia de pesquisa e desenvolvimento em semicondutores.

Cooperação Técnica

O Brasil apresentou, em setembro de 2024, minuta preliminar de Acordo Básico de Cooperação Técnica, iniciando processo de negociação de texto-base para a cooperação técnica bilateral. A Malásia já indicou interesse em receber cooperação em áreas como coco, soja, milho e aquicultura. No caso de

aquicultura, foi realizada missão técnica de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação em abril de 2024.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Malásia é estimada em 500 nacionais. A maioria dos brasileiros residentes na Malásia atua nos setores de energia e mineração (Petronas e Vale) e esportivo (técnicos e jogadores de futebol).

O Brasil possui, além do setor consular da Embaixada em Kuala Lumpur, Consulado Honorário em George Town, com jurisdição sobre os estados de Penang e Kedah. Há registro de um nacional detido na Malásia pelo tráfico de entorpecentes.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Malásia é uma monarquia constitucional federada. O rei é escolhido por rodízio entre os soberanos de nove dos treze estados malásios, para mandato de cinco anos. O atual chefe de estado assumiu em 31/01/2024.

O Parlamento é bicameral, constituído pela Assembleia Popular, com 222 assentos, eleitos por voto distrital para mandatos de cinco anos, e Assembleia Nacional, com 44 membros indicados pelo Rei e 26 eleitos pelas assembleias estaduais, para mandato de três anos, com uma reeleição. A última eleição geral ocorreu em novembro de 2022.

Desde a independência em 1957 até 2018, a Malásia era governada por coalizões, cujo partido dominante era a Organização Nacional dos Malaios Unidos (UMNO). Nas eleições de maio de 2018, contudo, o partido sofreu inédita derrota para o recém-criado Partido Nativo Unido Malásio (*Bersatu*), tendo assumido o cargo de primeiro-ministro o veterano Mahathir Mohamad, que já desempenhara a função entre 1981 e 2003.

Desde então, houve uma série de renúncias e trocas de primeiros-ministros. Mahathir Mohamad renunciou em fevereiro de 2020. Pouco mais de um ano após assumir, Muhyiddin Yassin (*Bersatu*) renunciou em agosto 2021, tendo assumido o ministro da defesa e vice-primeiro-ministro, Ismail Sabri (UMNO).

Em outubro de 2022, Ismail Sabri anunciou a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições-gerais, com a expectativa de reforçar a posição da

UMNO. A coalização governista foi somente a 3ª mais votada. Em 24 de novembro de 2022, foi confirmado como primeiro-ministro o líder da oposição, Anwar Ibrahim.

Anwar Ibrahim, político experiente, esteve preso por duas vezes em razão de acusações de corrupção e de conduta contra os costumes, entre 1999 e 2004 e, posteriormente, entre 2015 e 2018, tendo sido libertado por meio de perdão real.

Desde agosto de 2022, o ex-primeiro-ministro Najib Razak (2009-2018) cumpre pena de 12 anos de prisão por corrupção. Razak foi o primeiro ex-mandatário a ser condenado e preso. Em março de 2023, foi a vez do ex-primeiro-ministro Muhyiddin Yassin (2020-2021) ser preso e indiciado por crimes envolvendo abuso de poder e lavagem de dinheiro.

Sociedade e Religião

A Malásia é país multiétnico de maioria muçulmana, onde o islamismo é religião oficial. De acordo com a constituição do país, os integrantes da etnia malaia são muçulmanos natos, e o nascimento ou a conversão à fé islâmica são legalmente irreversíveis.

A lei islâmica e o sistema legal civil coexistem, de acordo com a constituição do país. A organização e a instauração dos processos civis e islâmicos são constitucionalmente objeto da jurisdição federal e estadual. Cortes civis têm jurisdição sobre todos os cidadãos, enquanto as cortes islâmicas têm jurisdição apenas sobre as pessoas que professam a religião islâmica.

O país adota, desde 1971, medidas de ação afirmativa em favor dos malaio que, apesar de maioria, respondiam por parcela minoritária da renda nacional. Ainda hoje permanecem debates acerca da manutenção das medidas que favorecem os malaio, sobretudo por parte da população de etnia chinesa. A etnia malaia continua a dispor de diversas facilidades, a exemplo de tratamento preferencial para a obtenção de empregos no serviço público, vagas em universidades públicas e taxas de financiamento imobiliário.

POLÍTICA EXTERNA

Linhas gerais

As grandes linhas da política externa da Malásia são a ênfase no multilateralismo e no regionalismo; a defesa da solidariedade muçulmana; o

não-alinhamento; e a adoção de postura pragmática nos relacionamentos bilaterais. Igualmente, o comércio é um de seus principais vetores, dada sua localização estratégica no estreito de Málaca e sua importância para a economia do país.

A Malásia é membro fundador da ASEAN e ocupou por quatro vezes assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (a última das quais no biênio 2015-2016), além de ser membro ativo da Organização Marítima Internacional e da *Commonwealth of Nations*.

O país solidariza-se fortemente com a luta pela independência do povo palestino e condena a ocupação de territórios por Israel, país com o qual não mantém relações diplomáticas. Igualmente, há forte participação na Organização de Cooperação Islâmica (OCI) e no D8, mecanismo de concertação entre países islâmicos em desenvolvimento (Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia).

Política Externa: Relações Bilaterais

A China é a principal parceira comercial e a principal fonte de IEDs da Malásia. Cerca de 23% da população malásia é de origem chinesa, incluindo boa parte da elite econômica do país. Os dois países possuem Parceria Estratégica Abrangente desde 2013. Apesar disso, a Malásia não se furta a protestar quando há violação de seu mar territorial ou espaço aéreo no Mar do Sul da China. No entanto, é tida como “demandante silenciosa”, em contraste às posturas mais vocais de Filipinas e Vietnã.

Os Estados Unidos são o terceiro maior parceiro comercial da Malásia e o segundo maior investidor no país. Washington mantém importante programa de parceria com Kuala Lumpur na área de defesa, por meio de cursos de treinamento nos EUA e da realização de exercícios militares conjuntos. Apesar da importância das relações com os EUA, há preocupação do governo malásio em não parecer condescendente em relação a Washington, especialmente em relação ao conflito entre Israel e Palestina.

Singapura é o segundo maior parceiro comercial da Malásia. A interconectividade entre os dois países é vital para a Malásia e para boa parte da população e da economia do estado de Johor, o mais rico do país. Divergências referentes a espaço aéreo, águas territoriais e uso de recursos compartilhados têm sido tratadas de maneira pacífica. São frequentes as trocas de visitas de alto nível entre autoridades dos dois países.

Austrália e Malásia mantêm Parceria Estratégica Abrangente, estabelecida em 2021. Destaca-se o papel da educação e da segurança alimentar, dado o grande intercâmbio de estudantes e a função da Austrália como importante fornecedor de carnes e produtos agrícolas à Malásia. A relação, no entanto, não está imune a desconfortos, a exemplo da parceria AUKUS, integrada pela Austrália e criticada pela Malásia.

Indonésia e Malásia mantêm significativos vínculos culturais e históricos, além de importante parceria comercial e de investimentos. A despeito das frequentes visitas de alto nível, alguns pontos de discordância permanecem, como as condições de trabalho de funcionários domésticos indonésios na Malásia e desentendimentos fronteiriços menores.

Conflito em Gaza

A Malásia mantém posição de amplo apoio à causa palestina. Para a elite política do país, em sua maior parte de etnia malaia e de religião muçulmana, a defesa da Palestina constitui pauta inegociável. O tema é sensível na política interna do país. Além disso, a Malásia é liderança importante na Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

O país sustenta que os palestinos têm o direito de viver em Estado com fronteiras internacionalmente reconhecidas, baseadas nos limites anteriores a 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. A Malásia não mantém relações diplomáticas com Israel e reitera, em diversas oportunidades, críticas às ações daquele país, denunciando sua "política de apartheid e expropriação".

O Ministério de Relações Exteriores da Malásia saudou, em janeiro de 2024, decisão do governo sul-africano de iniciar procedimento perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) em razão de supostas violações cometidas por Israel às obrigações assumidas no contexto da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948.

O PM Anwar Ibrahim elogiou a posição do Brasil sobre a situação na Palestina e defendeu que o Brasil fosse convidado a participar de reunião extraordinária da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) sobre o conflito em Gaza. Anwar Ibrahim disse à época ser favorável à ideia de estender convite para tal reunião a "like-minded countries" de fora do mundo islâmico.

Iniciativa AUKUS

A Malásia mantém postura crítica à AUKUS desde seu lançamento em setembro de 2021. À época, o então chanceler da Malásia, Saifuddin Abdullah, convocou, simultaneamente, o embaixador dos Estados Unidos e os altos comissários de Austrália e do Reino Unido para prestarem explicações. O então primeiro-ministro Ismail Sabri manteve conversa telefônica com o então primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, a respeito do tema.

Em comunicado de março de 2023 a respeito da Declaração de Líderes do AUKUS, a Malásia manteve sua postura crítica ao pacto, que promoveria a militarização do Sudeste Asiático. A nota da chancelaria local instou as partes envolvidas a evitarem provocações que poderiam desencadear uma corrida armamentista e afetar a paz e a segurança. O país entende que o acordo gera instabilidade desnecessária no Sudeste Asiático por promover a militarização da região, além de antagonizar diretamente os EUA com a China, principal parceiro econômico-comercial de Kuala Lumpur.

A referida nota reitera a posição malásia e conclama todos os países envolvidos a cumprirem o regime legal malásio que disciplina a operação de submarinos de propulsão nuclear em águas locais, citando, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático e a Declaração da ASEAN sobre a Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desenvolvimento Econômico

A Malásia, nas últimas três décadas, transformou-se de produtor de commodities em importante exportador de bens e serviços de maior valor agregado, em processo de industrialização que combinou atração de investimentos e políticas orientadas para exportação.

A Malásia é um dos maiores exportadores mundiais de eletroeletrônicos, item que corresponde a 40% de suas exportações. Seis das doze maiores companhias multinacionais do setor estão instaladas no país. Nos últimos anos, a Intel anunciou investimentos de US\$7 bilhões na expansão de suas operações no país (2021), e, em 2023, a Texas Instruments anunciou plano para a expansão de suas operações, de cerca de US\$ 3,1 bilhões.

Atualmente, a Malásia é importante exportador global de semicondutores e ponto nodal da cadeia de valor mundial de chips. O desenvolvimento da

indústria no país da década de 1970. A indústria presente é focada nas etapas de montagem e testes da cadeia de suprimentos, porém a política de ciência, tecnologia e inovação da Malásia busca ativamente aproveitar as capacidades existentes para alcançar a fronteira da tecnologia no setor, inclusive o design, fabricação e testes de chips avançados.

Petróleo e óleo de palma

Há cerca de 3.500 empresas de petróleo e gás na Malásia, locais e estrangeiras. A estatal petrolífera Petronas é uma das vinte mais importantes do mundo e é a segunda maior fonte de recursos do governo malásio, responsável por 15% do PIB e 20,7% da receita total do governo. Está em construção empreendimento conjunto entre a Petronas e a Saudi Aramco, com objetivo de dobrar a capacidade de refino do país e aumentar as exportações de petróleo.

A Malásia é o segundo maior produtor mundial de óleo de palma, produto que pode ser usado tanto para alimentação humana, quanto para combustível. Ao longo das últimas cinco décadas, o setor foi responsável por elevar à classe média aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Lei antidesmatamento da União Europeia

A principal preocupação diz respeito a uma nova data de corte pelos europeus para avaliação do desmatamento com fins de produção de commodities, que atualmente é 31 de dezembro de 2020. A Malásia, juntamente com a Indonésia, tem buscado liderar as discussões em Bruxelas entre os países que serão mais duramente afetados pela nova legislação. Foi criada uma força-tarefa “ad hoc” trilateral (composta por representantes de Malásia, Indonésia e Comissão Europeia) sobre o regulamento antidesmatamento da UE, cuja primeira reunião teve lugar em Jacarta, em 4 de agosto de 2023.

Em 7 de setembro de 2023, foi encaminhada carta conjunta de 17 países em desenvolvimento a respeito da entrada em vigor, em 29 de junho, da chamada “lei antidesmatamento” da União Europeia (“EU Deforestation Regulation”). O Brasil é um dos países signatários desta carta endereçada às principais autoridades da União Europeia, incluindo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o então presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Certificação *halal*

A Malásia tem investido fortemente na criação de “ecossistema” de certificação islâmica, com vistas a tornar-se padrão internacional. O país busca firmar-se, ainda, como centro mundial de finanças islâmicas, já sendo origem da maior parte dos títulos islâmicos (*sukuk*) emitidos no mundo. Nesse contexto, o governo malásio tem organizado anualmente, desde 2005, o *World Islamic Economic Forum*, em diferentes países.

Inserção na Economia Global e Comércio Exterior

A Malásia tornou-se país altamente inserido na cadeia global de suprimentos (seu comércio exterior correspondeu em 2024 a cerca de 132% de seu PIB nominal). Em 2022, passou a fazer parte plenamente da Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) e da Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP), dois dos mais importantes acordos de livre-comércio da atualidade.

Participa, ainda, de instrumentos regionais de livre-comércio: o Acordo de Livre-Comércio da ASEAN e acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. O país mantém, ainda, acordos de livre-comércio com Austrália, Chile, Índia, Japão, Nova Zelândia, Paquistão e Turquia. Recentemente, o país finalizou as negociações de Acordo de Livre Comércio com os Emirados Árabes Unidos.

A Malásia registrou, em 2024, fluxo comercial de cerca de US\$ 650 bilhões (alta de 9,2% em relação a 2023), com um superávit de cerca de US\$ 31 bilhões -o país é superavitário desde 1998. Dados oficiais registraram exportações recordes de US\$ 340 bilhões e importações de US\$ 309 bilhões. A pauta exportadora do país possui como destaque o setor de eletroeletrônicos (quase 40% do total), seguido de petróleo; óleo de palma e maquinário.

Os principais destinos das exportações malásias foram Singapura (US\$ 52 bilhões); EUA (US\$45 bilhões); China (US\$45 bilhões); Hong Kong (US\$20 bilhões); Japão (US\$19 bilhões); e Taiwan (US\$15 bilhões).

As principais origens das importações malásias foram China (US\$67 bilhões); Singapura (US\$37 bilhões); EUA (US\$28 bilhões); Taiwan (US\$25 bilhões) e Japão (US\$16 bilhões).

Brasil: Comércio

O intercâmbio bilateral entre Brasil e Malásia tem crescido com intensidade desde 2018. Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 5,86 bilhões

(+5,9%), com exportações de US\$ 4,3 bilhões (+5,9%) e superávit brasileiro de US\$ 2,75 bilhões. A pauta exportadora brasileira foi composta por minério de ferro (37%), óleos brutos de petróleo (28%), açúcares e melaços (18%), algodão (3%) e milho (2,6%). As importações brasileiras foram principalmente de bens industrializados, como circuitos eletrônicos (20%), pneus de borracha (7,7%), máquinas de processamento de dados (4,6%) e máquinas e aparelhos elétricos (4,3%).

O Brasil exportou mais para a Malásia do que para Portugal, Reino Unido ou França. O saldo brasileiro com a Malásia foi o 9º maior do país no mundo.

Produtos do agronegócio

A venda de carnes *halal* brasileiras revela grande potencial, uma vez que a Malásia busca tornar-se *hub* para os Estados-Membros da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e para as diásporas muçulmanas ao redor do mundo, e o fato de o Brasil ser o principal exportador de carne *halal* do mundo.

Produtos ligados à cadeia do agronegócio têm representado cerca de 30% da pauta exportadora total do Brasil para a Malásia - em 2024, as vendas do agronegócio atingiram US\$ 1,27 bilhão, sendo o açúcar responsável por mais de 50% das exportações agrícolas brasileiras.

O setor de produtos alimentícios, no entanto, enfrenta dificuldades, geralmente decorrentes de barreiras de natureza não-tarifária, como as quotas de importação e a não habilitação de estabelecimentos exportadores. Atualmente, o Brasil possui somente quatro plantas autorizadas a exportar partes de frango *halal* para a Malásia, em um mercado de grande potencial ainda inexplorado. No final de 2024, foi criada a adidância agrícola junto à Embaixada em Kuala Lumpur.

Produtos de defesa

Outro setor de grande relevância na relação comercial bilateral é o de produtos de defesa. Em linha com sua orientação de país não-alinhado, sucessivos governos malásios têm adotado uma política de diversificação de fornecedores de material militar. O Ministério da Defesa da Malásia adquiriu, em 2002 e 2007, duas baterias do Sistema Astros II, produzido pela brasileira Avibrás. A necessária modernização, pelo país asiático, de sua frota de aeronaves de transporte, de patrulha marítima e patrulha de fronteiras terrestres poderá oferecer, igualmente, oportunidades para a Embraer, nos próximos anos.

Brasil: Investimentos

Entre os investimentos malásios no Brasil, destaca-se o setor de óleo e gás. A Petronas é a sétima maior produtora de óleo e gás e a quinta maior fabricante de lubrificantes no Brasil. A Sapura Energy tem investimentos de US\$ 1 bilhão no setor de petróleo e gás. A Yinson Production (YP) produz petróleo na bacia de Campos - estimam-se investimentos da empresa no Brasil de cerca de US\$ 4 bilhões. Recentemente, a Yinson adquiriu dois projetos de geração eólica no Ceará, que somam 486 MW de potência.

Pelo lado brasileiro, destacam-se operações da Vale na Malásia. O porto de Lumut hospeda o Terminal Marítimo de Teluk Rubiah, centro de distribuição de minério de ferro inaugurado pela Vale em 2014, e operado com exclusividade pela empresa brasileira. Lumut abriga centro de estocagem e “mistura” de minério para distribuição na Malásia e na China, assim como em demais mercados asiáticos, como Tailândia, Japão, Coreia, Taiwan e Singapura. A planta é um dos principais pontos logísticos para a empresa brasileira na Ásia e representa o maior investimento latino-americano na Malásia, com custo inicial de US\$ 1,4 bilhão. A WEG mantém subsidiária no país, com cerca de 40 funcionários, para a venda de motores nos países da ASEAN e da Ásia como um todo. Na Malásia, os principais produtos vendidos pela WEG são motores elétricos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1942-45	Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.
1946	Fundação da Organização Nacional dos Malaio Unidos (UMNO), que permaneceria no poder do país desde a independência até 2018.
1948	Territórios malaio sob dominação britânica são unificados sob o nome de Federação Malaia.
1948-60	Estado de emergência é instalado contra insurgência comunista local.
1957	A Federação Malaia declara independência do domínio britânico.
1963	Colônias britânicas de Sabah, Sarawak e Singapura se juntam à Federação Malaia e formam a Federação da Malásia.
1965	Singapura é separada da Federação da Malásia.
1969	Sérios episódios de violência étnica entre chineses e malaio.
1970	Tun Abdul Razak torna-se primeiro-ministro; formação da Frente Nacional (<i>Barisan Nasional – BN</i>).
1971	Governo introduz política de quotas para malaio em diversos setores da sociedade, tais como negócios, educação e serviço público.
1977	Expulsão do ministro-chefe (governador) de Kelantan do Partido Pan-Islâmico da Malásia (PAS) resulta na expulsão do PAS da Frente Nacional.
1978-79	Refugiados vietnamitas recebem asilo político irrestrito.
1981	Mahatir Mohamad torna-se primeiro-ministro.
1989	Comunistas insurgentes assinam acordo de paz com o governo malásio.
1993	Sultões perdem sua imunidade legal.
1997	Crise financeira na Ásia finaliza décadas seguidas de crescimento econômico no país.
1998	Vice-primeiro-ministro Anwar Ibrahim é demitido por Mahatir Mohamad e é preso acusado de crime de costumes, tendo como pano de fundo divergências entre os dois mandatários sobre a condução da política econômica do país.
2000	Ibrahim é considerado culpado por crime de costumes e sentenciado a nove anos de prisão, que são acrescidos à sentença de 6 anos por corrupção, ocorrida em julgamento controverso de 1999.
2001	Dezenas de pessoas são presas durante o embate étnico entre malaio e

	indianos.
2002	Nova legislação contra a imigração ilegal prevê açoitamento e prisão para ofensores. As novas leis provocam êxodo em massa de trabalhadores estrangeiros.
2003	Mahatir Mohamad deixa o cargo de primeiro-ministro após 22 anos e é substituído por Abdullah Badawi.
2004	Primeiro-ministro Badawi vence as eleições gerais e permanece como primeiro-ministro. Libertação de Anwar Ibrahim, após reversão da sentença de 2000. Tsunami atinge o Sudeste Asiático. A deportação de milhares de trabalhadores, em sua maioria indonésios, é suspensa.
2005	Trabalhadores ilegais recebem prazo de quatro meses de anistia para sair do país.
2006	Enchentes deslocam 60.000 pessoas no sul do país.
2007	Novas enchentes no sul do país provocam a evacuação de cerca de 70.000 pessoas. Falha a tentativa de Anwar Ibrahim de voltar à cena política (maio). Avançam as negociações entre parceiros da Malásia, Indonésia e Arábia Saudita de construir oleoduto de 310 km pelo estreito de Málaca para transporte de petróleo cru (maio).
2008	A coalizão governista BN tem o pior resultado em eleições em décadas, com a perda da maioria parlamentar de dois terços (março). O líder oposicionista Anwar Ibrahim é preso sob nova acusação de crime de costumes, o que aumenta as tensões políticas (julho).
2009	Badawi é substituído por seu vice, Najib Razak (abril).
2010	Crescem tensões religiosas após decisão judicial que permite não-muçulmanos usarem a palavra "Allah" (janeiro).
2011	Após grandes protestos em Kuala Lumpur (<i>Bersih 2.0</i>), primeiro-ministro anuncia criação de Comissão Parlamentar sobre reforma eleitoral (agosto).
2013	Tropas da Malásia atacam invasores filipinos em Bornéu, após confrontos locais deixarem cerca de 30 mortos (março). Eleições gerais mantêm no poder a coalização BN. Oposição, que obteve crescimento eleitoral, alega fraude (maio).
2014	Desaparecimento do voo MH370 da Malaysia Airlines (março). Outro voo da Malaysia, MH17, é abatido sobre a Ucrânia (julho).
2015	Ganham corpo investigações sobre o escândalo de corrupção envolvendo a estatal <i>1Malaysia Development Berhad</i> (1MDB). PM

	acusado de apropriar-se de recursos da estatal. Ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad reforça sua oposição a Najib, seu antigo aliado político.
2016	Ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad, ex-vice-primeiro-ministro Muhyiddin Yassin, entre outros ex-líderes da UMNO, fundam o Partido Nativo Unido Malásio (<i>Bersatu</i>), oposicionista.
2018	Aliança entre Mahathir Mohamad e o antigo adversário político Anwar Ibrahim, ainda na prisão, é decisiva ao resultar na inédita derrota da UMNO. Mahathir Mohamad assume como primeiro-ministro, sob o compromisso de transferir seu mandato para Anwar Ibrahim, após dois anos. Anwar recebe perdão real (maio) e é eleito deputado (outubro).
2019	Malásia submete pedido para estender os limites de sua plataforma continental além das 200 milhas, na Comissão sobre o tema (dezembro).
2020	Impasse político na coalizão governista (<i>Pakatan Harapan</i>) resulta na renúncia do veterano primeiro-ministro Mahathir Mohamad (fevereiro).
2020	O primeiro-ministro Muhyiddin Yassin forma nova coalizão e assume o cargo de primeiro-ministro da Malásia (março).
2021	Fragilidade da coalizão governista leva à renúncia do primeiro-ministro Muhyiddin Yassin (julho).
2021	Ismail Sabri, ministro da Defesa e vice-primeiro-ministro, consegue formar estreita maioria e assume como primeiro-ministro. Após três anos, a UMNO volta ao poder (agosto).
2022	O primeiro-ministro Ismail Sabri anuncia a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições gerais, com vistas a fortalecer a posição da UMNO. A coalizão da UMNO é apenas a terceira mais votada. O maior vencedor é o partido radical islâmico PAS (outubro).
2022	A coalizão PH (<i>Pakatan Harapan</i>), segunda mais votada nas eleições, costura a formação de gabinete liderado pelo primeiro-ministro Anwar Ibrahim, que assume em 24/11/2022.
2025	A Malásia assume a presidência rotativa da ASEAN

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Malásia
1981	Abertura da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur e da Embaixada da Malásia em Brasília
1991	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad
1992	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad, por ocasião da Rio-92
1995	Visita à Malásia do presidente Fernando Henrique Cardoso
1996	Visita do chanceler Luís Felipe Lampreia à Malásia
2000	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Syed Hamid Albar
2001	Visita ao Brasil do ministro da Defesa da Malásia, Najib Razak
2003	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad
2005	Visita ao Brasil do comandante das Forças Armadas da Malásia
2006	Visita ao Brasil do comandante da Força Aérea da Malásia, general Nik Ismail bin Nik Mohamed, por ocasião da feira LAAD
2008	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Rais Yatim, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN
2010	Visita à Malásia do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho
2011	Visita ao Brasil do ministro dos Transportes, Kong Choo Há, e do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Richard Riot Jaem
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente, Douglas Uggah Embas, por ocasião da Rio+20
2015	Visita ao Brasil da ministra das Mulheres, Família e Desenvolvimento Comunitário, Rohani Abdul Karim, para participar da Cúpula Mundial das Mulheres
2016	Visita ao Brasil do ministro da Juventude e dos Esportes, Khairy Jamaluddin Abu Bakar, como convidado dos Jogos Olímpicos
2016	Visita à Malásia do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi
2017	Criação de mecanismo de consultas políticas

2017	Visita à Malásia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira
2018	Lançamento, em Kuala Lumpur, do Conselho Empresarial Malásia-Brasil
2019	Abertura do mercado malásio para a exportação brasileira de bovinos vivos
2019	Petronas adquire, junto à Petrobras, 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde e do módulo III do campo de Espadarte
2019	Visita do Ministro do Comércio Internacional e Indústria (MITI) da Malásia, Sr. Darell Leiking, ocasião em que é assinado o Termo de Referência para a Comissão Mista Bilateral
2019	Comemoração dos 60 anos de relações diplomáticas
2019	Em leilão da ANP, a estatal malásia arremata três blocos na Bacia de Campos – dois em consórcio e o outro sozinha (outubro).
2019	O Brasil torna-se o maior destino de investimentos diretos malásios no exterior, em 2019
2022	Visita do enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô (setembro)
2022	Missão empresarial DPR-ApexBrasil visita Kuala Lumpur (setembro)
2022	Realizada a I Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia (setembro).
2023	Visita do S-SEASP a Kuala Lumpur (maio).
2023	Encontro entre o chanceler Mauro Vieira e seu homólogo , Zambry Abdul Kadir, à margem da COP-28, em Dubai (novembro)
2023	Encontro entre a ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e o ministro de Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental da Malásia, Nik Nazmi, à margem da COP-28, em Dubai (novembro)
2024	Presidente Lula mantém conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim (fevereiro)
2024	Visita à Malásia do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (agosto)
2024	Visita ao Brasil do primeiro-ministro, Anwar Ibrahim, para participar, como convidado, da Cúpula do G20. Na ocasião, mantém encontro bilateral com o Sr. PR (novembro)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo para o Estabelecimento de um Escritório para Fins Comerciais na Cidade de São Paulo, entre República Federativa do Brasil e Federação da Malásia	15/10/1981	15/10/1981	29/10/1981
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além	18/12/1995	30/10/1996	31/10/1996
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além	18/12/1995	06/08/1998	06/10/1998
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia	26/04/1996	15/12/1998	16/12/1998
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia relativo a Isenção Parcial de Exigência de Vistos	26/04/1996	28/10/1997	30/10/1997
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Cooperação Científica e Tecnológica	20/01/1996	-	Em ratificação pela outra parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BRUNEI DARUSSALAM



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE BRUNEI DARUSSALAM	
Nome Oficial:	Estado do Brunei Darussalam
Gentílico:	Bruneíno
Capital:	Bandar Seri Begawan
Área:	5.765 km ² - equivalente ao Distrito Federal
População:	456 mil (2024) – o dobro da população do Plano Piloto
Línguas oficiais:	Malaio (oficial)
Principais religiões:	A religião oficial do estado é o Islã, mas outros credos religiosos são tolerados. Estima-se que 82% da população seja muçulmana.
Sistema de governo:	Sultanato
Poder Legislativo:	Unicameral: Conselho Legislativo (<i>Majlis Mesyuarat Negara Brunei</i>), composto por 36 assentos, e membros nomeados pelo sultão. Função exclusivamente consultiva.
Chefe de Estado e de governo	Sultão Hassanal Bolkiah (desde 5 de outubro de 1967)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Sultão Hassanal Bolkiah (passou a acumular a função desde 22 de outubro de 2015)
PIB nominal (2024 FMI):	USD 16,7 bilhões (Brasil: USD 2,31 trilhões)
PIB PPP (2024 FMI):	USD 33,4 bilhões (Brasil: USD 4,89 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2024 FMI):	USD 37.020 (Brasil: USD 10.820)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024 FMI):	USD 95.040 (Brasil: USD 22.930)
Variação do PIB (FMI):	2,4% (2024); 1,4% (2023); -1,6% (2022); -1,6% (2021).
IDH (2022, PNUD)	0,823 (55ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2024)	USD 89,4 milhões (+455%)
Saldo da balança comercial (2024)	Déficit de USD 83,2 milhões
Total exportações brasileiras (2024)	USD 3,1 milhões (+416%)
Principais produtos exportados	Geradores elétricos giratórios e suas partes (70%); calçados (14%); despojos comestíveis de carne (12%)
Total importações brasileiras (2024)	USD 86,3 milhões (456%)
Principais produtos importados	Outros hidrocarbonetos (99,6%).
Investimentos de Brunei Darussalam no Brasil	Não há registro recente de investimentos bruneíno no Brasil.
Investimentos do Brasil em Brunei Darussalam	Não há registro.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor ou em negociação, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2022, PNUD):	74,55 anos
Alfabetização (2021):	97,6%
Índice de desemprego (2024, FMI):	4,9%
Unidade monetária:	Dólar de Brunei
Embaixador em Brasília:	O Alto Comissariado do Brunei Darussalam em Ottawa responde cumulativamente pelas relações com o Brasil. Atualmente, posto está vago.
Embaixador brasileiro (cumulatividade Kuala Lumpur)	Embaixadora designada Daniella Ortega de Paiva Menezes
Brasileiros no país:	Sem registros.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – USD milhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Brunei	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 ¹
Intercâmbio	0,93	1,18	1,82	0,85	1,2	21,31	16,13	89,4	12,6
Exportações	0,74	0,91	1,92	0,74	1,12	0,85	0,63	3,1	0,2
Importações	0,19	0,27	0,1	0,11	0,08	20,46	15,5	86,3	12,4
Saldo	0,55	0,64	1,82	0,63	1,04	-19,61	-14,87	-83,2	-12,2

1. Dados até março de 2025.

APRESENTAÇÃO

O Brunei Darussalam situa-se na Ilha de Bornéu, com área de pouco mais de 5.700 km² e fronteira terrestre com o estado malásio de Sarawak. Possui população de cerca de 450 mil pessoas. Apesar de sua pequena dimensão, detém o segundo maior PIB *per capita* do Sudeste Asiático, atrás apenas de Singapura, graças às exportações de petróleo e gás. É classificado como país desenvolvido e tem o segundo maior IDH dos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), imediatamente após Singapura.

Com base na renda gerada pelo petróleo, o governo mantém políticas que asseguram bom nível de vida à população, por meio de subsídios, amplo fornecimento de serviços públicos básicos e baixa carga tributária. Em anos recentes, o Brunei tem buscado diversificar sua economia, por meio de investimentos nos setores petroquímico, financeiro e de turismo.

Politicamente, o regime é fechado, porém estável. Apesar de o país contar com uma constituição, o sultão governa por decreto desde a independência do Reino Unido, em 1984. Coroado em 1967, o atual sultão, Hassanal Bolkiah, um dos chefes de estado mais ricos do mundo, é o monarca há mais tempo no poder no planeta.

PERFIL BIOGRÁFICO

Sultão Hassanal Bolkiah

*Sultão do Brunei, Primeiro-Ministro,
Ministro da Defesa, Ministro das Finanças
e Ministro dos Negócios Estrangeiros*



Nasceu em 15 de julho de 1946, na capital do Brunei, Bandar Seri Begawan. Foi coroado em 1967, aos 22 anos, quando o país ainda era um protetorado. Nessa condição, liderou as negociações com o governo britânico durante o processo de independência, entre 1978 e 1984.

Recebeu treinamento como oficial da Real Academia Militar Britânica de Sandhurst, no Reino Unido, entre 1966 e 1967, sendo habilitado a pilotar aviões e helicópteros.

Passou a acumular as funções de primeiro-ministro e de ministro das Finanças em 1984; a de ministro da Defesa e comandante em chefe das Forças Armadas bruneínas, em 1986; e a de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2015.

Erywan Pehin Yusof
Ministro dos Negócios Estrangeiros II



É mestre em Genética pela Universidade de Swansea. Trabalhou no setor de Agricultura da ASEAN entre 1994 e 2005, tendo posteriormente assumido o cargo na área de Comércio Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brunei Darussalam.

Participou das negociações do Acordo de Parceria Económica Brunei-Japão e do Acordo de Livre-Comércio ASEAN-Austrália-Nova Zelândia, concluído em 2007. Ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros II do Brunei Darussalam desde 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Brunei em 1984. As relações bilaterais são cordiais, porém pouco densas. Não há ainda acordos bilaterais, e os contatos políticos são esporádicos, ocorrendo sobretudo à margem de foros multilaterais. O embaixador brasileiro residente em Kuala Lumpur é acreditado junto ao governo bruneíno, ao passo que o alto comissário (embaixador) do Brunei no Canadá representa seu país junto ao Brasil, na condição de embaixador não-residente.

A última visita de alto nível bruneína ao Brasil ocorreu em 2018, quando o ministro do Desenvolvimento do Brunei, dato seri Suhaimi Gafaar, chefiou a delegação do país no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília. Em junho de 2012, esteve no Brasil o ministro de Energia do Brunei, Yasmin Umar, para participar da Conferência Rio+20. O príncipe Mohamed Bolkiah, então ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio do Brunei, visitou o Brasil em 2007, por ocasião da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

A última visita bilateral ocorreu em agosto de 2023, quando o então embaixador do Brasil em Kuala Lumpur entregou suas cartas credenciais ao sultão de Brunei. Na ocasião, agradeceu o apoio de Brunei para que o Brasil se tornasse Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN, processo iniciado sob a presidência bruneína da ASEAN em 2021. Durante a visita à capital bruneína, o embaixador manteve reuniões com autoridades da chancelaria e de outros ministérios do país. Nelas, manifestou o interesse brasileiro em retomar as negociações de um Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais e ouviu do lado bruneíno interesse em dialogar sobre certificação *halal*, especialmente com vistas à importação de carne de aves.

Em fevereiro de 2023, o então embaixador brasileiro havia estado em Bandar Seri Begawan para fazer entrega das insígnias e do diploma da Ordem de Rio Branco ao segundo ministro dos Negócios Estrangeiros de Brunei Darussalam, dato seri Erywan Pehin Yusof. A outorga da honraria decorreu do papel que se reputa ao Brunei pelo apoio ao estabelecimento da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.

Em 2013, a então subsecretária-geral política II havia visitado o Brunei com vistas a discutir temas da agenda bilateral e fazer gestões relativas à

candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Comércio exterior

O fluxo comercial entre Brasil e Brunei apresentava-se bastante modesto até o ano de 2021, com pequenos superávits em favor do Brasil. A partir de 2022, os fluxos elevaram-se, tendo atingido USD 89,4 milhões em 2024, impulsionados pelo significativo aumento das importações brasileiras de hidrocarbonetos bruneíno, no total de USD 86,3 milhões. Em 2024, Brunei foi a 82ª maior origem de importações brasileiras, salto de 14 posições comparado a 2023. A pauta exportadora brasileira em 2024 (USD 3,1 milhões) foi composta por 70% de geradores elétricos giratórios e suas partes, 14% de calçados e 12% de despojos comestíveis de carne.

Investimentos

De acordo com o Banco Central do Brasil, há registro de ingresso de investimento direto bruneíno no Brasil, em 2008, no valor de USD 8,83 milhões. Daqueles investimentos, 69% (USD 6 milhões) foram direcionados para atividades imobiliárias e o restante para *holdings* de instituições não-financeiras.

Expansão das exportações “halal”

Em contato com o embaixador brasileiro em Kuala Lumpur, autoridades bruneínas manifestaram interesse em expandir as importações de carne bovina e de frango brasileiras. Atualmente, Brunei importa esses produtos principalmente da Austrália e da Índia. A expansão das exportações é limitada, no entanto, pelas estritas regras da certificação “halal”. O país exige, para avaliar o quesito “halal”, a presença física de um técnico bruneíno em todas as fases de produção.

Acordo de Cooperação Técnica

Por iniciativa brasileira, iniciaram-se, em 2011, negociações para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Brunei. A mais recente minuta brasileira ao acordo foi enviada em novembro de 2024.

Durante reunião com o então embaixador do Brasil, em fevereiro de 2023, dato Erywan Pehin Yusof deixou transparecer, informalmente, interesse bruneíno em receber cooperação esportiva, principalmente em futebol. Há histórico de cooperação na área datando de 2011, no âmbito da FOCALAL, quando o Brunei enviou ao Brasil dois técnicos de futebol para participar de

curso do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, em parceria com a Federação Paulista de Futebol.

Mecanismo de Consultas Políticas

Brunei Darussalam é o único país da ASEAN com o qual o Brasil não possui mecanismo de consultas bilaterais. Minuta de memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas bilaterais entre Brasil e Brunei Darussalam foi proposta pelo Brasil em 2011, com negociações estando em curso desde então. O Brasil estuda envio de nova contraproposta no futuro próximo.

Assuntos Consulares

A assistência a brasileiros no Brunei é prestada pela Embaixada em Kuala Lumpur, Malásia (cumulatividade). Não há registro de brasileiros vivendo no país, ou de brasileiros presos. Tampouco há consulados itinerantes ou consulados honorários do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Brunei Darussalam foi protetorado do Reino Unido até 1984, ano em que se tornou independente. A ampla maioria da população é de etnia malaia e professa a fé islâmica. O sultão Hassanal Bolkiah, coroado em 1968, acumula os cargos de chefe de estado e de governo, além de ministro da Defesa, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. O Sultanato vive em estado de emergência desde 1962, quando as eleições foram anuladas após a vitória de partido de esquerda (PRB, Partido Popular do Brunei), hoje banido.

O país segue o que denomina de ideologia da “Monarquia Islâmica Malaia”, promulgada em 1984 e fundada na língua malaia e sua cultura tradicional, além de sua interpretação da religião muçulmana.

Nos termos da constituição bruneína de 1959, o sultão possui autoridade executiva plena e conta com cinco conselhos consultivos: o Conselho Privado, o Conselho Legislativo, o Conselho Religioso, o Conselho de Ministros e o Conselho de Sucessão.

Suspenso em 1984, o Conselho Legislativo foi restabelecido em 2004, por curto período, tendo sido novamente dissolvido em 2005 e, posteriormente,

recriado. Atualmente, o Conselho conta com 36 membros: o próprio sultão, o príncipe-herdeiro, 14 ministros e 20 membros designados pelo chefe de estado e de governo bruneíno. Cinco de seus membros são eleitos indiretamente por conselhos distritais. Analisa, entre outros temas, aqueles afetos ao orçamento e a políticas nacionais de desenvolvimento.

Há apenas um partido político legal, o Partido Nacional do Desenvolvimento, registrado em 2005. Na prática, a vida partidária é pouco dinâmica. De oposição, o Partido Nacional Democrático do Brunei (PKDB), formado em 1985, foi dissolvido em 1988 por suposta inadequação à legislação.

A Justiça bruneína tem composição mista, na qual coexistem cortes civis e islâmicas. Casos religiosos têm, como segunda instância, o Conselho Religioso, ao passo que matéria civil é revisada pela Corte de Apelações. Em 2013, o país anunciou que planejava introduzir novo código penal baseado na sharia. As regras foram finalmente implementadas em 2019, sob intensas críticas internacionais. O Brunei foi o primeiro país do Sudeste Asiático a adotar a sharia em nível nacional.

A ausência de contestação ao Sultanato tem grande relação com os benefícios custeados pela exploração do petróleo. Estão em vigor políticas de subsídio à moradia e à alimentação, baseada no arroz, além de amplo acesso a serviços de saúde e educação. Não há impostos sobre a renda pessoal ou sobre ganho de capital.

POLÍTICA EXTERNA

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ocupa papel de destaque na política externa do Brunei. O país integra a Associação desde sua independência, em 1984, e exerceu a presidência rotativa do bloco em 2021. Juntamente com outros membros (Malásia, Indonésia e Filipinas) faz parte da Área de Crescimento do Leste da ASEAN (*East ASEAN Growth Area*, BIMP-EAGA) subgrupo criado em 1994, com ênfase na promoção de comércio e investimentos.

O Brunei participa também de diversos outros fóruns e organizações multilaterais, como a ONU, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), a Cúpula da Ásia do Leste (EAS), o Fórum de Cooperação América

Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a Comunidade das Nações (*Commonwealth*).

Na esfera bilateral, merecem destaque as relações com os países de seu entorno (da Ásia do Leste, em geral, e da ASEAN, em particular); países de maioria muçulmana; e com o Reino Unido, do qual foi protetorado até 1984.

As relações bruneínas com a Malásia são prioritárias, uma vez que a Malásia é o único país com o qual o Brunei tem fronteira terrestre. Em 2009, os dois países firmaram acordo para encerrar todas as disputas territoriais marítimas bilaterais. Estabeleceu-se, ainda, termos para a partilha da produção de petróleo na região antes litigiosa. A exploração é realizada por meio da estatal malaia, Petronas, e o *Brunei National Unitisation Secretariat*. Estão em curso, ainda, trabalho de demarcação da fronteira terrestre, objeto de disputa em razão do distrito de Limbang, controlado pelo estado malásio de Sarawak. Também está em construção a *Trans-Borneo Highway*, que conectará a Malásia ao Brunei por via terrestre a partir de 2028.

São igualmente estreitas as relações entre o Brunei e Singapura, sobretudo em defesa, por meio do treinamento de soldados e uso do território bruneíno para atividades; e em finanças. O dólar do Brunei mantém paridade com o dólar singapurense.

Destaca-se, nos últimos anos, a intensificação das relações do Brunei com a China. Em 2018, os dois países elevaram suas relações ao nível de parceria estratégica cooperativa e firmaram memorando de entendimento sobre a participação do Brunei na Iniciativa Cinturão e Rota. Os vínculos econômicos são crescentes, sobretudo por meio do substantivo influxo de investimentos chineses em áreas como infraestrutura e refino de petróleo. A China investiu USD 12,5 bilhões no projeto petroquímico de Brunei Hengyi, que tem previsão para se tornar operacional em 2029.

Os contatos políticos entre China e Brunei também têm-se tornado mais frequentes. Em fevereiro de 2025, o sultão de Brunei visitou a China. Na ocasião, tratou do desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países, com destaque para projetos de infraestrutura em transporte e energia sob a égide da Iniciativa Cinturão e Rota.

Em geral, a disputa de soberania entre China e Brunei Darussalam por áreas no Mar do Sul da China tem sido mantida em baixo perfil. Em julho de 2020, após série de ações levadas a cabo por Pequim – banimento unilateral de atividades pesqueiras, criação de territórios em áreas de litígio, entre outros –, o Sultanato emitiu declaração em que privilegia abordagem de dois passos sobre o

tema: (i) resolução bilateral de controvérsias, com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS); e (ii) finalização do Código de Conduta para a região, negociado entre a ASEAN e a China. Essas duas posições foram reiteradas em comunicado conjunto emitido após a visita do sultão bruneíno à China em 2025.

Sobressaem, ainda, as relações do sultanato com o Reino Unido – de que, conforme mencionado, foi protetorado até 1984 – e com os Estados Unidos. O Brunei mantém, com ambos, estreitas relações na área de defesa, que incluem exercícios militares conjuntos e a presença de oficiais britânicos no Brunei, para proteção de instalações petrolíferas.

O país integrou as negociações da Parceria Transpacífica (TPP) e, após a saída dos Estados Unidos das tratativas, firmou o Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP), seu sucedâneo, tendo o ratificado em 2023. O Brunei também integra a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), ratificado em 2021 e em vigor desde 2022.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Apesar de o Sultanato ter o menor PIB entre os países da ASEAN (USD 16,7 bilhões, em 2024), sua renda *per capita*, superior a USD 37 mil, é a segunda maior daquele bloco, atrás apenas de Singapura. Além disso, o IDH bruneíno é o segundo maior do bloco do Sudeste Asiático. Esses dados traduzem o amplo Estado de bem-estar social estabelecido pelo governo bruneíno com base nas rendas auferidas pelo setor de óleo e gás no país.

Há clara percepção das limitações do modelo fundamentado no setor de petróleo e gás, que corresponde a pouco mais de 50% da economia e 90% das exportações do país. A forte dependência do setor petrolífero torna o país suscetível às oscilações dos preços internacionais do petróleo.

A consciência quanto ao declínio das reservas domésticas de petróleo tem orientado esforço governamental de redução da dependência da renda de hidrocarbonetos. Em 2021, o governo bruneíno lançou o *Brunei Economic Blueprint*, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da economia nacional. O documento recomenda o fortalecimento de cinco setores prioritários para reduzir a dependência do setor de óleo e gás: setor petroquímico, alimentos, turismo, tecnologia da informação e comunicação (TIC) e serviços.

O governo emprega dois terços da população economicamente ativa, mas busca estimular o desenvolvimento da área privada: empresas estrangeiras dos setores alimentícios, petroquímicos, tecnologia da informação e parceiros para a construção de porto na Baía do Brunei. Grandes projetos em curso nas áreas de fertilizantes, por parte da alemã ThyssenKrupp, e de petroquímicos, por parte da chinesa Zhejiang Hengyi Group, entre outros, deverão auxiliar o país a diversificar seu produto interno bruto.

A política fiscal do Brunei é fortemente atrelada às flutuações das rendas do setor de óleo e gás. O país opera tradicionalmente um déficit fiscal significativo (cerca de 11,4% para o ano fiscal 2025/2026), que tende a se expandir em períodos de baixa dos preços de hidrocarbonetos. Os investimentos recentes em setores como petroquímicos e fertilizantes não têm sido suficientes para reverter o quadro fiscal do país.

O valor do dólar do Brunei está fixado em relação ao dólar de Singapura. Por essa razão, a Autoridade Monetária bruneína, criada em 2011, tem escopo limitado de atuação em termos de política monetária. A inflação no Brunei mantém-se em nível baixo, tendo-se registrado deflação de 0,4% em 2024.

Comércio Exterior

Como exportador significativo no setor de óleo e gás e um pequeno mercado doméstico, o Brunei costuma lograr superávits comerciais e na conta corrente do Balanço de Pagamentos. Em 2024, o superávit na conta corrente foi de 14% do PIB.

O comércio exterior do Brunei foi, em 2024, de USD 24,8 bilhões, valor estável em relação ao ano anterior. O superávit foi da ordem de USD 5,3 bilhões, aumento de 11% em relação a 2023. O aumento do superávit foi resultante da diminuição do valor de importações de USD 10 bilhões em 2023 para USD 9,7 bilhões em 2024. A Austrália foi o principal destino das exportações bruneínas (22,1%), seguido de Singapura (16,5%), China (15,3%), Coreia e Japão (7,5% cada). O principal fornecedor do país foi a Malásia (40,5%), à frente de Emirados Árabes Unidos (13,6%), China (6,7%) e Austrália (5,5%). Combustíveis (gás e petróleo cru) foram os principais componentes da pauta exportadora do Brunei (78%), seguido de produtos químicos (20%).

Os recursos provenientes das exportações de petróleo e gás natural são geridos por fundo soberano estabelecido em 1983, denominado Agência de Investimentos do Brunei (BIA). Estima-se que o Sultanato conte com investimentos no exterior da ordem de USD 40 bilhões, principalmente em

ativos nos setores imobiliário e de hotelaria, de produção de alimentos e de finanças islâmicas. Há pouca transparência quanto aos ativos da Agência.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século XV	O Sultanato islâmico do Brunei toma o controle da Ilha de Bornéu.
1521	Navegador espanhol Juan Sebastian del Cano visita o Brunei.
1841	Oficial britânico recebe do sultão do Brunei, como prêmio por ter ajudado a controlar uma guerra civil, o controle do estado de Sarawak.
1846	O Brunei cede a ilha de Labuan à Grã-Bretanha e assume o tamanho atual de seu território.
1849-1854	Britânicos expulsam piratas malaaios que agiam na região entre Singapura e Bornéu.
1888	O Brunei se torna protetorado britânico.
1906	O Brunei passa a ser administrado por oficial inglês; o sultão ainda é a maior autoridade nominal.
1929	Começa a exploração de petróleo no Brunei.
1941-1945	O Japão ocupa o Brunei.
1950	Omar Ali Saifuddin III é nomeado sultão.
1959	Sultão Omar outorga a primeira constituição do país, que institui o islamismo como religião oficial e mantém a Grã-Bretanha como responsável pela Defesa e Relações Exteriores.
1962	Eleições legislativas são anuladas com a vitória da esquerda anti-sultanato; o sultão governa por decreto e adota estado de emergência, que permanece em vigor.
1963	O Brunei decide permanecer protetorado britânico e não se juntar à Federação da Malásia.
1967	Hassanal Bolkiah é nomeado sultão após a abdicação de seu pai, que permanece no governo como assessor-chefe.
1984	O Brunei torna-se independente; o Parlamento é fechado. O Brunei passa a integrar a ASEAN.
1985	O Governo legaliza o Partido Democrático Nacional do Brunei (BNDP).
1986	O Governo legaliza o Partido da Solidariedade Nacional do Brunei (BNSP).
1988	O Governo bane o BNDP e o BNSP.
1995	O Governo permite a atuação do BNSP, mas posteriormente invalida

	essa medida.
2000	Com vistas à diversificação da economia nacional, o governo do Brunei anuncia que manterá 25% da força de trabalho fora da indústria petrolífera.
2004	O Sultão Bolkiah reabre o Parlamento, após 20 anos de fechamento. O novo Parlamento tem 21 membros, indicados pelo sultão. Posteriormente, a Constituição recebe emenda, que permite a eleição direta de 15 dos 21 membros do parlamento seguinte, porém não é marcada data para a eleição.
2005	Reforma ministerial introduz novas personalidades e ministros com experiência no setor privado.
	O Partido do Desenvolvimento Nacional é registrado.
2007	O Brunei assina, com a Malásia e a Indonésia, declaração que acorda a conservação da floresta tropical de parte da Ilha de Bornéu.
2008	O príncipe Jefri Bolkiah é condenado à prisão por juízes britânicos, por violação à ordem do Tribunal de devolver bilhões de dólares ao governo do Brunei.
2010	O Brunei é considerado paraíso fiscal pela França.
	A Malásia e o Brunei iniciam exploração petrolífera conjunta de áreas fronteiriças que estavam em disputa desde 2003.
2014	O sultão inicia introdução de sistema penal baseado na <i>sharia</i> .
2018	O bruneíno Lim Jock Hoi assume a secretaria-geral da ASEAN, posto que ocuparia até 2023.
2019	Sistema penal baseado na <i>sharia</i> passa a vigorar plenamente.
2021	Mais recente exercício da presidência rotativa da ASEAN.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1984	Estabelecimento de relações diplomáticas (8 de junho).
2005	Embraer envia missão ao Brunei, para manter entendimentos com vistas à sua participação em concorrência para a compra de aviões de patrulha marítima.
	O Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro visita o Brunei, como enviado especial do presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2007	No âmbito da programação oficial do 61º aniversário do sultão Bolkiah, apresentação de grupo brasileiro de capoeira é organizado pelo embaixador não-residente do Brasil junto ao Brunei, na capital daquele país.
	Participação do príncipe Mohamed Bolkiah, ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília. Encontro com o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim.
2008	Lim Jock Hoi, secretário-geral da chancelaria, chefia a delegação bruneína na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2011	Visita do tenente-coronel M. D. Shafiee Bin Haji Duraman, por ocasião da LAAD 2011, no Rio de Janeiro.
	O Embaixador brasileiro participa da feira de defesa BRIDEX 2011 e encontra-se com o sultão e com o então Chanceler do Brunei.
	Subsecretário-geral de Assuntos Políticos-II mantém encontro bilateral com o segundo ministro dos Negócios Estrangeiros do Brunei, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL.
2012	Participação do ministro de Energia do Brunei, Yasmin Umar, na Conferência Rio+20.
2013	Visita da então subsecretária-geral Política II do MRE ao Brunei.
2014	Embaixadora do Brasil em Kuala Lumpur visita o Brunei com o objetivo de explorar oportunidades de comércio e investimentos.
2018	Visita do embaixador do Brasil em Kuala Lumpur ao Brunei, com vistas a manter encontros com autoridades das áreas de Negócios Estrangeiros; Defesa; Finanças; e Energia, Mão-de-obra e Indústria.
2018	Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento, dato seri Suhaimi

	Gafaar, como chefe de delegação de seu país no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília.
2023	Embaixador do Brasil em Kuala Lumpur visita o Brunei para impor as insígnias e diploma da Ordem de Rio Branco ao segundo ministro dos Negócios Estrangeiros, dato seri Erywan Pehin Yusof.

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos firmados entre os dois países.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NA MALÁSIA,
CUMULATIVIDADE COM BRUNEI DARUSSALAM**

Candidata: DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES

PERFIL DA CANDIDATA



Embaixadora Daniella Ortega de Paiva Menezes

Nascida no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1971, Daniella Menezes graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1994. Concluiu, em novembro de 2007, Mestrado em Direito Internacional Público (LLM), pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido.

Ingressou na carreira diplomática em 1996. Coursou o Instituto Rio Branco entre 1996 e 1998. No Brasil, trabalhou como Assistente e Assessora no Departamento do Serviço Exterior (1998-2003), foi Chefe de Gabinete na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (2014-2016), Chefe de Gabinete na Secretaria de Oriente Médio, Europa e África (2022-2023) e é, atualmente, Diretora do Departamento do Serviço Exterior.

No exterior, serviu nas embaixadas do Brasil em Londres (Reino Unido), entre 2003 e 2007; em Pequim (China), entre 2007 e 2010; em Yangon (Myanmar), entre 2010 e 2014; em Singapura (Singapura), entre 2016-2018; e em Berlim (Alemanha), entre 2018 e 2022.

Concluiu, em 6 de abril de 2011, o Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com apresentação da tese "A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Posição Chinesa". Foi promovida a Ministra de Primeira Classe em dezembro de 2023.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO**I – Relações diplomáticas**

- As relações diplomáticas entre Brasil e Malásia foram estabelecidas em 1959, dois anos após a independência do país. Em 1981, foram abertas as respectivas missões diplomáticas.
- Do lado brasileiro, a única visita de chefe de Estado foi a do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Do lado malásio, o ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad esteve no Brasil em três oportunidades : 1991, 1992 (para a Rio 92) e 2003. Em novembro de 2024, esteve no Brasil o primeiro-ministro Anwar Ibrahim para participar, como convidado, da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, ocasião em que se reuniu com o Sr. Presidente da República.
- O ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou a Malásia em agosto de 2024, quando foi recebido pelo primeiro-ministro Anwar Ibrahim e se reuniu com seu homólogo, Mohamad Hasan. O ministro da Agricultura da Malásia, Mohamad Sabu, visitou o Brasil em agosto de 2024, quando manteve encontro com o ministro da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro.
- Brasil e Malásia mantêm mecanismo de interlocução política regular: o Mecanismo de Consultas Políticas, cuja primeira reunião foi realizada em setembro de 2024; e a Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2022.
- Em janeiro de 2025, a Malásia passou a integrar o BRICS, na condição de “país parceiro”.

II - Relação econômico-comercial

- Em 2024, o intercâmbio comercial totalizou US\$ 5,86 bilhões (+5,9% em relação a 2023), com exportações de US\$ 4,30 bilhões (+5,9%) e importações de US\$ 1,55 bilhão (+5,9%), com superávit de US\$ 2,75 bilhões. A Malásia foi o 17º maior destino das exportações globais brasileiras. As relações comerciais com a Malásia representaram o 9º maior superávit do Brasil no mundo.
- As exportações do Brasil para a Malásia concentram-se em *commodities*, sobretudo em minério de ferro (37%), óleos brutos de petróleo (29%) e açúcares (17%). Outros produtos agrícolas, plásticos, químicos e farmacêuticos compõem o restante da pauta. As importações brasileiras, por sua vez, são formadas principalmente por componentes eletrônicos (20%), pneus de borracha (7,7%) e equipamentos de telecomunicações (6,6%).
- Produtos ligados à cadeia do agronegócio têm representado cerca de 30% da pauta exportadora total do Brasil para a Malásia - em 2024, as vendas do agronegócio atingiram US\$ 1,27 bilhão, sendo o açúcar responsável por mais de 50% das exportações agrícolas brasileiras.
- No final de 2024, foi criada a adidância agrícola junto à Embaixada em Kuala Lumpur.
- Em agosto/setembro de 2022, foi organizada missão de prospecção comercial com representantes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), com foco nos mercados de carnes, frutas, sucos, mel e nozes. A visita resultou na publicação, em fevereiro de 2024, de estudo sobre o potencial de exportação de alimentos e bebidas para a Malásia.
- Entre os investimentos malásios no Brasil, destaca-se o setor de óleo e gás. A Petronas é a sétima maior produtora de óleo e gás e a quinta maior fabricante de lubrificantes no Brasil. A Sapura Energy tem investimentos de US\$ 1 bilhão no setor de petróleo e gás. A Yinson Production (YP) produz petróleo na bacia de Campos - estimam-se investimentos da empresa no Brasil de cerca de US\$ 4 bilhões. Recentemente, a Yinson adquiriu dois projetos de geração eólica no Ceará, que

somam 486 MW de potência.

- Pelo lado brasileiro, destacam-se operações da Vale na Malásia. O porto de Lumut hospeda o Terminal Marítimo de Teluk Rubiah, centro de distribuição de minério de ferro inaugurado pela Vale em 2014, e operado com exclusividade pela empresa brasileira. Lumut abriga centro de estocagem e “mistura” de minério para distribuição na Malásia e na China, assim como em demais mercados asiáticos, como Tailândia, Japão, Coreia, Taiwan e Singapura. A planta é um dos principais pontos logísticos para a empresa brasileira na Ásia e representa o maior investimento latino-americano na Malásia, com custo inicial de US\$ 1,4 bilhão.

III - Cooperação técnica

- O Brasil apresentou, em setembro de 2024, minuta preliminar de Acordo Básico de Cooperação Técnica, iniciando processo de negociação de texto-base para a cooperação técnica bilateral. A Malásia já indicou interesse em receber cooperação em áreas como coco, soja, milho e aquicultura. No caso de aquicultura, foi realizada missão técnica de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação em abril de 2024.

III – Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

- A cooperação em ciência, tecnologia e inovação insere-se no objetivo estratégico brasileiro de qualificar e diversificar a relação com a Malásia, podendo tornar-se um dos eixos centrais do relacionamento bilateral.
- Em maio de 2023, foi realizada a primeira edição do Mapeamento dos Ambientes Promotores de Inovação de Kuala Lumpur. Em dezembro de 2024, foi publicada sua segunda edição, material que constitui referência para fomentar conexões entre os ecossistemas de inovação.
- A agência "Malaysia Digital Economy Corporation" (MDEC) incluiu o Brasil como um de seus novos mercados prioritários e vem mantendo contato com diversos órgãos brasileiros, como ApexBrasil, Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

IV – Cooperação em Semicondutores

- A possibilidade de desenvolver parcerias no setor de semicondutores foi suscitada pelo Sr. Presidente da República durante conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim, em fevereiro de 2024. O tema também foi objeto dos encontros entre o chanceler Mauro Vieira e o primeiro-ministro malásio, em agosto de 2024, e entre o Sr. Presidente da República e o Primeiro-Ministro malásio, às margens da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro último.
- No âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação, o Brasil participou com estande próprio na feira SEMICON SEA, em ação que facilitou a atração dos atores brasileiros do ecossistema de semicondutores. A delegação brasileira foi integrada por membros do governo, do setor privado e de instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) e a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI).
- Em novembro de 2024, foram celebrados memorandos de entendimento com entidades malásias, envolvendo a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) e a MSIA ("Malaysia Semiconductor Industry Association"); e entre o Instituto Eldorado e o MIMOS, agência malásia de pesquisa e

desenvolvimento em semicondutores.

V – Cooperação em Meio Ambiente e Mudança do Clima

- Identifica-se grande convergência de posições entre os dois países, com apoio malásio a diversas iniciativas brasileiras. A potencial centralidade de meio ambiente e mudança do clima para a relação bilateral foi evidenciada na Declaração Conjunta adotada após encontro entre os chanceleres à margem da COP-28, em dezembro de 2023, em Dubai.
- Dentre as iniciativas envolvendo os dois países, destacam-se: a adesão da Malásia ao Comunicado "Unidos por Nossas Florestas"; o encontro entre ministros de Meio Ambiente à margem da COP 28, em dezembro de 2023; o convite da presidência do Brasil do G20 para participação da Malásia na Iniciativa sobre Bioenergia (GIB) e no Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática (ECSWG); o apoio da Malásia à iniciativa brasileira "Tropical Forest Forever Facility" (TFFF); e encontro entre os ministros do Meio Ambiente à margem da COP 16 (Biodiversidade) em Cali, Colômbia, em outubro de 2024.

VI – Cooperação em Energia

- Brasil e Malásia possuem posições alinhadas em temas relacionados à energia no cenário multilateral. A Malásia apresenta grandes oportunidades para cooperação em biocombustíveis, em função de sua robusta indústria de biodiesel, baseada majoritariamente no óleo de palma (dendê).
- Desde janeiro de 2020, foi iniciada a aplicação do padrão B20 (mistura de 20% de biodiesel) no setor de transportes de alguns estados e do B7 para o setor industrial.
- O setor de óleo e gás é responsável pelos maiores investimentos da Malásia no Brasil. Expansão da atuação de companhias como Petronas, Yinson e Sapura nos últimos anos foi acompanhada por interesse em colaboração nas áreas de captura de carbono, biocombustíveis e energias renováveis.
- Entre os marcos da atuação da Petronas no Brasil, cumpre registrar o início, ao final de 2023, da perfuração de seu primeiro poço exploratório no país, o bloco C-M-661, na Bacia de Campos. Em maio passado, a estatal malásia deu início a parceria com Grupo Argenta, controladora da SIM Distribuidora, para inaugurar o primeiro posto de gasolina com a bandeira da Petronas em São Paulo, e planeja futura expansão para mais de 1.000 postos no Brasil.

VII – Temas Consulares

- A comunidade brasileira sob a jurisdição da embaixada em Kuala Lumpur é estimada em 500 nacionais. A maior parte das demandas do setor consular decorre de legalizações e autenticações de documentos; processamento de vistos e documentos de viagem, além de atos de registro civil relacionados a cidadãos brasileiros.
- O Posto atende, ainda, brasileiros nas mais diversas situações, desde prisões até casos de violência doméstica, roubos, detenções por questões migratórias, extravio de documentos de viagem, problemas médicos e psiquiátricos, disputas comerciais e trabalhistas, e repatriações. Há registro de um nacional detido na Malásia pelo tráfico de entorpecentes. A embaixada presta apoio consular e realiza visitas periódicas ao nacional.

CUMULATIVIDADE BRUNEI DARUSSALAM**I – Relações diplomáticas**

- Brasil e Brunei Darussalam estabeleceram relações diplomáticas em 1984. As relações bilaterais são cordiais, porém pouco densas. Não há acordos bilaterais, e os contatos políticos são esporádicos, ocorrendo sobretudo à margem de foros multilaterais.
- O embaixador brasileiro residente em Kuala Lumpur é acreditado junto ao governo bruneíno, ao passo que o alto comissário (embaixador) do Brunei no Canadá representa seu país junto ao Brasil, na condição de embaixador não-residente.
- O último embaixador brasileiro em Kuala Lumpur entregou suas cartas credenciais ao sultão de Brunei em agosto de 2023. Durante a visita à capital bruneína, manteve reuniões com autoridades daquele país e manifestou o interesse brasileiro em retomar as negociações de um “Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais” e do “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas”. O lado bruneíno demonstrou-se aberto a explorar esses temas, bem como externou interesse em encetar diálogo sobre certificação halal, sobretudo para a importação de carne de aves.
- Em fevereiro de 2023, o embaixador do Brasil realizou visita a Bandar Seri Begawan para fazer entrega das insígnias e do diploma da Ordem de Rio Branco ao segundo ministro dos Negócios Estrangeiros de Brunei Darussalam, dato seri Erywan Pehin Yusof. A outorga da honraria decorreu do papel que se reputa ao Brunei pelo apoio ao estabelecimento da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.

III - Relação econômico-comercial

- O fluxo comercial entre Brasil e Brunei é modesto, mas tem registrado expressiva elevação nos últimos três anos. As trocas comerciais foram impulsionadas por um significativo aumento das importações brasileiras de hidrocarbonetos bruneínos.
- Em 2024, as importações totalizaram USD 86,2 milhões, pauta composta quase exclusivamente por hidrocarbonetos. As exportações somaram USD 3 milhões, compreendendo principalmente geradores elétricos e suas partes (70%), preparações alimentícias e conservas bovinas (10,7%) e calçados (5,6%).

III - Cooperação técnica

- Em novembro de 2024, o Brasil submeteu nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Brunei. As negociações haviam sido interrompidas em 2012.

IV – Temas Consulares

- Não há registro de brasileiros vivendo no país, ou de brasileiros presos. Tampouco há consulados honorários do Brasil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em processo final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com a Malásia e com o Brunei, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esses países, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Malásia e com o Brunei, tanto nos âmbitos intergovernamentais quanto com o setor privado local e as sociedades civis malásia e bruneína; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesses países; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais de Malásia e Brunei.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Malásia e no Brunei, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias, bem como mecanismos para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de excelência na Malásia e no Brunei;
5. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
6. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
7. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
8. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores de ambos os governos;
9. Buscar o apoio da Malásia e do Brunei a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
10. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Malásia e no Brunei, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;

11. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, legalização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;
12. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos**METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA***Atração de investimentos*

- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil à Malásia e ao Brunei com foco na atração de investimentos;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento com investidores malásios e bruneínicos;
- Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral;
- Identificar as prioridades e nichos de atuação dos investidores malásios e bruneínicos em seus portfólios no exterior, bem como mecanismos e fundos que facilitem ou alavanquem esses investimentos no Brasil;
- Identificar e fomentar investimentos malásios e bruneínicos em suas diferentes modalidades, a ecossistemas de inovação no Brasil, incluindo “startups”, aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos;
- Manter relacionamento com os principais investidores institucionais e com as empresas malásias e bruneínas com investimentos no Brasil;
- Receber demandas de empresas malásias e bruneínas sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;
- Prospectar associações setoriais, clusters e outros arranjos empresariais que possam receber delegações brasileiras para captação de investimentos ou realizar missão de investimentos ao Brasil;
- Organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas malásias e bruneínas para projetos compradores no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte no Sudeste Asiático;

- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros na Malásia e no Brunei;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores na Malásia e no Brunei;
- Encorajar exportadores brasileiros a incluírem Malásia e Brunei em seu roteiro de promoção comercial na Ásia, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para os dois países;
- Apoiar ações voltadas a crescente diversificação da pauta exportadora do Brasil para a Malásia e o Brunei, incluindo em bens e serviços com maior conteúdo tecnológico e inovador;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
- Monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado da Malásia e do Brunei;
- Apoiar ações voltadas a ampliação da participação brasileira no mercado agroalimentar e a superação de eventuais restrições de ordem sanitária e fitossanitária ainda vigentes;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos com os setores privado e público de Malásia e Brunei;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil, da Malásia e do Brunei, visando aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para Malásia e Brunei.

II - Relações políticas bilaterais com Malásia e Brunei

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas do Brasil com a Malásia;
- Acompanhar e informar sobre a participação de Malásia e Brunei em iniciativas que envolvam o Brasil, a exemplo das reuniões do BRICS e da COP30, em 2025;
- Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil, em 2025;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Apoiar os Grupo de Amizade no Congresso Nacional, quando pertinente;
- Realizar gestões para retomar a negociação de propostas de acordos não finalizadas;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras a Malásia e ao Brunei, bem como de autoridades malásias e bruneínas ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com os Ministérios de Negócios Estrangeiros e outros atores governamentais;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com as chancelarias malásia e bruneína;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio de Malásia e Brunei a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico de Malásia e Brunei, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos à participação de Malásia e Brunei no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), especialmente durante a presidência malásia da ASEAN em 2025;
- Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômico e comerciais dos quais Malásia e Brunei são parte;
- Elaborar materiais informativos sobre Malásia e Brunei para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
- Número e pauta das notas verbais intercambiadas com a chancelaria malásia; e com a representação de Brunei em Kuala Lumpur, bem como com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brunei;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia de Malásia e Brunei;

- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
- Número de visitas de autoridades brasileiras à Malásia e ao Brunei e de autoridades malásias e bruneínas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;
- Promover intercâmbio cultural entre Brasil e Malásia e Brasil e Brunei;
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural da Malásia e do Brunei;
- Buscar estabelecer parceria com empresas privadas malásias e bruneínas com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

IV – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros;
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto;
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira;
- Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira e promover sua integração;

- Realizar visitas aos nacionais presos na jurisdição do posto.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Malásia e no Brunei;
- Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras;
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO Nº , DE 2025-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz *da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.*

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Assim, em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da indicada.

Nascida em 1971, a diplomata indicada tornou-se bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1994 e mestre em Direito Internacional Público pela *London School of Economics and Political Science*, de Londres, Reino Unido.

No do Instituto Rio Branco, participou do Programa de Formação e Aperfeiçoamento (Profa – I), em 1998. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2005 e o Curso de Altos Estudos em 2011, no qual apresentou a tese “A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Posição Chinesa”.

Foi agraciada com a Medalha da Ordem do Rio Branco no Grau de Oficial no ano de 2019.

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1996, tornando-se Segunda-Secretária em 2002. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 2006; Conselheira em 2010; Ministra de Segunda Classe em 2015; e Ministra de Primeira Classe em 2023.

Entre as atividades por ela exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeira e Segunda-Secretária na Embaixada em Londres, de 2003 a 2007; Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim de 2007 a 2010; Primeira-Secretária, Conselheira comissionada, Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios interina Na Embaixada em Yangon, de 2010 a 2014; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior de 2014 a 2016; Ministra-Conselheira na Embaixada em Berlim de 2018 a 2022; Chefe de Gabinete da Secretaria de Oriente Médio de 2022-2023; Diretora do Departamento do Serviço Exterior desde 2023.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial também veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Malásia e Estado do Brunei Darussalam.

Independente desde 1957, a Malásia é monarquia constitucional federada, com parlamento bicameral. Com população multiétnica, de maioria muçulmana, a Constituição do país prevê que os malaios, beneficiados com ações afirmativas desde 1971, são muçulmanos natos. Ademais, o nascimento na fé islâmica ou a conversão a ela são legalmente irreversíveis, reflexo claro da coexistência entre a lei islâmica e o sistema de direito civil.

No campo da política externa, a Malásia – membro fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – se orienta pelo multilateralismo e pelo regionalismo; pela defesa da solidariedade muçulmana; pelo não alinhamento; e pela adoção de postura pragmática nos relacionamentos bilaterais. Sua localização geográfica estratégica, no estreito de Málaca, vocaciona o país para o comércio. Seu maior parceiro comercial é

a China, com quem mantém Parceria Estratégica Abrangente desde 2013, seguida por Singapura e Estados Unidos da América.

Brasil e a Malásia estabeleceram relações diplomáticas em 1959, mas a abertura das embaixadas em Brasília e em Kuala Lumpur ocorreu no ano de 1981.

Os dois países contam com mecanismo de interlocução política regular: o Mecanismo de Consultas Políticas, cuja primeira reunião foi realizada em setembro de 2024; e a Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2022.

Cabe destacar que a Malásia passou a integrar o BRICS na condição de “país parceiro” em janeiro deste ano.

Importa registrar o crescimento do intercâmbio comercial desde 2018. No ano de 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 5,86 bilhões (+5,9%): as exportações atingiram a cifra de US\$ 4,3 bilhões (+5,9%), tendo havido superávit para o lado brasileiro de US\$ 2,75 bilhões. A pauta exportadora brasileira foi composta por minério de ferro (37%), óleos brutos de petróleo (28%), açúcares e melações (18%), algodão (3%) e milho (2,6%). Já as importações brasileiras foram principalmente de bens industrializados, como circuitos eletrônicos (20%), pneus de borracha (7,7%), máquinas de processamento de dados (4,6%) e máquinas e aparelhos elétricos (4,3%).

As exportações brasileiras para a Malásia superaram os números de nossas exportações para países como Portugal, Reino Unido ou França. Nesse cenário, é imperioso ressaltar a importância dos produtos do agronegócio: a venda de carnes *halal* brasileiras carrega grande potencial, não só porque a Malásia pretende se tornar *hub* para os Estados-Membros da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e para as diásporas muçulmanas ao redor do mundo, mas também pelo fato de o Brasil ser o principal exportador de carne *halal* do mundo.

Como visto, os produtos ligados à cadeia do agronegócio ocupam aproximadamente 30% da pauta exportadora total do Brasil para a Malásia: em 2024, as vendas do agronegócio atingiram US\$ 1,27 bilhão. O açúcar respondeu por mais de 50% das exportações agrícolas brasileiras.

Cumpra registrar, todavia, os desafios experimentados pelo setor de produtos alimentícios em razão de barreiras de natureza não tarifária, como as quotas de importação e a não habilitação de estabelecimentos exportadores. Hoje o Brasil conta apenas com quatro plantas autorizadas a exportar partes de frango *halal* para a Malásia, a despeito do grande potencial ainda não explorado desse mercado.

Diante disso, mostram-se oportunas a visita do ministro da Agricultura da Malásia ao Brasil em agosto de 2024, ocasião em que se reuniu com seu homólogo brasileiro, bem como a criação da adidância agrícola junto à Embaixada em Kuala Lumpur, no final do mesmo ano.

Por sua vez, o Estado do Brunei Darussalam era protetorado do Reino Unido, tendo se tornado independente 1984. A ampla maioria da população é de etnia malaia e professa a fé islâmica.

O Sultanato, a despeito de sua dimensão territorial reduzida, detém o segundo maior PIB *per capita* do Sudeste Asiático, devido a exportações de petróleo e gás, ficando atrás apenas de Singapura. Além disso, é considerado país desenvolvido, com segundo maior índice de desenvolvimento humano entre os países da ASEAN.

As relações bilaterais, ainda pouco densas, podem se beneficiar do interesse manifestado recentemente pelas autoridades do Brunei ao embaixador brasileiro em Kuala Lumpur em expandir as importações de carne bovina e de frango brasileiras. No entanto, essa expansão deve ocorrer de forma limitada, uma vez que devem ser observadas as estritas regras da certificação *halal*, por meio da qual é exigida a presença física de um técnico nacional do Brunei em todas as fases de produção.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



**MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA ELISA
TEÓFILO DE LUNA**

CPF. informações pessoais

ID. informações pessoais

1952 Filha de informações pessoais, nasce em informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1974 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980 CPCD - IRBr

Cargos:

1981 Terceira-Secretária
1987 Segunda-Secretária
1992 Primeira-Secretária, por merecimento
1999 Conselheira, por merecimento
2007 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2012 Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial
2012 Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1981-83 Divisão de Difusão Cultural, Assistente
1983-85 Divisão de Divulgação Cultural, Assistente
1988-90 Embaixada em Abu-Dhabi, Segunda-Secretária
1990-91 Embaixada em Havana, Segunda-Secretária
1991-93 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assessora
1993-96 Consulado-Geral em Milão, Cônsu- Adjunto
1996-98 Consulado-Geral em Assunção, Cônsul-Adjunto
1998-99 Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Assessora Internacional
1999-00 Divisão de Imigração, Chefe
2000-01 Consulado-Geral em Lisboa, cedida ao Secretariado-Executivo da CPLP, Conselheira
2001-03 Embaixada no Panamá, Conselheira
2003-08 Divisão da África I, Chefe
2008-10 Embaixada em Bruxelas, Ministra-Conselheira
2010-15 Embaixada em Dacar, Embaixadora
2015-17 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Geral
2017-22 Embaixada em Acra, Embaixadora
2022 Superior Tribunal de Justiça, Assessora
2024- Embaixada em Port-of-Spain, Embaixadora

Condecorações:

2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2025

(n° 470/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 470

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2025.

EM nº 00066/2025 MRE

Brasília, 1 de Abril de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago, que atualmente ocupa.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 546/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 25/04/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6598763** e o código CRC **A280E13E** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: 76

Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001995/2025 82

SEI nº 6598763

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE AMÉRICA LATINA E CARIBE
DEPARTAMENTO DE MÉXICO AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DE CARIBE



MAÇO OSTENSIVO
GRANADA



MARÇO, 2025

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
POLÍTICA INTERNA.....	3
Eleições gerais de 2022.....	4
ECONOMIA.....	4
Panorama econômico.....	4
POLÍTICA EXTERNA	5
Cuba e Venezuela	5
República Popular da China	6
Haiti	6
Organismos regionais	6
RELAÇÕES BILATERAIS	6
Cooperação Humanitária e em Saúde	7
Cooperação Técnica.....	7
Visita de navios-patrolha	7
Apoio Granadino a Candidaturas Brasileiras	8
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	8
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	9
ACORDOS BILATERAIS	10
Acordos bilaterais em ratificação	10
Anexo I – PERFIS BIOGRÁFICOS.....	11
Anexo II – MAPAS	12
Anexo III - DADOS BÁSICOS.....	13
Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB)	14

APRESENTAÇÃO

Granada localiza-se ao sul do mar do Caribe, a 145 quilômetros da costa da Venezuela. Compreende as ilhas principais de Granada (onde se situa a capital Saint George's), Carriacou e Pequena Martinica, bem como outros pequenos territórios insulares.

Cristóvão Colombo, durante sua terceira viagem ao novo mundo, em 1498, batizou a ilha de Concepción. A origem do nome Granada é imprecisa, mas, possivelmente, atribuível aos marinheiros espanhóis que rebatizaram a ilha com o mesmo nome da cidade de Granada, Espanha.

Granada não foi colonizada pelos 150 anos seguintes, embora a Grã-Bretanha e a França disputassem seu controle. Os franceses tomaram posse da ilha em 1672, e a mantiveram até invasão dos britânicos, em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, após a qual, em 1763, a Grã-Bretanha assumiu o controle do território, no marco do Tratado de Paris. Embora os franceses a tenham recuperado em 1779, a Grã-Bretanha readquiriu controle em 1783, pelo Tratado de Versalhes.

Durante o século XVIII, os britânicos estabeleceram plantações de açúcar, e mão de obra escrava foi trazida da África para trabalhar nas propriedades. O sistema de *plantations* entrou em declínio em decorrência de fatores como a proibição do tráfico para os súditos britânicos (1808); a abolição da escravidão (1838); a crise do mercado mundial entre 1815 e 1848; e a perda do acesso privilegiado ao mercado britânico, que elevou os custos e derrubou os preços da produção agrícola. No século XIX, o cacau acabou superando o açúcar como principal cultura do país. No século XX, a noz-moscada tornou-se o principal produto de exportação de Granada.

Em 1967, a Grã-Bretanha concedeu a Granada autonomia sobre seus assuntos internos, quando o país passou a fazer parte dos Estados Associados das Antilhas Britânicas. A independência total foi alcançada em 1974.

A história política de Granada ao longo do século XX foi marcada por crises e pelo surgimento de movimentos populares importantes, que envolveram protestos crescentes contra o regime colonial. Com forte influência do movimento *black power*, e inicialmente de viés cultural, étnico e anti-imperialista, o movimento adquiriu, progressivamente, caráter socialista e revolucionário. Em 1979, Maurice Bishop tornou-se primeiro-ministro com o apoio desses grupos. Implementou políticas com foco na redução das carências da população granadina, aproximou-se de Cuba e sofreu retaliações dos Estados Unidos e aliados. Em 1983, Bishop foi executado por dissidentes dos movimentos populares, que proclamaram um Conselho Militar Revolucionário.

Em outubro de 1983, pouco depois da destituição de Bishop, durante o governo de Ronald Reagan, os Estados Unidos promoveram a operação *Urgent Fury* em Granada, no âmbito da qual cerca de cinco mil soldados norte-americanos ocuparam a ilha. Durante a intervenção, cerca de 90 granadinos foram mortos, e 500 outros foram feridos. México, Colômbia, Venezuela e Panamá organizaram-se no “Grupo da Contadora”, para se opor à intervenção. Em apoio a essa iniciativa, o Brasil, juntamente com Argentina, Uruguai e Peru formaram, posteriormente, o chamado “Grupo de Apoio a Contadora”.

POLÍTICA INTERNA

Granada adota o sistema parlamentarista de governo e é membro da Commonwealth. O chefe de Estado é o rei da Inglaterra, representado por um governador-geral. O chefe de Governo é o primeiro-ministro, líder do partido que obtém a maioria dos assentos nas eleições parlamentares.

O Parlamento granadino é composto pelo Senado (“Câmara Alta”) e pela Câmara de Representantes. O Senado é integrado por 13 membros não eleitos, nomeados pelo governador-geral, por meio das indicações do primeiro-ministro (7 nomes); do líder da oposição (3 nomes); e de

organizações da sociedade (propõem 3 nomes ao primeiro-ministro, que os submete ao governador-geral). A Câmara de Representantes (Câmara Baixa) é integrada por 15 membros eleitos pelo voto direto, de cada um dos 15 distritos eleitorais de Granada, para mandatos de cinco anos, e também por um *speaker*, totalizando 16 membros.

As eleições gerais em Granada seguem o sistema *winner takes it all* e ocorrem apenas no âmbito da Câmara de Representantes. Segundo a Constituição, o primeiro-ministro deve convocar eleições a cada cinco anos. A última eleição ocorreu em junho de 2022 e a próxima está programada para 2027.

Os principais partidos do país são o National Democratic Congress (NDC), de centro-esquerda, e o New National Party (NNP), de centro-direita, que, juntos, detêm os 15 assentos da Câmara de Representantes.

A atual governadora-geral, Cécile La Grenade, foi indicada pela rainha Elizabeth, em 2013. Trata-se da primeira mulher a exercer a função no país, bem como da primeira ocupante a permanecer no cargo sob dois monarcas diferentes.

Eleições gerais de 2022

As últimas eleições ocorridas em Granada tiveram lugar em 23 de junho de 2022, e foram acompanhadas por missões de observação eleitoral da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), que atestaram “nível de satisfação louvável” com a condução do pleito. Estima-se que, do total de 87.506 eleitores, cerca de 70% compareceram às urnas.

O National Democratic Congress (NDC) e o New National Party (NNP) obtiveram 51,84% e 47,76% dos votos, respectivamente. Com isso, o NDC passou a ocupar 9 assentos, e o NNP os 6 restantes. Os demais partidos - Grenada United Labour Party (GULP), Independent Freedom Party (IFP) e Grenada Renaissance Party (GRP) - não conquistaram cadeiras legislativas no pleito.

O primeiro-ministro eleito para o período de 2022 a 2027, Dickon Mitchell, que havia assumido a liderança do partido NDC em outubro de 2021, tomou posse em 24 de junho de 2022. Propôs, como prioridades de seu governo, melhorar os serviços de educação e de saúde pública; diminuir as taxas de desemprego e de pobreza; e expandir as políticas de moradia.

ECONOMIA

A estrutura econômica de Granada baseia-se em três setores: serviços (78,6% do PIB, com destaque para o setor de turismo); manufatureiro de pequeno porte (15,8% do PIB); e agrícola (5,6% do PIB). O crescimento da economia está ancorado nos setores de agricultura, construção, turismo e educação. Nos últimos anos, houve aumento significativo dos investimentos estrangeiros, sobretudo no setor de hotelaria, com destaque para a instalação da rede jamaicana de hotéis de luxo Sandals.

Ainda na área de investimentos, destaca-se a ampliação das instalações da Saint George's University, que representa investimento da ordem de US\$ 40 milhões. A instituição, fruto de projeto de investimento bilateral entre Canadá e Estados Unidos, conta, atualmente, com outras parcerias e fontes de capital, sendo a mais antiga universidade privada do Caribe e a maior instituição privada de Granada.

Panorama econômico

O PIB de Granada foi estimado em US\$ 1,393 bilhão em 2024. A balança comercial de Granada registrou, no mesmo ano, déficit de US\$ 158 milhões. Considerando o reduzido tamanho de sua economia, o país está sujeito a vulnerabilidades advindas de desastres naturais, e de oscilações no mercado de turismo e no preço das *commodities*.

O último relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o país dá conta de que a economia de Granada experimentava, até junho de 2024, forte crescimento sustentado pelo setor de turismo, com inflação moderada e um déficit de conta corrente em declínio. No entanto, em 1º de julho, o furacão Beryl causou danos equivalentes a mais de 16% do PIB nas ilhas Carriacou e Petite Martinique, bem como nas paróquias do norte da ilha principal. As autoridades responderam rapidamente, com um pacote de medidas fiscais que incluiu o acionamento de uma “cláusula de furacão” (“*hurricane clause*”), inovação legislativa que permite o adiamento do pagamento de dívidas a fim de permitir gastos temporários com apoio à recuperação e reconstrução, em casos de desastres naturais significativos.

O crescimento econômico de curto prazo de Granada deve permanecer em 3,9% em 2025, impulsionado por gastos significativos das autoridades com recuperação e reconstrução da infraestrutura turística, afetada pelo furacão. O FMI prevê que a dívida pública deverá atingir 60% do PIB até 2030.

A médio prazo, o crescimento do PIB deverá sofrer desaceleração, dado que o setor de turismo opera perto de sua capacidade máxima. Os principais riscos de futuras quedas incluem possibilidade de novos desastres naturais, assim como de choques potenciais sobre a demanda turística.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Granada caracteriza-se pela constante preocupação com a observância dos instrumentos internacionais e com a manutenção da sua imagem entre os demais países do Caribe.

Em razão de sua significativa dependência de ajuda externa, Granada tem intensificado sua participação em diversos organismos internacionais. Além de integrar a Comunidade do Caribe (CARICOM), Granada também é membro da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS); da Associação dos Estados do Caribe (AEC); e da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). O país tem buscado desempenhar papel de proeminência no âmbito da CARICOM, tendo o primeiro-ministro Dickon Mitchell assumido a presidência *pro tempore* do agrupamento entre julho de 2024 e fevereiro de 2025.

Em razão de sua dimensão territorial reduzida, a Chancelaria granadina tende a direcionar seu foco aos parceiros com os quais mantém cooperação mais intensa: China, Venezuela e Cuba. Granada procura interagir, também, com a União Europeia, Reino Unido (através do *UK-Caribbean Forum*) e Estados Unidos, sobretudo na área de segurança, além de atuar em organismos multilaterais.

Cuba e Venezuela

A Venezuela é tradicional parceira de Granada, sendo o segundo maior provedor de cooperação e de ajuda financeira ao país, atrás apenas da China. O país contribuiu para a construção do Hospital Geral de Saint George’s, e concedeu ajuda financeira de US\$ 11 milhões, em 2013, por meio do Banco da ALBA.

Desde 2007, a PDV Caribe (subsidiária da Petroleos de Venezuela S.A.) mantém empresa em Granada, a Petrocaribe Grenada Ltd., com participação acionária do governo local. Por ocasião da visita do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em 2015, foi inaugurada a “Unidade Hugo Chávez”, planta industrial construída pela Petrocaribe para processar gás liquefeito de petróleo (GLP).

Não obstante o peso da relação bilateral, Granada, a exemplo dos demais membros da CARICOM, anunciou apoio à Guiana na disputa territorial pela região do Essequibo.

Granada também mantém estreita cooperação técnica com Cuba, país com o qual tem relações diplomáticas desde 1979. São particularmente importantes as parcerias em projetos nas áreas de educação e saúde.

República Popular da China

A China tem destinado recursos para financiar projetos locais, como a reforma, ainda em curso, do Estádio Nacional de Críquete de Granada; a construção de residências populares; e a reforma do Aeroporto Internacional Maurice Bishop.

Em visita do primeiro-ministro Dickon Mitchell a Pequim, em janeiro de 2025, foram assinados 13 instrumentos de cooperação bilateral, em áreas como economia; comércio; desenvolvimento verde; cultura; mídia; e mudanças climáticas.

Haiti

Granada foi o único país insular do Caribe a contribuir para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com o envio de policiais.

Em visita recente à Organização dos Estados Americanos (OEA), em setembro de 2024, o primeiro-ministro Dickon Mitchell reconheceu os esforços da CARICOM e seu Grupo de Pessoas Eminentes (EPG) para apoiar o Haiti em sua transição, colaborando com o Conselho Presidencial Transitório (CPT) do país. Mitchell destacou a missão multinacional de apoio à segurança no Haiti, liderada pelo Quênia, mas apontou que são necessários mais recursos e pessoal para garantir uma paz duradoura no país.

Organismos regionais

Granada sediou a 47ª Cúpula da CARICOM, em Saint George's, em julho de 2024. O país assumiu, na ocasião, a presidência *pro tempore* da CARICOM, transmitida a Barbados em fevereiro de 2025.

O país ocupou, também, a presidência de turno do Banco de Desenvolvimento do Caribe, havendo sediado a 48ª Assembleia de Governadores da instituição, em maio de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Granada estabeleceram relações diplomáticas em agosto de 1976. A representação brasileira era cumulativa, inicialmente, com Trinidad e Tobago, passando, posteriormente, a constituir cumulatividade com a embaixada em Georgetown (Guiana). Em 2008, foi criada a Embaixada residente em Saint George's.

A abertura da Embaixada brasileira contribuiu para o estreitamento dos laços com o país e a diversificação da agenda bilateral. A intensificação no relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica do Brasil com a região do Caribe, com destaque para a realização da Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 26/4/2010). Apesar das limitações e dificuldades de ordem orçamentária, o Brasil sempre buscou preservar iniciativas de cooperação em curso e manter diálogo político amparado nos pontos de convergência nos âmbitos geográfico, histórico, demográfico e cultural.

O fechamento da Embaixada do Brasil, em 2019, arrefeceu as relações bilaterais. Desde outubro de 2023, a representação brasileira junto ao país é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Port-of-Spain (Trinidad e Tobago). A medida visa a equilibrar a representação dos postos na região, além de conferir maior racionalidade à rede diplomático-consular no exterior.

Em março de 2024, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo granadino à margem da VIII Cúpula da CELAC, em Kingstown, ocasião em que conversaram sobre reforma do

Conselho de Segurança das Nações Unidas; cooperação em agricultura e cultural; e oportunidades de investimentos no setor portuário da ilha de Carriacou.

Em janeiro de 2025, o chanceler Mauro Vieira realizou visita a Granada, para formalizar o convite ao país para participar da Cúpula Brasil-Caribe, a ter lugar em Brasília, em 13 de junho de 2025. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores reuniu-se com o chanceler de Granada, Joseph Andall, junto ao qual lamentou o fechamento da Embaixada residente em Saint George's e afirmou a intenção de reabertura do Posto.

Cooperação Humanitária e em Saúde

O Brasil vem fazendo doações humanitárias a Granada na área da saúde, que totalizam US\$ 122.176,21. Registra-se, ainda, a realização, em 2015, de uma ação de assistência humanitária voltada para Granada, na área da saúde, com doação de itens de prevenção ao vírus do HIV/AIDS.

Cooperação Técnica

Os governos do Brasil e de Granada assinaram, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM (2010), Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura. O memorando entrou em vigor em 10 de setembro de 2012.

Desde a assinatura do memorando, a ABC tem apoiado a implementação de iniciativas de cooperação na área agropecuária com Granada, dentre as quais: i) "Capacitação em Recursos Genéticos Vegetais"; ii) "Capacitação em Ciências Agrárias: Máquinas Agrícolas e Tecnologias de Produção de Hortaliças e de Cultivo Mínimo em Pequenas Áreas"; iii) "Capacitação em Processamento de Frutas e Coco-Verde"; iv) "Capacitação em Horticultura Orgânica em Áreas Tropicais"; v) "Capacitação em Tecnologia de Produção de Bovinos de Leite"; vi) "Curso sobre Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional"; vii) "Capacitação em Melhoramento Genético dos Rebanhos"; viii) "Capacitação em Alimentação de Ruminantes em Clima Tropical"; e ix) "Capacitação em Tecnologia de Produção de Caprinos e Ovinos".

Foram realizadas, também, ações na área de gestão de recursos hídricos, negociadas em novembro de 2013. As fases de capacitação vêm sendo executadas conjuntamente entre representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de favorecer a eficiência dos resultados da cooperação técnica com os países caribenhos.

A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, em outubro de 2014. O segundo curso foi realizado em outubro de 2015, em Bridgetown (Barbados), para capacitação em planejamento, implantação e operação de Redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas. A terceira iniciativa, para fortalecimento da gestão de recursos hídricos e hidrometeorológicos, com ênfase em águas superficiais, foi realizada na cidade de Roseau (Dominica), entre 27 e 31 de março de 2017.

Por ocasião da visita do ministro Mauro Vieira a Saint George's, em janeiro de 2025, o chanceler granadino deixou claro que desejaria contar com a cooperação brasileira na área agrícola. Disse que seu país enfrenta dificuldades para desenvolver pecuária de pequeno porte, para fins de subsistência, e manifestou interesse em "aprender com o Brasil". Também foi mencionada a possibilidade de intercâmbio na área educacional.

Visita de navios-patrolha

Em 2018, realizou passagem por Granada a operação CARIBEX, com o objetivo de realizar intercâmbios e exercícios de caráter militar. Foi oferecida recepção a bordo de um dos navios, a qual contou com a presença do ministro das Relações Exteriores granadino. A última visita da operação ao país ocorreu em 2019, com recepção às autoridades civis e militares locais e diplomáticas e visitas públicas.

Apoio Granadino a Candidaturas Brasileiras

Granada apoiou as candidaturas de Rodrigo Mudrovitsch à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em novembro de 2021; do professor George Galindo para a Comissão de Direito Internacional (em troca do apoio à candidatura de Granada ao Conselho Executivo da UNESCO), em novembro de 2021; e de Aldo Campos Costa a vaga no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, em junho de 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1498	Descoberta por Cristóvão Colombo, que nomeou a ilha de “Concepción” (posteriormente, os espanhóis a renomearam “Granada”).
1674	Os franceses ganham controle sobre a ilha.
1753	Granada torna-se importante possessão francesa, com 100 engenhos de açúcar e 12.000 africanos em situação de escravidão.
1763	A Inglaterra assume o controle da ilha pelo Tratado de Paris.
1783	Após disputas contra os franceses, a Inglaterra recupera controle sobre a ilha. Os britânicos introduzem os cultivos de algodão, cacau e noz moscada.
1833	Abolição da escravatura. Granada torna-se parte da <i>British Windward Islands Administration</i> , permanecendo até 1958.
1925	Os granadinos ganham o direito de eleger 5 dos 15 membros do Conselho Legislativo.
1951	Criação do partido da União dos Trabalhadores (GULP), pró-independência. Realização das primeiras eleições gerais com base no sufrágio universal.
1958-1962	Granada torna-se membro da Federação das Índias Ocidentais.

1967	Passa a fazer parte dos Estados Associados das Antilhas Britânicas.
1974	Em 7 de fevereiro de 1974, Granada torna-se Estado independente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1976	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2006	Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
2008	Abertura de Embaixada residente em Saint George's.
2009	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores de Granada ao Brasil, onde cumpre agenda em São Paulo e em Brasília.
2010	Visita do primeiro-ministro de Granada ao Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM.
2014	Visita oficial do ministro de Relações Exteriores de Granada ao Brasil.
2019	Fechamento da Embaixada em Granada.
2024	Encontro bilateral entre chanceleres à margem da VIII Cúpula da CELAC.
2025	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, a Granada.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Status	Ratif. Brasil	Ratif. Outra Parte	Dt. Promulg
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	9/6/2014	Em Vigor			24/6/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde Pública	26/4/2010	Em Vigor	27/5/2010	10/9/2012	21/3/2016
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	26/4/2010	Em Vigor	27/5/2010	10/9/2012	
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada	24/4/2006	Em Vigor	26/6/2009	28/7/2009	19/2/2010
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	24/4/2006	Em Vigor	26/7/2006	23/9/2009	1/10/2009

ACORDOS BILATERAIS EM RATIFICAÇÃO

Título do Acordo	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada	Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Aprovado pelo Congresso Nacional (decreto legislativo nº. 142 de 2017)

Acordo de Cooperação Cultural Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada	Cooperação cultural	Artístico-cultural	26/04/2010	Em Ratificação
---	---------------------	--------------------	------------	----------------

ANEXO I – PERFIS BIOGRÁFICOS

CÉCILE LA GRENADE

Governadora-Geral



Nascida em La Borie, Granada (30/12/1952), Cécile La Grenade é cientista de alimentos. Possui bacharelado em Química pela Universidade das Índias Ocidentais, e mestrado e doutorado em Ciência dos Alimentos, pela Universidade de Maryland. Atuou como diretora da Agência Regulatória do Serviço Público (*Public Service Commission*). Em maio de 2013, foi nomeada governadora-geral de Granada, cargo que ocupa atualmente.

DICKON AMISS THOMAS MITCHELL

Primeiro-Ministro



Nasceu em Saint David, Granada (8/10/1978). Graduou-se em Direito, pela University of West Indies, em Barbados. Como advogado, desenvolveu trabalhos com o Banco Mundial e a International Finance Corporation. Foi nomeado primeiro-ministro, em 24 de junho de 2022, na esteira da vitória do partido *National Democratic Congress* (NDC) nas eleições gerais realizadas em 23 de junho de 2022. Seus principais compromissos políticos de campanha foram o combate ao nepotismo e proposta de reforma do sistema eleitoral.

JOSEPH ANDALL

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Desenvolvimento de Comércio e de Exportações



Joseph Andall foi eleito parlamentar e nomeado chanceler em julho de 2022. Trabalhou como tradutor e professor de espanhol, história, sociologia e inglês. Graduado em Ciência Política, pela Universidade das Índias Ocidentais, possui mestrado em Educação de Línguas Modernas; e pós-graduação em Estudos Hispânicos e Latino-Americanos.

ANEXO II – MAPAS



ANEXO III - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Granada
GENTÍLICO	Granadino
CAPITAL	Saint George's
ÁREA	344 km ²
POPULAÇÃO (2024)	125.438
IDIOMA	Inglês e francês patois
RELIGIÃO	Protestantes 49,2%; Católicos 36%; Rastafáris 1,2%; Testemunha de Jeová 1,2%; outros.
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III
GOVERNADORA-GERAL	Cecile La Grenade
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Dickon Mitchell
CHANCELER	Joseph Andall
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar caribenho oriental
PIB (preços correntes, 2024, FMI)	US\$ 1,393 bilhão
PIB PPP (2024, FMI)	US\$ 2,35 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI)	US\$ 12.722
PIB PPP <i>per capita</i> (2024, FMI)	US\$ 21.369
VARIAÇÃO PIB (Banco Mundial)	2,1% (2024); 2,7% (2023); 5,8% (2022); 4,7% (2021); -13,8% (2020); 0,7% (2019); 4,4% (2018); 4,4% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0.795 (alto)/68º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	75 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	96%

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES, FOB)
FONTE: COMEX STAT

Brasil – Granada	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	7,74	7,67	8,4	8,99	10,2	8,16	11,47	16,1	15,04	15,1
Exportações	7,68	7,63	8,4	8,94	10,1	8,1	10,98	16,1	15	15,1
Importações	0,56	0,36	0,39	0,41	0,52	0,62	0,49	0,489	0,1	0,257

Principais produtos exportados (2024): Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (69%); folheados, contraplacados, aglomerados, e outras madeiras, trabalhados (8,5%); despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados (6,4%); demais produtos – indústria de transformação (4,6%); materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (4,3%); carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (2,6%); açúcares e melaços (2,3%); carne suína fresca, refrigerada ou congelada (1,3%); outros produtos comestíveis e preparações (0,98%).

Principais produtos importados (2024): bebidas alcoólicas (100%).

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM GRANADA**

Candidata: MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA



Nascida em 23 de janeiro de 1952, no Rio de Janeiro, Maria Elisa Teófilo de Luna é bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1981, ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Em 2007, foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Mosaico Africano no Golfo da Guiné: Perspectivas para a Atuação Diplomática Brasileira”.

Em Brasília, desempenhou funções na Divisão de Difusão Cultural (1981), na Divisão de Divulgação Cultural (1983) e na Divisão de Organismos Internacionais Especializados (1991). Participou da preparação do I Fórum África-Brasil, em Fortaleza, em 2003, e da I Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, em Salvador, em 2006.

Chefiou a Divisão de Imigração (1999) e a Divisão de África I (2003). Fora do Itamaraty, chefiou a Assessoria Internacional do Ministro da Agricultura e do Abastecimento (1998) e trabalhou como chefe do cerimonial no Superior Tribunal de Justiça. Foi promovida a Ministra de Primeira Classe em 2012.

Serviu nas embaixadas brasileiras em Abu Dhabi (1988), Havana (1990) e Panamá (2001). Serviu, ainda, nos Consulados-Gerais em Milão (1993) e Assunção (1996). Foi cedida à Secretaria da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sediada em Lisboa (2000). Foi Ministra-Conselheira na embaixada em Bruxelas (2008). Foi Cônsul-Geral em Montreal (2015) e Embaixadora no Senegal (2010) e em Gana (2017). É membro da Ordem do Rio Branco no grau de Grande-Oficial. Desde fevereiro de 2012 é Embaixadora em Trinidad e Tobago.

I - Política interna

A política interna de Granada, país tri-insular composto pela ilha de Granada e suas dependências, as ilhas de Carriacou e Petite Martinique, é estruturada sob uma monarquia parlamentarista, sendo o monarca britânico o chefe de estado, que é representado pelo governador-geral residente no país. O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do partido no Parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Representantes - com 15 membros eleitos por voto direto para mandatos de cinco anos - e pelo senado, com 13 membros nomeados pelo Governador-Geral, sendo 10 em consulta com o Primeiro-ministro e 3 com o líder da oposição.

O país possui uma diversidade de partidos políticos, em que se destacam o Novo Partido Nacional (NPP) e o Congresso Nacional Democrático (NDC). Ambos competem nas eleições-gerais, que determinam a composição do Parlamento e a formação do governo. Desde 2022, está no poder o NDC do primeiro-ministro Dickon Thomas Mitchell, advogado, com atuação em instituições financeiras como o Banco Mundial e a International Finance Corporation.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Joseph Andall, também oriundo do NDC, foi nomeado em 2022. É graduado em Ciência Política e Letras Modernas, com pós-graduação em Estudos Hispânicos.

II - Política externa

A política externa de Granada se orienta por princípios de neutralidade, independência e cooperação regional. O país mantém boas relações com o seu entorno caribenho, sendo membro do foro da harmonização de posições governamentais dos países caribenhos, CARICOM; da Associação de Estados do Caribe (AEC); e da Comunidade Latino-americana e do Caribe (CELAC). Mantém representantes permanentes na OEA e na ONU.

Com os EUA, o país compartilha interesses comuns e é parceiro em áreas como segurança regional, cooperação no combate ao tráfico de drogas e outras ameaças transnacionais. As relações são cooperativas, embora a história da intervenção americana em Granada, em 1983, após a deposição do Primeiro-Ministro Maurice Bishop, ainda esteja presente, negativamente, na memória coletiva da população granadina. Por outro lado, a nova política comercial do governo Trump trouxe incertezas para a economia granadina, fortemente dependente de bens importados e do comércio internacional. As tarifas impostas à China afetam indiretamente o Caribe, na medida em que poderão aumentar o custo de insumos importados necessários à expansão das atividades hoteleiras, vitais para Granada, e reduzir o mercado para alguns produtos da região.

A China tem embaixada residente em Saint George's, assim como Cuba, que mantém projetos de assistência técnica no país, com médicos trabalhando em Granada, e concede bolsas de estudos a estudantes granadinos.

As relações com a Venezuela, caracterizam-se, até o momento, por parceria amistosa e de cooperação, com ênfase na ajuda econômica.

III – Economia e Comércio

A economia granadina é pouco diversificada e suas receitas advêm basicamente do turismo, das remessas de recursos pela diáspora residente nos EUA e na Europa, e de ocasional investimento estrangeiro no setor de hotelaria. Após o fim de pandemia e consequente “boom” do setor de turismo, em 2023 e 2024, a economia de Granada apresenta cenário de crescimento moderado, com expectativas de 2,7% em 2025. Esse arrefecimento reflete as limitações do setor turístico, carente de novos investimentos.

Por outro lado, a economia do pequeno país tri-insular também é bastante influenciada pelo programa Cidadania por Investimento (CBI), que, como próprio nome revela, permite a obtenção de cidadania mediante investimentos aprovados no Fundo Nacional de Transformação, ou em projetos imobiliários. Em 2019, por exemplo, o governo arrecadou mais de US\$ 29 milhões, quase 50% dos fundos destinados a projetos de capital do governo em 2022. Em 2024, os fundos arrecadados pelo CBI triplicaram, apresentando-se como fonte crucial de recursos para o desenvolvimento do país.

~~Além do setor turístico, algumas receitas provêm da agricultura, sendo Granada o segundo maior produtor mundial de noz-moscada, além de produzir canela, cravo e gengibre.~~

Cabe observar que, apesar de avanços, 25% da população granadina vive abaixo da linha da pobreza e as taxas de desemprego são bastante elevadas, especialmente entre mulheres e jovens. A vulnerabilidade aos desastres naturais, muitas vezes devastadores, como o furacão Beryll, em 2024, também ameaçam o delicado equilíbrio entre os desafios estruturais e a necessidade de garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

IV - Relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Granada em 1976, dois anos após a independência do país tri-insular. A embaixada brasileira residente foi estabelecida em 2008, mas em 2020, foi convertida em representação cumulativa com a embaixada em Bridgetown, medida que causou certo esfriamento das relações bilaterais e exigiu algum esforço para o estabelecimento de canal de comunicação com as autoridades locais.

Brasil e Granada, de modo geral, convergem em posições tanto no plano bilateral quanto no multilateral, guardadas as diferenças geográficas, econômicas e as aliança com terceiros países.

A visita de trabalho do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a Granada, em 20 de janeiro de 2025, consistiu em marco na retomada do diálogo político e institucional com o país caribenho, na medida em que definiu um novo padrão no relacionamento bilateral, que se havia resfriado, de certo modo, após o encerramento das atividades da embaixada brasileira residente naquele país. Naquela ocasião, o Ministro Mauro Vieira convidou Granada a participar da Cúpula Brasil-Caribe, em junho próximo.

V - Relações econômico-comerciais

De acordo com as estatísticas disponíveis, o intercâmbio bilateral entre janeiro e outubro de 2024 permaneceu nos níveis das estatísticas anteriores. O Brasil continua a ser altamente superavitário nas trocas. A pauta de exportações brasileira registra, principalmente, carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (69%); folheados, contraplacados e aglomerados (8,5%). Granada, por sua vez, exportou para o Brasil veios de transmissão e manivelas; engrenagens (93%); bebidas alcoólicas (4%). É necessário ressaltar que as dificuldades de transporte marítimo direto e regular prejudicam a diversificação da pauta e o aumento do fluxo comercial.

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil – Granada	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-out)
Intercâmbio	7,74	7,67	8,4	8,99	10,2	8,16	11,47	16,1	15,04	12.3 (3,4%)
Exportações	7,68	7,63	8,4	8,94	10,1	8,1	10,98	16,1	15,0	12.3 (+3,4%)
Importações	0,56	0,035	0,039	0,041	0,051	0,061	0,49	0,489	0,1	0,002 (-%)

Principais produtos exportados (2024): carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (69%); folheados, contraplacados, aglomerados (8,5%).

Principais produtos importados (2024): veios de transmissão e manivelas; engrenagens (93%); bebidas alcoólicas (4%).

VI - Cooperação Técnica, Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária

Desde 2010, Brasil e Granada contam com Acordo de Cooperação Técnica, que fornece a moldura legal para ações conjuntas entre os dois países. A Agência Brasileira de Cooperação está empenhada em prosseguir com a negociação de iniciativas que poderão vir a integrar eventual pauta de cooperação bilateral. Ainda não houve reação formal do governo granadino sobre proposta de ida de missão exploratória brasileira para o setor aviário. Ambos os temas foram objeto da agenda da visita do Ministro Mauro Vieira.

No âmbito do Programa de Cooperação Trilateral Brasil-União Europeia-Alemanha, encontra-se em execução o projeto de cooperação técnica “Digitalização do Treinamento Técnico Educacional e Vocacional na CARICOM”, implementado em parceria entre o SENAI e o Secretariado da Comunidade do Caribe (CARICOM). A parceria consiste no apoio técnico e financeiro das três partes (EUR 250 mil cada) em favor dos países em desenvolvimento da região e foi estabelecida, em 2021, pelo “Memorando de Entendimento sobre Cooperação Internacional” entre o Brasil e a União Europeia. Granada está incluída entre os países beneficiados.

Nos últimos cinco anos, o governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para o governo granadino: 300 frascos da vacina contra a Poliomielite Inativada (VIP); 500 frascos da vacina tríplice (DTP); 750 frascos da vacina pneumocócica; 3 mil doses da vacina de Poliomielite Inativada (VIP); 5 mil doses da vacina tríplice (DTP) - 10 doses; e 3 mil doses da vacina pneumocócica conjugada 10 valente.

VII - Cooperação cultural e educacional

O Brasil tem Acordo de Cooperação Educacional com Granada desde 2010.

Granada pode vir a fazer parte do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), nas modalidades de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). Acordo nesse sentido foi assinado em 2010 e ratificado pelo Brasil. Aguarda-se informação de ratificação por parte de Granada. Bastaria, a seguir, intercâmbio de notas verbais confirmando a possibilidade de participação de nacionais do país no programa.

Granada faz parte da lista de países que faz jus a candidatura para bolsa (modalidade one-time-allowance) da OEA de apoio aos estudantes caribenhos do PEC-G, no marco de Memorando de Entendimento assinado em novembro de 2024.

Caso Granada formalize a participação no PEC-G, candidaturas de nacionais do país poderão ser recebidas já no marco do próximo edital (inscrições entre maio e julho de 2025, com início dos estudos em 2026). Não é necessário conhecimento prévio da língua portuguesa: o primeiro ano de estudos, no PEC-PLE, é dedicado ao aprendizado do idioma e à aclimatação cultural. A inscrição concomitante na bolsa da OEA, caso tenha êxito, resultaria em aporte de recursos para financiar o transporte e a instalação no Brasil.

VIII - Temas consulares

Não há temas consulares em discussão.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior;
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em processo final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Fortalecer as relações entre o Brasil e Granada, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao potencial dos dois países e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com Granada; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo trinitário e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos granadinos e brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira;
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional de Granada, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção regional e internacional do país;
3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos;
4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com Granada ou em investir no país;

5. ~~Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação;~~
6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, e instituições culturais locais;
7. Garantir o atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito em Granada;
8. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos granadinos ou estrangeiros em Granada, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória;
9. Zelar pela gestão eficiente de recursos orçamentários alocados para a gestão da cumulatividade em Trinidad e Tobago.

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos

- a) Promover as exportações brasileiras de forma a buscar diversificação e maior equilíbrio da balança Comercial;
- b) Trabalhar para permitir o ingresso de exportações de carne vacuna e de frango do Brasil;
- c) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas, em feiras e eventos internacionais realizados em Granada;
- d) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres em Granada, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios em Granada para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros

- a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas em Granada, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras;
- b) Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros em Granada, tendo em conta o marco normativo sobre inversões estrangeiras e sobre zonas francas;
- c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração de informes regulares sobre a situação econômica de Granada e da atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros;
- d) Elaborar, em caráter periódico, análise sucinta da situação do intercâmbio comercial bilateral entre o Brasil e Granada, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas;
- e) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de demandas atendidas pelo SECOM de promoção e inteligência comercial;
- b) Número de eventos de promoção organizados com participação da Embaixada;

- c) ~~Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados;~~
- d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras;
- e) Número de reuniões e gestões junto às autoridades granadinas competentes sobre temas de comércio e investimentos.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira

- a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna em Granada, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros;
- b) Manter interlocução fluida com os principais atores de Granada, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais;
- c) Preparar informações sobre as relações do governo de Granada com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores;
- d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos;
- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras a Granada, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados;
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo de Trinidad e Tobago

- a) Informar sobre a atuação de Granada e seus interesses em foros multilaterais e regionais;
- b) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira;

- c) ~~Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo de Granada a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.~~

4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades;
- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras a Granada e vice-versa.

5. Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre o Brasil e de Granada

- a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral;
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa de Granada;
- b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais;
- c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte;
- d) Número de instrumentos concluídos;
- e) Número de gestões junto à chancelaria local;
- f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria de Granada.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade granadina

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira;
- b) Fortalecer a interlocução com entidades de Granada para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira;
- c) Apoiar eventual presença brasileira em eventos culturais de Granada;
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros;

- e) ~~Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada.~~

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa;
- b) Trabalhar para a possível reinstituição do programa de leitorado em universidade local;
- c) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada;
- d) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões com autoridades/entidades granadinas;
- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil;
- c) Número de participantes em atividades culturais promovidas pelo Posto;
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE²

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes de Granada, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil;
- b) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) e de pós-graduação (PEC-PG), bem como prestar apoio aos candidatos granadinos no âmbito das mencionadas iniciativas;
- c) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados em Granada e facilitação das informações a respeito;
- d) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes granadinos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras;
- e) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições de Granada;
- f) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade;
- g) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam

² A cooperação cultural foi tratada no item anterior

~~ser relevantes para a situação local;~~

- h) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres em Granada.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições brasileiras e granadinas;
- b) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto;
- c) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais;
- d) Número de visitas de delegações e missões técnicas;
- e) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral**
 - a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo de Granada no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios para ambas as partes;
 - b) Auxiliar na implementação Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2008;
 - c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais de Granada, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral;
 - d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes de Granada, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas;
 - e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres em Granada.
- 2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social**

- a) ~~Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas em Granada em~~ matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis;
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e granadinas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de projetos de cooperação técnica;
- b) Número de iniciativas de assistência humanitária;
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação;
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de Posições;
- b) Promover a cooperação, em especial no que se refere a zonas costeiras e ambientes marinhos;
- c) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável;
- d) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético;
- e) Acompanhar e relatar iniciativas de Granada em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas;
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade;
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito em Granada;
- b) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial;
- c) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty;
- d) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior;
- e) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros;
- f) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros;
- b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas;
- c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto;
- d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.

IX – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC);
- b) Acompanhar, como observadora, os trabalhos da Associação dos Estados do Caribe (AEC), sediada em Port of Spain, e fomentar as atividades de cooperação previstas no Acordo Básico de Cooperação entre o Brasil e a AEC, assinado em janeiro de 2005.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões e reuniões realizadas;
- b) Número de informações e expedientes preparados.



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz *da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Granada, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da indicada.

Nascida em 1952, a diplomata concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1980.

Sobre sua trajetória no MRE, em 1981 tornou-se Terceira-Secretária e Segunda-Secretária em 1987. Por merecimento, ascendeu a Primeira-Secretária em 1992, a Conselheira em 1999 e a Ministra de Segunda Classe em 2007. Em 2012, passou a integrar o quadro especial da carreira e, no mesmo ano, chegou a Ministra de Primeira Classe.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Milão (1993-96) e no Consulado em Assunção (1996-98); Chefe da Divisão de Imigração (1999-00); Conselheira no Consulado-Geral em Lisboa, cedida ao Secretariado-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2000-01); Conselheira na Embaixada do Panamá (2001-03); Chefe da Divisão da África I (2003-08); Ministra-Conselheira na Embaixada em Bruxelas (2008-10); Embaixadora em Dacar (2010-15); Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montreal (2015-17); Embaixadora em Acra (2017-22); Assessora no Superior Tribunal de Justiça em 2022; e Embaixadora na Embaixada em Port-of-Spain, desde 2024.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Granada.

Localizada ao sul do mar do Caribe, Granada foi colônia da França e Grã-Bretanha. Apesar de em 1967 a Grã-Bretanha ter concedido autonomia a Granada sobre seus assuntos internos, somente em 1974 ela alcançou sua independência. Atualmente, Granada adota o sistema parlamentarista de governo e é membro da *Commonwealth*.

Sua economia baseia-se maciçamente no setor de serviços, que responde por quase 80% do Produto Interno Bruto de Granada, com destaque para o turismo.

China, Venezuela e Cuba são os parceiros com que Granada mantém cooperação mais estreita, mas também se relaciona com a União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos, em especial na área de segurança. Além disso, o país tem reforçado sua atuação em organismos multilaterais.

As relações bilaterais entre Brasil e Granada foram estabelecidas em 1976. A abertura da Embaixada brasileira residente em Saint George's levou ao estreitamento dos laços com Granada e à diversificação da agenda bilateral. No entanto, em 2019, a representação brasileira voltou a ser cumulativa com Trinidad e Tobago.

O chanceler Mauro Vieira e seu homólogo granadino reuniram-se, em março de 2024, à margem da VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Kingstown. Na ocasião, trataram de assuntos como reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; cooperação em agricultura e cultura; e oportunidades de investimentos no setor portuário de Granada.

Em janeiro do ano corrente, o chanceler Mauro Vieira, em visita a Granada, formalizou convite ao país para participar da Cúpula Brasil-Caribe, a ter lugar em Brasília, em 13 de junho de 2025. Na oportunidade, o chanceler granadino manifestou desejo de estabelecer cooperação com Brasil na área agrícola, a fim de desenvolver pecuária de pequeno porte para fins de subsistência e de promover intercâmbio na área educacional.

Por fim, importa assinalar que o Brasil faz doações humanitárias a Granada na área de saúde. Já no âmbito da cooperação técnica, vale o registro da assinatura, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM (2010), de Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura, que entrou em vigor em 10 de setembro de 2012. No contexto desse Memorando, foram conduzidas pela Agência Brasileira de Cooperação

iniciativas de cooperação no domínio da agropecuária. Há, ainda, ações na área de gestão de recursos hídricos com a participação de outros países caribenhos.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir esse relatório, gostaria de aproveitar a ocasião para enaltecer todas as três mulheres indicadas para exercerem o cargo de Embaixadoras, que deliberamos hoje na CRE. Quero cumprimentar a Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna, reforçando também o desejo de que haja cada vez maior número de mulheres diplomatas a exercer funções de chefia e direção em nossos postos no exterior.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE VIVIAN LOSS SANMARTIN

CPF: [REDACTED]

ID: [REDACTED]

1965 Filha de [REDACTED], nasce em [REDACTED].

Dados Acadêmicos:

1990 Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.
 1993 CPCD IRBr, 1993
 2003 CAD IRBr, 2003
 2009 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Cargos:

1994 Terceira-secretária
 1999 Segunda-secretária
 2004 Primeira-secretária, por merecimento
 2007 Conselheira, por merecimento
 2010 Ministra de segunda classe, por merecimento
 2022 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão do Meio Ambiente, assistente
 1997-99 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária
 1999-2003 Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária
 2003-06 Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária
 2006 Departamento de Integração, assessora
 2007-08 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, chefe
 2008-12 Embaixada em Buenos Aires, conselheira
 2012-18 Embaixada em Viena, ministra-conselheira
 2018-22 Embaixada em Iauê (cumulativa com o Chade), embaixadora
 2002- Embaixada em Windhoek, embaixadora

Condecorações

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
 Ordem Nacional do Mérito do Camarões, Grande Oficial
 Medalha Mérito Tamandaré
 Grande Oficial, Ordem do Mérito Naval



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2025

(n° 471/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 471

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2025.

EM nº 00069/2025 MRE

Brasília, 7 de Abril de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 547/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 25/04/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6598774** e o código CRC **5A4EE4C4** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

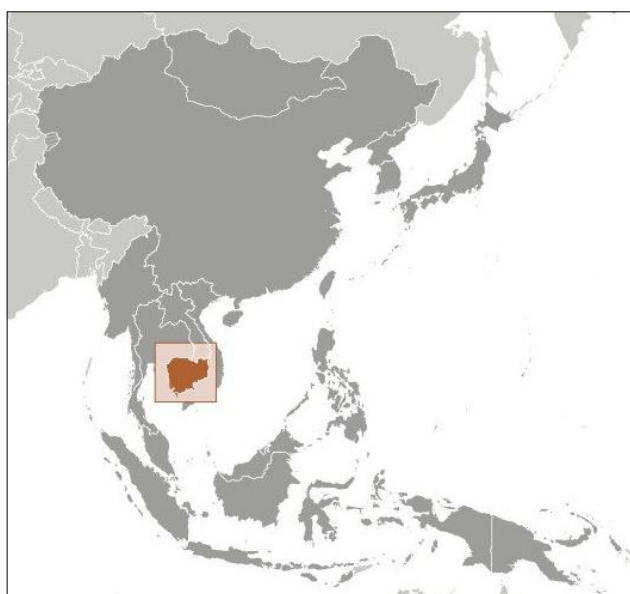
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002106/2025-02

SEI nº 6598774

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 19/2025 [4 de 24]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CAMBOJA**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMBOJA	
Nome Oficial:	Reino do Camboja
Gentílico:	Cambojano (a)
Capital:	Phnom Penh
Área:	181 mil km ²
População:	15,9 milhões
Línguas oficiais:	Khmer

Principais religiões:	Budismo (oficial, 97,9%); islamismo (1,1%), outras (1%)
Sistema de governo:	Monarquia constitucional parlamentarista
Poder Legislativo:	Bicameral; Senado: 61 membros eleitos indiretamente para mandatos de seis anos; Assembleia Nacional: 125 membros diretamente eleitos para mandatos de cinco anos.
Chefe de estado:	Rei Norodom Sihamoni (desde 14 de outubro de 2004)
Chefe de governo:	Hun Manet (desde 22 de agosto de 2023)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Prak Sokhonn (desde 20 de novembro de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 47,1 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 139,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 2.740
PIB PPP <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 8.140
Variação do PIB (FMI):	-3,6% (2020); 3,1% (2021); 5,1% (2022); 5% (2023); 5,5% (2024)
IDH (2022, PNUD)	0,600 (148ª posição entre 191 países)
Comércio bilateral (2024)	US\$ 125 milhões (+10,7%)
Saldo da balança comercial (2024)	Déficit de US\$ 72,8 milhões (tradicionalmente deficitário)
Total exportações brasileiras (2024)	US\$ 26,1 milhões (-29,8%); 143º destino
Principais produtos exportados	Madeiras e similares (45%); couro (15%); couros e peles em bruto (13%); carnes de aves e miudezas (10%); e tabaco (3,7%)
Total importações brasileiras (2024)	US\$ 98,9 milhões (+30,6%); 76ª origem
Principais produtos importados	Vestuário (53,6%); pneus de borracha (19%); calçados (14%); e malas e pastas (8,3%)
Investimentos do Camboja no Brasil	Não há registro de investimentos cambojanos no Brasil.
Investimentos do Brasil no Camboja	Não há registro de investimentos brasileiros no Camboja.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor ou em negociação, tampouco diálogo exploratório.
Unidade monetária:	Riel (KHR)
Embaixador em Brasília:	Embaixador designado Prak Nguon Hong (apresentou cópia das figuradas à SG em 3/12/2024)
Brasileiros no país:	Estimados em 20 nacionais.

Intercâmbio comercial Brasil-Camboja – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)

Brasil → Camboja	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 ¹
Intercâmbio	43,5	37,4	69,5	59,0	71,9	96,8	112,9	125,0	25,2
Exportações	3,5	6,2	19,1	21,8	28,1	31,4	37,2	26,1	4,9
Importações	40,0	31,2	50,3	37,2	43,8	65,4	75,7	98,9	20,3
Saldo	-36,5	-25,0	-31,2	-15,4	-15,7	-34,0	-38,5	-72,8	-15,4

1. Dados até fevereiro de 2025

APRESENTAÇÃO

O Reino do Camboja localiza-se na porção sul da península da Indochina. Com população estimada em 15,9 milhões de habitantes, estende-se por 181 mil km². O país é uma monarquia constitucional de confissão oficial budista e uma das menores economias da ASEAN. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana.

A população do Camboja é composta por maioria de etnia *khmer* (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e por minorias de chineses, vietnamitas e *chams* (muçulmanos).

O Camboja tornou-se independente em 1953, após longo período de protetorado francês, iniciado em 1863. A história recente cambojana foi marcada pela violência do período em que Pol Pot e o Khmer Vermelho estiveram no poder (1975-1979).

PERFIS BIOGRÁFICOS

NORODOM SIHAMONI

Rei do Camboja



Nascido em 1953, é o primogênito do rei Norodom Sihanouk. Assumiu o trono em 2004, após seleção por conselho especial, na sequência da abdicação de seu pai.

Sihamoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, na República Tcheca, onde cursou os ensinos fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais de Praga. Estudou dança clássica e música, formando-se 1975.

É conhecido pelo trabalho desenvolvido na área cultural na Europa, tendo sido professor de dança na França na década de 1980. Nos anos 1990, foi Representante Permanente do Camboja nas Nações Unidas e Embaixador junto à UNESCO, cargo que exerceu até 2004. É solteiro e não tem filhos, não tendo, portanto, herdeiros diretos.

Hun Manet
Primeiro-Ministro



Nascido em 1977, assumiu a função de primeiro-ministro em sucessão ao pai, Hun Sen, que permaneceu no cargo por 38 anos (1985-2023).

Ingressou nas Forças Armadas em 1995. Formou-se na Academia Militar de West Point, nos Estados Unidos, em 1999. É graduado em Economia pela Universidade de Nova York e doutor em Economia pela Universidade de Bristol, no Reino Unido. Exerceu diversas posições de comando no exército. Durante o confronto cambojano-tailandês de 2008-2011, destacou-se nas negociações para encerrar o conflito.

Foi comandante do Exército Real do Camboja entre 2018 e 2023. Foi eleito deputado em 23 de julho de 2023. Em 7 de agosto 2023, foi indicado ao cargo de primeiro-ministro e referendado pela Assembleia Nacional em 22 de agosto de 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas, suspensas em 1966, foram reativadas em 1994. Não houve intercâmbio de visitas de Chefes de Estado e/ou Governo. Os contatos políticos têm experimentado crescimento nos últimos anos.

Em outubro de 2023, o chanceler Mauro Vieira realizou a primeira visita de ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Camboja. Na ocasião, foi recebido pelo primeiro-ministro Hun Manet e pelo chanceler Sok Chenda Sophea. Em duas ocasiões, esteve em Brasília o ministro-adjunto ao primeiro-ministro e secretário de estado permanente, Ouch Borith: em dezembro de 2022, e na posse presidencial, em janeiro de 2023.

Em junho de 2024, o secretário de Estado Chum Sounry veio a Brasília à frente de missão interministerial - do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério de Economia e Finanças - com o objetivo de adquirir o imóvel para a instalação da embaixada. Brasília é a primeira capital na América do Sul, a segunda na América Latina e a terceira no Hemisfério a receber uma embaixada cambojana (as demais são Havana e Washington). O Camboja conta com apenas 35 missões diplomáticas, 15 delas em seu entorno regional.

A representação brasileira junto ao Reino do Camboja é, até o momento, exercida pela Embaixada em Bangkok. Na visita do chanceler Mauro Vieira ao Camboja, em outubro de 2023, foi anunciada a intenção de abertura de embaixada residente. A representação diplomática brasileira naquele país foi formalmente criada por Decreto, em 06 de fevereiro de 2024. O processo de abertura encontra-se em fase de coordenação interna para definições sobre questões orçamentárias e administrativas. A chancelaria cambojana tem reiterado sua disposição de colaborar com os esforços brasileiros para a abertura da missão em Phnom Penh.

Brasil e Camboja possuem Mecanismo de Consultas Bilaterais, assinado em 2012, cuja primeira e única reunião ocorreu em dezembro de 2022, em Brasília. Em vigor, há, ainda, Acordo no Campo da Educação (2011), Acordo de Isenção Parcial de Vistos (2011) e Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas (2022). O Acordo de Cooperação Técnica (2021) está pendente de ratificação pelo Congresso.

A presidência *pro-tempore* cambojana da ASEAN, em 2022, teve atuação decisiva para a aprovação do pleito brasileiro de tornar-se Parceiro de Diálogo Setorial na 55ª

Reunião de Chanceleres da Associação. O Camboja segue país atuante e participativo na Associação. O atual Secretário-Geral da ASEAN é o cambojano Kao Kim Hourn.

O Camboja é um dos 82 países fundadores da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada durante a Cúpula de Líderes do G20, em 18 de novembro, no Rio de Janeiro. Os agricultores cambojanos são extremamente vulneráveis aos impactos da mudança do clima. De acordo com a FAO, 45% dos cambojanos vivem em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

Comércio e Investimentos

O comércio bilateral é modesto, mas crescente, tendo atingido recordes sucessivos. Em 2024, o fluxo total atingiu US\$ 125 milhões (+10,7%): exportações brasileiras sofreram queda para US\$ 26,1 milhões (-29,8%) e importações de US\$ 98,9 milhões (+30,6%), com déficit de US\$ 72,8 milhões. O Brasil é tradicionalmente deficitário.

Parte da queda nas exportações brasileiras em 2024 pode ser atribuída à redução das vendas de miudezas de frango. Essa diminuição teria ocorrido em consequência de salvaguardas impostas pelo governo cambojano às importações desses produtos de qualquer origem. Com o levantamento das referidas salvaguardas, em setembro, espera-se que as exportações brasileiras de frango voltem a se expandir.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são madeiras trabalhadas (45%); couro (15%); couros e peles em bruto (13%); carnes de aves (10%); e tabaco (3,7%). As importações brasileiras concentraram-se em artigos de vestuário (53,6%); pneus de borracha (19%); calçados (14%); e malas e pastas (8,3%).

Em março de 2024, realizou-se missão comercial ao Camboja, organizada pelo Departamento de Promoção Comercial, Investimentos e Agricultura (DPRA) do Itamaraty, a qual contou com representantes dos seguintes setores: couros, calçados e artefatos; reciclagem animal; piscicultura; proteína animal; aviação; e rações animais. Durante a missão, diversas empresas cambojanas, particularmente do setor de alimentos, demonstraram interesse em ampliar os contatos com o Brasil. Na mesma época, visitou o Camboja o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tendo tratado de questões relativas a acesso a mercados.

O baixo volume de comércio bilateral Brasil-Camboja, assim como a inexistência de investimentos cruzados, pode ser explicado não somente pela distância e diferenças culturais e linguísticas, mas também pela complexa burocracia cambojana.

A projetada abertura de embaixada em Phnom Penh tem o potencial de superar dificuldades existentes na interlocução com as autoridades cambojanas e permitir mais amplo apoio a empresas brasileiras interessadas em realizar negócios com o país.

Cooperação Técnica

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas à segurança alimentar, à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento rural, à pesquisa agrícola, aos biocombustíveis e ao aproveitamento do potencial hidrelétrico, áreas em que o Brasil pode prestar importante contribuição. O país já participou de diversos cursos promovidos pelo governo brasileiro, sobre temas como cooperação sul-sul e triangular, monitoramento de florestas tropicais e políticas sociais, coordenados pela ABC.

Brasil e Camboja assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2021. O acordo foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) da Câmara dos Deputados e aguarda ser analisado no Senado Federal. O Camboja manifestou interesse em desenvolver com o Brasil iniciativas de cooperação técnica em pecuária (melhoramento genético, alimentação do rebanho e manejo sanitário) e agricultura familiar, onde predomina a necessidade de inclusão social de mulheres. Não há, no momento, projetos em execução com o país.

Entre 2010 e 2013, o Brasil apoiou, por meio do Fundo IBAS, a construção de pavilhão destinado a crianças com deficiência em hospital do Ministério da Saúde do Camboja. Deu suporte, ademais, à capacitação de profissionais na área da saúde. Entre 2017 e 2019, o Fundo IBAS desenvolveu projeto para reduzir a pobreza entre os jovens cambojanos.

Assuntos consulares

A prática de aliciamento de cidadãos brasileiros para exercício de atividades fraudulentas “online” no Camboja tem sido objeto de comunicações da Embaixada em Bangkok. Trata-se de esquema no qual empresa, supostamente do setor financeiro, oferece vagas de emprego temporário, direcionadas a brasileiros, com salário competitivo, comissões por ativos vendidos e passagens aéreas. Na prática, os funcionários, que são induzidos a assinar cláusula de confidencialidade, têm seus passaportes retidos e são submetidos a longas jornadas de trabalho, privação parcial da liberdade de movimento e possíveis abusos físicos.

Entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, nove brasileiros vítimas do

esquema foram repatriados para o Brasil. Em agosto de 2023, grupo de cinco brasileiros foi detido pelas autoridades de imigração no aeroporto de Bangkok. Pretendiam se dirigir por terra ao Camboja, para trabalho em "telemarketing".

POLÍTICA INTERNA

O Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Durante parte da Segunda Guerra Mundial, entre 1941 e 1945, o país foi ocupado pelo Japão. Em 1953, obteve sua independência da França. Apesar da neutralidade na Guerra do Vietnã, a passagem de tropas vietnamitas por trilhas pelo território cambojano levou os EUA a bombardearem fortemente o país entre 1969 e 1973.

Desde a independência, o Camboja tem histórico de crises humanitárias, com efeitos sobre seu desenvolvimento econômico e social. Entre 1970 e 1999, o país passou por duas guerras civis, marcadas por intenso uso de minas terrestres e práticas de crimes contra a humanidade e de genocídio.

Em 1970, golpe militar aboliu a monarquia e proclamou a República Khmer. Seguiu-se, então, período conturbado de guerra civil. Em 1975, sob a liderança de Pol Pot, as forças revolucionárias do Khmer Vermelho saíram vitoriosas.

Após assumir o poder, o Khmer Vermelho adotou postura de isolamento internacional do Camboja e implementou política externa de aliança com Pequim e de confrontação com o vizinho Vietnã. No plano interno, foram adotadas medidas cujo resultado foi o caos econômico e a fome.

Em 1979, o Vietnã invadiu o país e derrubou o regime do Khmer Vermelho, instaurando novo regime, pró-vietnamita. As tropas vietnamitas deixaram o país em 1989 e, em 1991, negociações de paz resultaram nos chamados Acordos de Paris, que estipularam a criação de governo interino – a Autoridade da ONU de Transição no Camboja (UNTAC). A UNTAC atuou no país entre 1992 e 1993, quando foram realizadas eleições e promulgada nova Constituição, que reestabeleceu a monarquia.

Organização Política

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional, na qual o rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o primeiro-ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O rei Norodom Sihamoni é o chefe de estado desde 29 de outubro de 2004.

O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado tem 61 membros, cuja legislatura tem duração de seis anos. A Assembleia Nacional é composta por 125 membros eleitos para mandato de cinco anos.

O Judiciário do Camboja é formado pela Corte Suprema, a Corte de Apelações

e 24 cortes provinciais ou municipais, além de cortes militares.

Política Interna

Entre 1985 e 2023, Hun Sen esteve no cargo de primeiro-ministro, pelo Partido do Povo Cambojano (CPP), que domina a política nacional. A oposição tem enfrentado dificuldades legais para se contrapor ao governo, em função de litígios judiciais que não raro culminam na dissolução de partidos pelas autoridades cambojanas.

Em 23 de julho de 2023, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional. Foram eleitos 120 deputados do CPP e cinco do partido monarquista. O processo eleitoral foi alvo de críticas, uma vez que o principal partido de oposição, o *Candlelight Party*, teve sua participação no pleito negada pela Comissão Eleitoral Nacional, por alegada falha formal, relacionada à apresentação de documentação.

Nesse contexto, Hun Sen, após 38 anos no poder, anunciou sua decisão de passar a chefia do governo para seu filho mais velho, Hun Manet, eleito deputado. Em agosto de 2023, Hun Manet foi formalmente indicado ao cargo de primeiro-ministro pelo Rei. No mesmo mês, seu nome foi referendado pela Assembleia Nacional. Simultaneamente, o ex-primeiro-ministro Hun Sen foi designado por decreto real presidente do Supremo Conselho do Rei.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Camboja é marcada (i) pelas relações próximas com a China e com o Vietnã; (ii) pelas críticas de países desenvolvidos relacionadas à proteção dos direitos humanos domesticamente; (iii) pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; e (iv) pela relevância concedida à ASEAN.

Relações bilaterais: China, Vietnã e Tailândia

A China fornece importantes empréstimos, doações e investimentos, sobretudo em obras de infraestrutura. Os dois países firmaram, em 2020, o primeiro acordo de livre-comércio bilateral assinado pelo Camboja, vigente desde 1º de janeiro de 2022.

Ainda que as relações do Camboja com o Vietnã sejam marcadas pelas lembranças relativas ao período de ocupação vietnamita (1979 e 1989), os dirigentes cambojanos mantêm, até hoje, relações bastante estreitas com o vizinho.

As relações com a Tailândia apresentam momentos de tensão, devido ao litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Embora reconheça que o templo seja

cambojano (conforme decisão da CIJ, de 1962), a Tailândia reclamava área de 4,6 km² adjacente. Em 2013, a CIJ proferiu veredito final, que concedeu ao Camboja a soberania sobre o território onde se localiza o templo, mas não delimitou a nova fronteira entre os dois países.

União Europeia e Estados Unidos

As críticas de países desenvolvidos sobre a situação doméstica no país tiveram desdobramento mais recente em 2020, quando a União Europeia decidiu suspender parcialmente o Camboja de seu programa *Everything But Arms*. Segundo a UE, a suspensão decorreria das acusações de violações de direitos humanos e trabalhistas no país. Como consequência, tarifas foram reimpostas às exportações cambojanas de vestuário, calçados e itens de viagem.

ASEAN

A ASEAN, na qual ingressou em 1999, tem posição central na diplomacia cambojana. O país já ocupou, por duas vezes, a presidência de turno da Associação em 2012 e 2022. No âmbito da Associação, o país compartilha interesses estratégicos com os vizinhos que compartilham a bacia do Rio Mekong, integrando o CLVM (Camboja-Laos-Vietnã-Myanmar), com reuniões de cúpula anuais.

Âmbito Multilateral

O Camboja apoia a reforma do Conselho de Segurança nos moldes propostos pelo Brasil, com a expansão do número de assentos em ambas as categorias de membros permanentes e não-permanentes. No passado, já demonstrou simpatia pelo pleito brasileiro a membro permanente em um Conselho reformado. Nos últimos anos, nas IGN, tem defendido posições similares às daquelas da China, contrárias ao avanço do processo, opondo-se ao início de negociações baseadas em texto e defendendo a necessidade de “consenso” de todos os países para a reforma.

<h2>ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS</h2>
--

Economia

A economia cambojana tem prosperado nas últimas décadas, em especial em razão da estabilização política nos anos 1990, da adesão à ASEAN, em 1999, e do ingresso na OMC, em 2004. Entre 1998 e 2019, o crescimento médio anual foi de 7,7%, o que colocou o país entre as economias com maior crescimento no período.

Em 2015, o Camboja alcançou o status de "país de renda média inferior" e estabeleceu como meta a obtenção do status de "país de renda média superior" até 2030.

A economia do país é concentrada na produção e exportação de têxteis e no turismo. Apesar das iniciativas para a modernização da economia, a agricultura continua a empregar dois terços da força de trabalho, e cerca de 75% dos agricultores ainda dependem da agricultura de subsistência. O Camboja permanece como um dos países mais pobres do Sudeste Asiático.

No setor externo, tem papel preponderante nas exportações do país o setor têxtil e de couros. Os principais destinos das exportações do Camboja em 2023 foram: EUA (US\$ 8,9 bilhões ou 38% do total); Vietnã (US\$ 3,0 bilhões ou 13%); China (US\$ 1,5 bilhão ou 6%); Japão (US\$ 1,2 bilhão ou 5%); e Canadá (US\$ 870 milhões ou 4%). As principais origens das importações foram: China (US\$ 10,8 bilhões ou 44%); Vietnã (US\$ 3,6 bilhões ou 15%); Tailândia (US\$ 2,9 bilhões ou 12%); Indonésia (US\$ 995 milhões ou 4%); e Singapura (US\$ 940 milhões ou 4%).

O Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, com especial interesse nas áreas de (i) agricultura e agroindústria; (ii) infraestrutura de transporte e telecomunicação; (iii) energia e eletricidade; (iv) indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação; (v) turismo; (vi) desenvolvimento de recursos humanos; e (vii) mineração. Os maiores investidores no país são China, Coreia do Sul e Malásia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnã (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o general Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser chefe de estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a primeiro-ministro. Renúncia de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país e expulsam o Khmer Vermelho do poder.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o príncipe Norodom Ranariddh como primeiro-ministro, Hun Sen como segundo primeiro-ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.

2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011	Novos choques armados entre o Camboja e a Tailândia, na região do templo Preah Vihear. O Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteiriça próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.
2017	O principal partido da oposição (CNRP) é dissolvido.
2018	Eleições dão maioria ao CPP, que consolida seu poder transformando-se no único partido a ter assento na Assembleia.
2021	O Camboja assume a Presidência rotativa da ASEAN.
2023	Realizadas eleições para a Assembleia Nacional, foram eleitos 120 deputados do CPP e cinco do partido monarquista.
2023	Após 38 anos no poder, Hun Sen transfere a chefia do governo a seu filho, Hun Manet.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1994	Reativação das relações diplomáticas, suspensas em 1966. Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok.
2000	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia.
2006	Apresentação de cartas credenciais do embaixador Edgard Telles Ribeiro ao rei Norodom Sihamoni.
2007	Participação do embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008	Participação do embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2009	Visita de trabalho do embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando se encontrou com o então secretário de Estado Ouch Borith.
2009	Doação brasileira de US\$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana.
2009	Visita do Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando se encontrou com o então secretário-geral, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.
2010	Encontro entre o subsecretário-geral de Assuntos Políticos II, embaixador Roberto Jaguaribe, e o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde.
2010	Apresentação de cartas credenciais do embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao rei Norodom Sihamoni.
2011	Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011	Doação brasileira de US\$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho.
2012	Visita da SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.
2012	SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN.

2013	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.
2017	O Fundo IBAS inicia o projeto “Redução da Pobreza entre Jovens Cambojanos”, com duração até 2019.
2021	Assinado Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Camboja.
2022	Realização da I Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.
2023	Visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a Phnom Penh.
2024	Brasil e Camboja celebram 30 anos de relações diplomáticas.
2024	Realização de missão comercial multissetorial brasileira ao Camboja.
2024	Decreto de abertura da embaixada do Brasil em Phnom Penh.
2024	Visita do secretário de Estado Chum Sounry a Brasília.
2024	Instalação da embaixada do Camboja em Brasília.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do Reino do Camboja para o Estabelecimento de Mecanismo para Consultas Bilaterais	02/03/2012	02/03/2012	21/05/2012
Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Camboja	02/07/2021	Em tramitação no Congresso Nacional	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NO CAMBOJA

Candidata: VIVIAN LOSS SANMARTIN

PERFIL DA CANDIDATA**Embaixadora Vivian Loss Sanmartin**

Nascida em Porto Alegre, em 12 de maio de 1965. Vivian Loss Sanmartin graduou-se em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1990. Possui também graduação incompleta em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ingressou na carreira diplomática em 1994. No Brasil, trabalhou na Divisão de Meio Ambiente (1994-1997), foi Assessora no Departamento de Integração (2006) e Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis (2006-2008). Concluiu, em 2009, o Curso de Altos Estudos (CAE), com a tese “A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região”.

No exterior, serviu na embaixada em Moscou (1997-1999); na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia (1999-2003); na embaixada em Assunção (2003-2006); na embaixada em Buenos Aires (2008-2012); e na embaixada em Viena (2012-2018). Foi embaixadora do Brasil nos Camarões (2018-2022) e na Namíbia (2022-2025).

SITUAÇÃO ATUAL

I – Relações diplomáticas

- A Embaixada do Brasil junto ao Reino do Camboja, residente em Phnom Penh, foi formalmente criada pelo Decreto nº 11.913 de 6 de fevereiro de 2024. A chancelaria cambojana tem reiterado sua disposição de colaborar com os esforços brasileiros para o início das operações da missão diplomática residente em Phnom Penh.
- As relações diplomáticas, suspensas em 1966, foram reativadas em 1994. Não houve, até o momento, intercâmbio de visitas de Chefes de Estado e/ou Governo.
- Em outubro de 2023, o chanceler Mauro Vieira realizou a primeira visita de ministro das Relações Exteriores ao Camboja. Na ocasião, foi recebido pelo primeiro-ministro Hun Manet e pelo chanceler Sok Chenda Sophea.
- Nos últimos anos, observa-se intensificação dos contatos políticos e comerciais. Em 2023, o enviado especial para a ASEAN visitou Phnom Penh. O ministro-adjunto ao primeiro-ministro e secretário de estado permanente, Ouch Borith, visitou o Brasil em duas ocasiões: em dezembro de 2022; e em janeiro de 2023, por ocasião da cerimônia de posse presidencial.
- Em junho de 2024, o secretário de Estado Chum Sounry veio a Brasília à frente de missão interministerial com o objetivo de adquirir o imóvel para a instalação da embaixada cambojana no Brasil. Brasília é a primeira capital na América do Sul, a segunda na América Latina e a terceira no Hemisfério a receber uma embaixada cambojana.
- Brasil e Camboja possuem Mecanismo de Consultas Bilaterais, assinado em 2012, cuja primeira reunião ocorreu em dezembro de 2022, em Brasília.
- Na lista de instrumentos bilaterais assinados, encontram-se o Acordo no Campo da Educação (2011); o Acordo de Isenção Parcial de Vistos (2011); e o Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas (2022).
- A presidência cambojana da ASEAN em 2022 exerceu papel decisivo na aprovação do pleito brasileiro para tornar-se Parceiro de Diálogo Setorial, durante a 55ª Reunião de Chanceleres da Associação. O Camboja mantém-se como país atuante e engajado nas decisões do bloco.
- O Camboja tornou-se um dos 82 países fundadores da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada durante a Cúpula de Líderes do G20, em 18 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.
- A abertura recíproca de embaixadas residentes favorece o aprofundamento do diálogo e cooperação bilateral, alinhando-se à estratégia mais ampla de engajamento do Brasil com o Sudeste Asiático. Pelo papel que desempenha na região e pelo interesse demonstrado no fortalecimento das relações com o Brasil, o Camboja desponta como parceiro promissor para o fortalecimento da presença brasileira no Sudeste Asiático.

III - Relação econômico-comercial

- O comércio bilateral é ainda modesto, mas é crescente e promissor, tendo atingido recordes sucessivos. Em 2024, cresceu 10,6% e atingiu US\$ 125 milhões. As exportações brasileiras sofreram queda para US\$ 26,1 milhões (-29,8%), enquanto as importações elevaram-se a US\$ 98,9 milhões (+30,6%). O déficit brasileiro foi de US\$ 72,8 milhões. O Brasil é tradicionalmente deficitário em suas relações comerciais com o Camboja.

- Os principais produtos exportados pelo Brasil foram madeiras trabalhadas (45%); couro (15%); couros e peles em bruto (13%); carnes de aves (10%); e tabaco (3,7%). As importações brasileiras concentraram-se em artigos de vestuário (53,6%); pneus de borracha (19%); calçados (14%); e malas e pastas (8,3%).
- Em março de 2024, realizou-se missão comercial ao Camboja, a qual contou com representantes dos setores de couros, calçados e artefatos; reciclagem animal; piscicultura; proteína animal; aviação; e rações animais. As empresas e associações brasileiras participaram de palestras, reuniões setoriais e visitas técnicas.
- Durante a missão, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do MAPA reuniu-se com o ministro da Agricultura do Camboja. Diversas empresas cambojanas manifestaram interesse em explorar oportunidades de negócios, com destaque para o setor de alimentos.
- Nos primeiros dois meses de 2025, os fluxos de comércio expandiram-se 28,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com aumento de 40% nas exportações brasileiras e de 26,1% nas importações provenientes do Camboja.

III - Cooperação técnica

- Brasil e Camboja assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2021. O acordo, aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 6 de fevereiro de 2025, aguarda, no momento, análise do Senado Federal.
- O Camboja manifestou interesse em desenvolver com o Brasil iniciativas de cooperação técnica em pecuária (melhoramento genético, alimentação do rebanho e manejo sanitário) e agricultura familiar, onde predomina a necessidade de inclusão social de mulheres. Não há, no momento, projetos em execução com o país.
- Funcionária governamental cambojana participou, a convite do governo brasileiro, de missão técnica de representantes dos países-membros da ASEAN ao Brasil, organizada pela ABC, em 2023. O objetivo da missão foi o de prospectar oportunidades de cooperação que pudessem contribuir para o adensamento da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.
- No que se refere à cooperação militar, uma oficial cambojana participou, em 2024, de Curso de Operações de Paz para Mulheres, realizado no Centro de Treinamento de Operações de Paz da Marinha, no Rio de Janeiro, com as despesas cobertas pela ABC e pelo Ministério da Defesa.
- A título de ajuda humanitária, o governo brasileiro doou ao Camboja, em 2023, 120 mil comprimidos de medicamentos utilizados para o tratamento da tuberculose.

IV – Temas Consulares

- Nos últimos anos, tem-se registrado casos de aliciamento de cidadãos brasileiros para exercício de atividades fraudulentas “online” no Camboja. Na prática, os nacionais, induzidos a assinar cláusula de confidencialidade, têm seus passaportes retidos e são submetidos a longas jornadas de trabalho e privação parcial da liberdade de movimento.
- A resolução desses casos é complexa e dificultada pelo fato de os contatos com as autoridades cambojanas serem feitos, até o momento, a partir de Bangkok. Apesar desses empecilhos, a Embaixada em Bangkok, em coordenação com as autoridades locais, tem auxiliado em casos de repatriação. Desde 2022, foi possível apoiar pelo menos 15 brasileiros que se encontravam nessa situação no Camboja.

- A abertura de embaixada residente do Brasil em Phnom Penh deverá facilitar a prestação de assistência consular a brasileiros naquele país.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em processo final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com o Reino do Camboja, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esse país, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Camboja tanto nos âmbitos intergovernamentais quanto com o setor privado local e a sociedade civil cambojana; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesse país; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais desses países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas no Camboja, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias, bem como mecanismos para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de pesquisa no Brasil e no Camboja;
5. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
6. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
7. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
8. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores de ambos os governos;
9. Buscar o apoio do Camboja a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
10. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira no Camboja, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
11. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, legalização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;

12. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

Promoção do comércio bilateral e de investimentos

- No contexto do estabelecimento de missão diplomática residente em Phnom Penh, criar as condições necessárias para, oportunamente, instituir o Setor de Promoção Comercial (SECOM) do Posto;
- Lançar as bases para estruturar o setor comercial, por meio de visitas a autoridades responsáveis pelo comércio e investimentos, representantes do setor empresarial e elaboração de lista de contatos, principais grupos econômicos e empresas e câmaras de comércio;
- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil ao Camboja com foco na ampliação e diversificação das trocas comerciais bilaterais;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento e parcerias com investidores cambojanos;
- Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral;
- Manter relacionamento com os principais investidores institucionais e com empresas cambojanas eventualmente interessadas em investir no Brasil;
- Receber demandas de empresas cambojanas sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas cambojanas para projetos complementares no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte no Sudeste Asiático;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros no Camboja;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores no Camboja;
- Encorajar exportadores brasileiros a incluam o Camboja em seu roteiro de promoção comercial na Ásia, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para o Camboja;

- Apoiar ações voltadas à crescente diversificação da pauta exportadora do Brasil, inclusive em bens e serviços com maior conteúdo tecnológico e de inovação;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;
- Monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado do Camboja;
- Apoiar ações voltadas à ampliação da participação brasileira no mercado agroalimentar e à superação de eventuais restrições de ordem sanitária e fitossanitária ainda vigentes;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos com os setores privado e público do Camboja;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial, quando efetivamente instalado;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e do Camboja, visando aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para o Camboja.

II - Relações políticas bilaterais com o Camboja

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas de Brasil com o Camboja, cuja primeira reunião ocorreu em novembro de 2022;
- Acompanhar e informar sobre a participação do Camboja em iniciativas que incluam o Brasil;
- Acompanhar a evolução de projetos voltados para a promoção da segurança alimentar no Camboja, ao abrigo da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada por ocasião da cúpula do G20, em 2024;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;

- Realizar gestões para iniciar negociações de instrumentos bilaterais de interesse ou retomar a negociação de propostas de acordo não finalizadas;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras ao Camboja, bem como de autoridades desse país ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Reino do Camboja e outros atores governamentais;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelaria cambojana;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio do Camboja a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico no Camboja, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos à participação do Camboja no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);
- Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômicos e comerciais dos quais o Camboja seja parte;
- Elaborar materiais informativos sobre o Camboja para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria cambojana;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia do Camboja;
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do quadro da Embaixada com autoridades locais;
- Número de visitas de autoridades brasileiras ao Camboja e de autoridades cambojanas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- No contexto do estabelecimento de missão diplomática residente em Phnom Penh, lançar as bases para a criação do setor cultural da embaixada, por meio de levantamento sobre a cena de produção cultural local, de contatos com autoridades e personalidades relevantes do meio cultural cambojano e de criação de mídias sociais do posto;
- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;

- Promover intercâmbio cultural entre o Brasil e o Camboja;
- Divulgar o programa PEC-G e PEC-PG no Camboja, ao amparo do Acordo de Cooperação Educacional entre os dois países;
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural do Camboja;
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

IV – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- No contexto do estabelecimento da missão diplomática residente em Phnom Penh, estabelecer contato e, na medida do possível, efetuar a matrícula consular dos cidadãos brasileiros residentes no país, bem como realizar atendimento e provisão de documentos; e
- Fomentar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto, inclusive sobre o tráfico de pessoas.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira no Camboja;
- Número de reuniões da Embaixada com eventuais associações brasileiras e de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.

RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 19, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino do Camboja.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da *Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Reino do Camboja.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

A diplomata indicada é bacharela em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). No Instituto Rio Branco, frequentou os Cursos de Preparação à Carreira de Diplomata (1993), de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003) e de Altos Estudos (2009), em que apresentou tese com o título “A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região”.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1994. Foi promovida a Segunda-Secretária em 1999; a Primeira-Secretária em 2004; a Conselheira em 2007; a Ministra de Segunda Classe em 2010; e a Ministra de Primeira Classe em 2022, sempre por merecimento.

No Brasil e no exterior, desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Primeira-Secretária na Embaixada em Assunção (2003/06); assessora do Departamento de Integração (2006); Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis (2007/08); Conselheira na Embaixada em Buenos Aires (2008/12); Ministra-Conselheira na Embaixada em Viena (2012/18); Embaixadora em Iaundê, cumulativa com o N'Djamena [Chade (2018/22)]; e Embaixadora em Windhoek (desde 2022).

Em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino do Camboja.

O Camboja é uma ex-colônia francesa que se tornou independente em 1953. Entre 1975 e 1979, o país esteve sob o controle da organização radical de esquerda Khmer Vermelho. Essa organização deslocou milhões de pessoas para o trabalho forçado no campo, perseguiu intelectuais, a elite econômica e a oposição ao regime. Estima-se que dois milhões de cambojanos morreram de fome, de doença ou nos campos de extermínio durante o governo do seu líder, Pol Pot. A passagem do grupo comunista deixou o país aniquilado.

Nos dias de hoje, o Camboja experimenta relativa estabilidade e desenvolvimento. Cuida-se de país eminentemente agrícola, que, nos últimos anos, tem na confecção de roupas sua principal fonte de divisas. Coberto por florestas tropicais, o Camboja possui riquezas culturais da época do antigo Império Khmer, de que é exemplo o sítio arqueológico de Angkor, patrimônio da humanidade.

A população cambojana, composta pela maioria étnica *khmer*, falantes do idioma de mesmo nome, é estimada em 15,9 milhões de habitantes. O budismo, religião oficial do país, é praticado por 97,9% da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) registra o Camboja na posição de número 148 entre 191 países. Entre 1998 e 2019, seu crescimento médio anual foi de 7,7%.

Na esfera internacional, o país tem forte ligação com a China, fornecedora de recursos, doações e investimentos. Já com a Tailândia, as relações guardam momentos de tensão por conta de litígio de fronteira que, embora resolvido pela Corte Internacional de Justiça em favor dos cambojanos, permanece não demarcada. O Camboja ingressou na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1999. Essa organização ocupa posição central na diplomacia do Reino.

No plano bilateral, as relações, que foram suspensas em 1966, foram reativadas em 1994. Em visita ao Camboja no ano de 2023, o chanceler Mauro Vieira anunciou o propósito do governo brasileiro de abrir embaixada residente em Phnom Penh. Até o momento, nossa representação junto ao Reino cambojano é exercida pela Embaixada em Bangkok. Na comemoração dos 30 anos de relações diplomáticas em 2024, o Camboja instalou sua embaixada em Brasília.

A corrente de comércio bilateral é modesta, mas crescente. O fluxo total atingiu US\$ 125 milhões em 2024. O Brasil é tradicionalmente deficitário. Importamos artigos de vestuário (53,6%); pneus de borracha (19%); calçados (14%); e malas e pastas (8,3%). Nossas exportações concentram-se nos seguintes produtos: madeiras trabalhadas (45%); couro (15%); couros e peles em bruto (13%); carnes de aves (10%); e tabaco (3,7%).

O reduzido comércio bilateral, bem como a inexistência de investimentos de parte a parte pode ser explicada tanto pela distância e diferenças culturais e linguísticas, quanto pela complexa burocracia cambojana. Nesse sentido, a abertura da embaixada em Phnom Penh apresenta a perspectiva de superar as dificuldades existentes e favorecer negociações comerciais mais amplas entre os dois países.

No tocante à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 20 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 89, IX e X e do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de grupo de trabalho (GT) com o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil, abrangendo instrumentos de fomento às exportações, negociações internacionais e preparação da infraestrutura logística para exportações e integração sul-americana

O grupo de trabalho será constituído pelos seguintes membros:

1. Nelsinho Trad, Senador, Presidente do GT;
2. Artur Junqueira Lascala, Consultor Legislativo;
3. Túlio Augusto Castelo Branco Leal, Consultor Legislativo;
4. Marcos Kleber Ribeiro Felix, Consultor Legislativo;
5. Diego Muniz Benedetti, Consultor Legislativo;
6. Arthur Eduardo Santos Leone, Consultor Legislativo;
7. Rafael Coutinho Paiva, Consultor Legislativo;
8. Marcos Aurélio Pereira, Secretário CRE;
9. Thaisa Gois Farias de Moura Santos Lima, Assessora Parlamentar;
10. Bruna Maria Alves Macedo, Assessora Parlamentar;
11. Representantes dos gabinetes dos membros da CRE;

O grupo de trabalho será subdividido em três dimensões de avaliação: i) das políticas de fomento à exportação empreendidas pela União, ii) das estratégias de negociações comerciais bilaterais e multilaterais adotadas pelo Brasil, e iii) das infraestruturas logísticas para exportação e integração sul-americana.

O trabalho de avaliação de cada dimensão será coordenado pelos consultores legislativos membros do GT, a quem competirão a condução das reuniões de trabalho, na ausência do Presidente, e a elaboração dos subsídios necessários à apresentação do relatório final. À Secretaria da CRE competirá secretariar os trabalhos do GT.

O GT poderá solicitar dados e informações a especialistas dos setores público e privado, bem como convidá-los para discutir pontos específicos da análise. O rol de especialistas consultados incluirá representantes:

1. Dos ministérios setoriais;
2. Das agências reguladoras e autarquias setoriais;
3. Da academia;
4. Das associações e entidades setoriais;
5. Da sociedade civil.

Ao final dos trabalhos será elaborado um relatório final, que contemplará: a descrição das atividades realizadas e das contribuições recebidas; os dados levantados e sua análise crítica; e as conclusões, na qual constarão sugestões de encaminhamentos e possíveis propostas legislativas. Esse documento será então submetido à apreciação das Senhoras e dos Senhores Senadores desta Comissão.

Como horizonte temporal, o GT deverá encerrar seus trabalhos até o dia 15 de novembro de 2025, prazo que poderá ser prorrogado por não mais que 30 dias, de forma a que a publicação dos seus resultados se faça ainda no corrente ano.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes majorações de tarifas de importação pelo governo dos Estados Unidos da América, aplicadas a praticamente todos seus parceiros comerciais, significam um momento de profunda inflexão nas regras do comércio internacional, com consequências negativas para a globalização e o sistema de comércio internacional que emergiu do pós-Guerra. Nesse sentido, entendemos que o Brasil precisa estar preparado para enfrentar esse momento crítico em suas relações comerciais, de modo a resguardar a competitividade das suas cadeias produtivas e os empregos a elas associadas.

Esse Congresso Nacional não deve ser apenas um mero ratificador de acordos internacionais, mas um interlocutor proativo, assegurando que as estratégias adotadas em negociações comerciais sejam esclarecidas para o Brasil em um cenário internacional cada vez mais protecionista e volátil. Isso inclui uma análise das estratégias adotadas em recentes negociações de acordos comerciais bilaterais e multilaterais, bem como a análise de impacto de políticas protecionistas e como elas têm afetado as exportações nacionais.

O Regimento Interno do Senado Federal define comércio exterior como uma das matérias de competência da CRE (art. 103, II). Cabe a essa comissão, portanto, em cumprimento de sua função institucional, analisar em profundidade a estratégia de comércio exterior que vem sendo empregada pelo Brasil, verificar sua compatibilidade com o novo cenário que vem se formando desde a posse de Donald Trump e propor inovações legislativas em consonância com as necessidades do presente.

Requeremos, portanto, a criação de grupo de trabalho para examinar a estratégia de comércio exterior do Brasil, o qual será presidido por mim, e composto por técnicos do Senado, com convites a outros técnicos, do governo, da academia e da sociedade civil, a depender do tema de cada reunião. Serão, portanto,

reuniões de técnicos com outros técnicos, para levantar subsídios substanciais para avaliar as estratégias e deficiências do País no tocante aos desafios ora enfrentados.

Temas que poderão ser submetidos ao escrutínio do grupo de trabalho serão os programas de incentivo às exportações (ex.: Proex, Acredita Exportação etc.), bem como verificar efeitos positivos e negativos de alterações em alíquotas de importação (ex.: LETEC, Desequilíbrios Comerciais conjunturais, alíquotas sobre alimentos, reciprocidade tarifária etc.).

Pretende-se, igualmente, realizar um levantamento abrangente dos desafios logísticos que se impõem às cadeias exportadoras brasileiras. Existem, também, projetos que ampliam a autonomia brasileira e que precisam ser mais bem estudados, como a integração do Brasil não só com países de “além-mar”, como também com nossos vizinhos do Cone Sul (nos quais estão compreendidas as rotas bioceânicas).

Uma perspectiva organizada e de articulação entre políticas públicas é crucial para que a mudança da ordem global em curso não deixe o Brasil em uma posição vulnerável no cenário econômico internacional, sendo esse o motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, de de .

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Presidente da CRE



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PLANO DE TRABALHO GT CRE 2025

Apresenta plano de trabalho para o grupo de trabalho (GT) criado pelo REQ nº 6, de 2025 – CRE, para realizar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil, abrangendo instrumentos de fomento às exportações, negociações internacionais e preparação da infraestrutura logística para exportações e integração sul-americana.

1. Introdução

O processo de globalização pode ser entendido como um importante indutor de geração de riqueza para as nações, pois permite que elas se integrem a mercados internacionais, que são sempre mais amplos que qualquer mercado doméstico, e aproveitem suas vantagens comparativas e competitivas. Um dos fundadores da ciência econômica moderna, David Ricardo, em “Princípios de Economia e Tributação” (1817), argumentou que a especialização produtiva aumenta a eficiência e a produtividade, permitindo que países concentrem seus esforços produtivos naquilo que produzem relativamente melhor, de modo a gerar ganhos de bem-estar para todos os participantes das trocas em um contexto de abertura comercial. Os modelos teóricos tornaram-se muito mais complexos desde então, mas, de modo geral, entende-se que o resultado básico de Ricardo permanece quase sempre válido.

Assim, quando uma nação pode produzir bens e serviços com maior qualidade e menor custo devido à especialização, sua capacidade de exportação



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

se fortalece, o que amplia sua competitividade global e impulsiona seu crescimento econômico. Dessa forma, a participação nas cadeias globais de valor (CGVs) e a troca de produtos especializados contribuem para o enriquecimento dos países ao otimizar recursos e ampliar oportunidades de negócios.

Esse princípio explica como o comércio internacional beneficia todas as partes envolvidas, pois possibilita a otimização dos fatores produtivos e a maximização da riqueza global. Ao adotar essa estratégia, as nações participantes da globalização podem reduzir custos, expandir mercados e aumentar a prosperidade econômica. Nesse sentido, a interação entre especialização e a compreensão da teoria das vantagens comparativas torna o comércio internacional uma força motriz para o progresso econômico global.

Entretanto, apesar de as vantagens comparativas explicarem os benefícios agregados do comércio para todas as nações, elas são um modelo estático, isto é, uma fotografia da situação do país, que retrata em qual setor ou produto a alocação de fatores de produção enfrenta menores custos de oportunidade. Se considerarmos a dinâmica e o longo prazo, as vantagens comparativas podem se alterar por meio de políticas públicas. Por exemplo, a China que ainda é mais eficiente na produção de bens intensivos em mão de obra, torna-se cada vez mais produtiva em setores intensivos em alta tecnologia. Outro caso, de menor sucesso, é a política de substituição de importações, que visava proteger a indústria nacional para que ela ganhasse escala de produção suficiente para competir no mercado internacional.

Embora a ordem mundial que emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial tenha premiado os países mais interconectados às cadeias globais de valor, que se beneficiaram da liberalização progressiva do comércio mundial a





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

partir das rodadas do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), desde a paralisação da OMC em 2019 e da pandemia da Covid-19 em 2020, o cenário da globalização vem passando por um processo de reconfiguração e até mesmo de retraimento, decorrente da constatação de fragilidades das cadeias globais de suprimentos, especialmente em setores estratégicos como medicamentos, semicondutores e equipamentos médicos. Ou seja, as economias nacionais cada vez mais veem a necessidade de serem autônomas na produção de itens vistos como estratégicos, sejam insumos utilizados em várias cadeias produtivas, sejam bens finais considerados imprescindíveis.

Além disso, muitos países passaram a questionar sua excessiva dependência logística por centros de produção e distribuição (*hubs* logísticos) distantes, localizados particularmente na China e Leste da Ásia, e a repensar suas estratégias de integração econômica. A esse contexto, juntou-se a política tarifária atual dos Estados Unidos, epitomizado pelo chamado “Liberation Day”, no qual o presidente Trump impôs tarifas a boa parte de seus parceiros comerciais, gerando incertezas e mesmo rupturas nos mercados globais.

Esse novo cenário acelerou tendências que já vinham ganhando força desde a pandemia, como são o caso do *near shoring* (realocação da produção para países próximos) e o *friendly shoring* (parcerias produtivas com países politicamente mais alinhados).

Para o Brasil, que ficou à margem das cadeias globais de valor mais sofisticadas nas últimas décadas, essa nova ordem apresenta um paradoxo de oportunidades e desafios simultâneos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Por um lado, esse novo cenário da globalização pode tanto estimular a atração de investimentos e a modernização industrial, especialmente se o país conseguir aproveitar os fluxos oriundos do *near shoring* e do *friendly shoring*. De fato, por se tratar de um momento de reorganização geral do comércio, as vantagens comparativas apontadas por David Ricardo estão em transformação, o que permite ao País se reposicionar no cenário global com menores custos de transação, pois o contexto já é de busca ativa de novos parceiros e novas oportunidades nos grandes mercados consumidores do Atlântico Norte.

Por outro lado, persistem desafios estruturais significativos, como a necessidade de melhorias na infraestrutura, a quantidade relativamente pequena de acordos comerciais do Brasil com os demais países, a necessidade de redução da burocracia e de elevação da competitividade industrial, fatores que demandam reformas coordenadas entre o setor público e privado para transformar essas incertezas em um motor de crescimento sustentável.

Nesse contexto, fica claro, portanto, a importância de o Senado dar uma contribuição para qualificar o debate sobre as grandes questões que afetam o futuro do País, e exercer seu papel fiscalizador do Poder Executivo (CF, art. 49, X), de forma a propor encaminhamentos que possam lidar com os desafios e aproveitar a janela de oportunidade aberta com a crise que a globalização vem enfrentando nesta década.

2. Sistemática dos trabalhos

O primeiro passo dos trabalhos é a realização de uma revisão da literatura acerca do que já foi publicado sobre os temas que estão sendo aqui analisados.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O passo seguinte, a partir dessa revisão, é o levantamento dos principais problemas apontados na literatura, e dos temas e questões norteadores do trabalho.

Em decorrência dessa análise, serão formulados convites para especialistas e representantes da tríade mercado, academia e governo para se reunirem com os membros do GT. Essas reuniões serão gravadas pela equipe do Presidente, e seu registro formal será realizado pela Secretaria da CRE.

Para além do convite presencial a especialistas, outra linha a ser adotada é a da coleta de dados e informações, por meio da expedição de ofícios assinados pelo Presidente, solicitando-as a especialistas e órgãos selecionados.

De posse desse material, os consultores designados, ouvidos os demais membros do GT, sintetizarão e elaborarão a minuta de relatório final, a qual será submetida à consideração e aprovação do Presidente do GT.

Nesse relatório final, para além do diagnóstico da situação atual, e do levantamento de problemas e oportunidades de melhorias, prevê-se a apresentação de minutas de propostas legislativas, mormente projetos de leis e indicações ao Poder Executivo, que possam aperfeiçoar os pontos passíveis de melhoria que serão apontados nesse documento.

3. Principais eixos temáticos a serem abordados

i. Das políticas de fomento à exportação empreendidas pela União

O Brasil, como uma economia emergente de relevância global, tem adotado diversas políticas de fomento à exportação para impulsionar sua





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

integração nas cadeias globais de valor e ampliar sua competitividade internacional. Essas iniciativas se concentram principalmente em três pilares: incentivos financeiros, promoção comercial e desenvolvimento de infraestrutura.

Os programas financeiros do governo têm desempenhado um papel central no suporte às exportações. O Programa de Financiamento às Exportações (Proex), gerido pelo Banco do Brasil, é um dos principais mecanismos de incentivo, oferecendo financiamento de longo prazo e taxas competitivas para empresas brasileiras. Além disso, o BNDES Exim atua como uma alternativa estratégica, viabilizando recursos para a produção de bens destinados ao mercado externo e assegurando a competitividade dos exportadores brasileiros.

No entanto, desafios como a complexidade burocrática e a lentidão na liberação de recursos têm sido frequentemente apontados como barreiras à maior eficácia desses programas. Portanto, reformas que simplifiquem o acesso e reduzam custos transacionais são imperativas para ampliar o alcance desses mecanismos.

Entidades como a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) lideram esforços de promoção comercial, focando na diversificação de mercados e na internacionalização de empresas brasileiras. Por meio de feiras, missões comerciais e parcerias estratégicas, a Apex-Brasil busca expandir a presença de produtos brasileiros em mercados de alta demanda, promovendo especialmente setores de maior valor agregado, como tecnologia, moda e alimentos *gourmet*.

Contudo, o Brasil ainda apresenta uma alta dependência de *commodities* agrícolas e minerais em sua pauta exportadora, o que o torna





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

vulnerável a flutuações nos preços internacionais. Nesse sentido, estratégias para agregar valor aos produtos exportados e diversificar a base produtiva são fundamentais.

Embora as políticas de fomento à exportação do Brasil apresentem avanços importantes, ainda há um longo caminho para que o país alcance uma inserção mais robusta nas CGVs. A burocracia, a falta de acordos comerciais abrangentes e a baixa competitividade industrial são barreiras que exigem uma abordagem coordenada entre o governo e o setor privado.

As tendências globais, como o *near shoring* e o *friendly shoring*, oferecem oportunidades únicas para o Brasil, democrático e localizado próximo à Europa e EUA, para atrair investimentos e reposicionar-se nas cadeias produtivas globais. Para tanto, é essencial alinhar as políticas de fomento à exportação com reformas estruturais mais amplas, incluindo melhorias no ambiente de negócios, na qualificação da mão de obra e na inovação tecnológica.

Esse panorama destaca a necessidade de um esforço estratégico e integrado, que valorize tanto os instrumentos financeiros quanto as iniciativas de promoção comercial e de infraestrutura, para que o Brasil possa se consolidar como um ator relevante no comércio internacional.

ii. Das estratégias de negociações comerciais bilaterais e multilaterais adotadas pelo Brasil

No Brasil de hoje, prevalece, na Constituição Federal de 1988, a prerrogativa de o Executivo de liderar a relação com Estados estrangeiros. Contudo, o Congresso Nacional, além de deliberar sobre tratados, deve manter-se





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

como um interlocutor ativo, garantindo transparência nas estratégias adotadas nas negociações comerciais, especialmente em um cenário global cada vez mais protecionista e instável. Isso implica a necessidade de uma análise criteriosa das estratégias adotadas recentemente em acordos bilaterais e multilaterais, bem como a avaliação dos impactos de políticas protecionistas sobre as exportações brasileiras.

Da mesma forma, a velocidade dos negócios globalizados não pode ser óbice ao aprofundamento da análise e discussão de atos, convênios, acordos e tratados de natureza comercial internacional pelo Congresso Brasileiro.

Cresce no mundo a importância da participação do Parlamento no processo de formulação, negociação e implantação da política exterior das nações, sempre dependentes de fatores políticos e do equilíbrio interno dos poderes. Conforme se pode observar no direito comparado, e tendo em vista, ainda, a manifesta conveniência política de maior participação do Legislativo nas questões internacionais – como reflexo das mudanças verificadas na condução dos negócios dos Estados –, requer a maior dinamização da atuação parlamentar.

O Brasil tem buscado, ao longo das últimas décadas, consolidar-se como um ator relevante no comércio internacional por meio de estratégias de negociações bilaterais e multilaterais. Apesar dos avanços em alguns aspectos, o País ainda enfrenta desafios significativos em relação à amplitude e profundidade dos acordos comerciais firmados, além de um cenário global em transformação.

As negociações bilaterais têm sido um componente central da estratégia brasileira para expandir o acesso a mercados externos. O Brasil, negociando como parte do Mercosul, estabeleceu acordos tarifários com países





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

como Israel, Egito e Índia. Mais recentemente, esforços foram intensificados para firmar acordos com economias estratégicas, como o Reino Unido e Coreia do Sul.

Contudo, os acordos bilaterais existentes apresentam limitações, muitas vezes focados apenas na redução de tarifas de bens, com pouca atenção a questões como serviços, propriedade intelectual, investimentos e *e-commerce*. Isso coloca o Brasil em desvantagem em comparação a outras economias emergentes que têm negociado acordos mais abrangentes.

No âmbito multilateral, o Brasil mantém uma atuação ativa na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde historicamente liderou iniciativas importantes, como a defesa dos interesses de países em desenvolvimento nas negociações agrícolas. No entanto, o enfraquecimento da OMC, marcado pela paralisia do Órgão de Apelação e pela crescente adoção de medidas protecionistas, reduziu a efetividade desse canal.

O país também participa de iniciativas regionais, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), buscando fomentar a integração regional. Apesar desses esforços, a fragmentação e as oscilações políticas e econômicas na América do Sul têm dificultado avanços significativos.

A reorganização das cadeias globais de valor após a pandemia de Covid-19, o tarifaço da administração Trump e a crescente relevância de tendências como *near shoring* e *friendly shoring* criam um cenário desafiador e oportuno para o Brasil. Nesse contexto, alianças com economias geopoliticamente alinhadas, como União Europeia, Japão e Austrália, tornam-se estratégicas para





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

mitigar riscos e atrair investimentos. Por outro lado, também é um momento de busca ativa de novas oportunidades junto a investidores chineses. Assim, o Brasil pode se beneficiar, mitigando eventuais retaliações norte-americanas e mantendo nosso histórico de independência e autonomia na política externa, marcada pelo pragmatismo.

O Acordo Mercosul-União Europeia ilustra esse esforço de nova inserção global, mas enfrenta atrasos significativos em sua ratificação, devido a divergências em temas ambientais e de sustentabilidade. O Brasil precisará alinhar sua agenda doméstica de sustentabilidade com os requisitos internacionais para viabilizar acordos como este.

Embora o Brasil tenha potencial para se tornar um *hub* comercial na América Latina, a falta de um planejamento estratégico unificado e a baixa diversificação de sua pauta exportadora limitam a eficácia de suas negociações comerciais. O foco em *commodities* agrícolas e minerais precisa ser equilibrado com esforços para promover setores de maior valor agregado.

Estratégias futuras devem incluir, dentre outras:

Ampliação do número de acordos bilaterais e regionais, incluindo cláusulas de modernização digital, sustentabilidade e serviços.

Maior proatividade na construção de parcerias com economias emergentes e desenvolvidas.

Investimentos em inteligência comercial para identificar mercados prioritários e antecipar tendências globais.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Em suma, este GT tem por objetivo trazer ao conhecimento público dados e informações concretas acerca da política brasileira de comércio exterior, analisar a eficiência e a efetividade das ações governamentais nesse campo, proporcionar o debate sobre a atuação da União nas negociações e na promoção das exportações, bem como propor aprimoramentos ou inovações nas estratégias comerciais internacionais do país e sugerir, ao fim, as eventuais e necessárias medidas de aperfeiçoamento do marco legal vigente.

O fortalecimento do Brasil como negociador internacional dependerá de sua capacidade de integrar suas estratégias comerciais a uma visão de longo prazo, que contemple tanto a competitividade interna quanto a complexidade do cenário global em rápida mudança.

iii. Das infraestruturas logísticas para exportação e integração sul-americana

A infraestrutura logística é um dos pilares fundamentais para o comércio exterior, sendo determinante na competitividade internacional do Brasil. Contudo, o país enfrenta significativas ineficiências (gargalos) em sua rede de transportes, os quais impactam negativamente no que se convencionou chamar de “Custo Brasil” (ou seja, o agregado dos custos adicionais decorrentes da burocracia e de deficiências de infraestrutura que oneram os produtores locais), o qual reduz a capacidade de aproveitar plenamente dos benefícios do comércio internacional.

Reduzir essas ineficiências se torna ainda mais premente, particularmente no atual contexto da janela de oportunidade aberta pelas tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, a qual oferece ao Brasil a chance





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

de reposicionar-se como um fornecedor ainda mais estratégico de *commodities* e crescer na exportação de produtos industrializados, desde que sejam feitos avanços estruturais e políticos em sua logística.

Um dos elementos principais dessas ineficiências na rede de transportes nacional é o fato de ser amplamente dominada pelo modo rodoviário, que, apesar de sua capilaridade, é ineficiente para o deslocamento de grandes volumes e a longas distâncias. Menos de 35% da movimentação de nossa matriz modal é composta por ferrovias, hidrovias e cabotagem, ao passo que países concorrentes apresentam uma integração logística multimodal mais equilibrada (e de menores custos ao produtor).

Além disso, portos brasileiros enfrentam problemas como alta ociosidade, infraestrutura deficiente e altos custos operacionais. Já o transporte aéreo, que poderia apoiar o comércio de produtos de alto valor agregado, permanece subutilizado devido a limitações operacionais e altas tarifas aeroportuárias.

O conflito comercial entre EUA e China intensificou tendências como o *near shoring* e *friendly shoring*, oferecendo ao Brasil oportunidades para atrair investimentos e integrar-se em cadeias globais de valor mais complexas. No entanto, para capitalizar essas tendências, o país precisa de uma logística eficiente e integrada que conecte os mercados internos a parceiros regionais e globais.

Projetos de infraestrutura voltados para a integração sul-americana, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e as rotas bioceânicas, podem facilitar o acesso do Brasil aos mercados





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

localizados no Pacífico, e até mesmo abrir rotas alternativas capazes de reduzir custos de nossa exportação para atingir os estratégicos mercados asiáticos.

As estratégias para modernizar a infraestrutura logística nacional e alinhar-se às exigências do comércio internacional, envolvem:

Expansão Ferroviária: Avançar na execução de projetos estratégicos de integração, por concessões e principalmente autorizações, que interconectem as vastas distâncias nacionais e as regiões produtoras aos portos de exportação.

Fortalecimento Hidroviário e Portuário: Desenvolver as hidrovias das bacias do Paraná, Paraguai e Amazonas, além de expandir a oferta e modernizar os portos com maior eficiência tecnológica e menor burocracia.

Desenvolvimento de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs): Incentivar a criação de polos industriais próximos a zonas portuárias para agregar valor a produtos antes da exportação.

Integração Regional: Investir em infraestrutura de transporte para fortalecer os fluxos comerciais no Mercosul e facilitar o acesso às cadeias produtivas sul-americanas.

Ademais, a sustentabilidade tornou-se um fator-chave para a aceitação de produtos no mercado global. Investimentos em logística verde, como o transporte ferroviário de baixa emissão e tecnologias limpas nos portos, são essenciais para que o Brasil mantenha sua relevância em cadeias globais cada vez mais voltadas para critérios ESG (ambiental, social e de governança).





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Para isso, é necessário implementar uma governança eficiente dos projetos de infraestrutura, com articulação entre os setores público e privado, facilitar financiamentos internacionais para projetos de infraestrutura de alto impacto, como aqueles oferecidos por BID e Banco Mundial, e promover acordos regionais que priorizem a construção de corredores logísticos integrados.

Com investimentos estruturados e um planejamento logístico eficiente, o Brasil pode não apenas superar seus gargalos, mas também assumir um papel de liderança no comércio internacional, aprofundando nossos laços com os vizinhos latino-americanos, integrando-se mais intensamente a um mercado atlântico, e reduzindo os custos de suas trocas com a Ásia.

4. Cronograma das atividades

Vislumbra-se o seguinte cronograma para as atividades a serem desenvolvidas pelo GT:

Atividade	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Revisão da literatura								
Análise dos dados								
Entrevistas								
Elaboração do Relatório								



3ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2023

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2328765&filename=PDL-323-2023



[Página da matéria](#)



Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente





Of. nº 57/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2023 (Mensagem nº 173, de 2023, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente

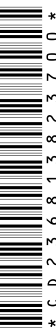


MENSAGEM Nº 173

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Trabalho e Emprego, o anexo texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.

Brasília, 1º de maio de 2023.



EMI nº 00058/2023 MRE MTE

Brasília, 26 de Abril de 2023

Apresentação: 03/05/2023 18:42:00.000 - Mesa

MSC n.173/2023

Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, proposta de ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório.

2. O Protocolo foi aprovado pela Conferência Internacional do Trabalho em 2014, por ampla maioria de votos. Na ocasião, contou com o apoio dos três atores sociais brasileiros – governo, empregadores e trabalhadores. Sua entrada em vigor deu-se em novembro de 2016. Até o momento, 49 países o ratificaram.

3. O Protocolo atualiza e complementa a Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado, de 1930, com vistas a dirimir lacunas em sua implementação. Trata-se de atualização importante, à luz de mudanças havidas no contexto do trabalho forçado contemporâneo.

4. Tomando por base a definição de trabalho forçado constante do artigo 2º da Convenção nº 29, o Protocolo detalha o rol de medidas de prevenção, proteção e compensação a serem aplicadas pelos Estados partes, ao mesmo tempo em que também atribui responsabilidades aos parceiros sociais pelo combate a essa prática.

5. O Protocolo busca avançar em normas programáticas voltadas para a prevenção, a reparação, a reintegração e a proteção de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado ou obrigatório. Insta os Estados e demais atores relevantes a coordenar ações para o enfrentamento dessa mazela, inclusive por meio da criação e do fortalecimento de serviços de inspeção laboral. Seus dispositivos não se restringem, portanto, à aplicação de sanções contra responsáveis por essa prática, mas também abarcam o fortalecimento de outras capacidades institucionais necessárias a identificá-la e preveni-la.

6. O Protocolo inclui medidas específicas de proteção a crianças contra o trabalho forçado, em sintonia com a Convenção nº 182 da OIT sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ações imediatas para a sua eliminação. Integra, transversalmente, a perspectiva de gênero ao tratamento do tema, fazendo referência, sempre que cabível, à maior vulnerabilidade de mulheres e meninas. Dispõe, de forma convergente com a normativa brasileira, que o combate ao trabalho forçado deve também envolver a adoção de medidas para a prevenção e a superação de suas causas profundas, que aumentam os riscos de vitimização. O Protocolo reitera, por fim, que a proibição do trabalho forçado ou obrigatório integra o rol de princípios e direitos fundamentais do trabalho.

7. O Protocolo está alinhado à legislação brasileira, que prevê medidas similares de proteção e reparação a vítimas do trabalho forçado, de sanção aos responsáveis por essa prática e de prevenção de sua ocorrência. Cumpre reconhecer, neste particular, que a legislação brasileira é mais abrangente do que aquela consagrada pela própria OIT, em relação à definição de trabalho forçado.



8. O governo brasileiro tem, com efeito, se empenhado em promover medidas para a prevenção e o enfrentamento do trabalho forçado ou realizado em condições análogas à escravidão, tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito internacional.

9. O tema tem sido objeto de ações de cooperação trilateral e sul-sul promovidas pelo Brasil, em parceria com a OIT. A experiência brasileira ilustra a importância de aplicar abordagem abrangente à prevenção e ao enfrentamento desse fenômeno. A criação, pelo país, em 1995, dos grupos especiais de fiscalização móvel, constituiu um marco desse esforço. Segundo estimativas publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, em 2021, mais de 55 mil trabalhadores foram resgatados e atendidos pelos grupos especiais, ao longo de 26 anos de atuação.

10. O lançamento, em 2003, do 1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e da “lista suja do trabalho escravo” foi outro passo importante desse processo.

11. Alterações legislativas que tipificaram, em 2003, o trabalho em condições análogas à escravidão, e que emendaram, em 2014, a Constituição Federal, marcaram avanços nessa trajetória.

12. Ao longo de mais de duas décadas, o Brasil tem constituído um sistema de garantia de direitos, dedicado a prevenir e a enfrentar o trabalho forçado ou realizado em condições análogas à escravidão.

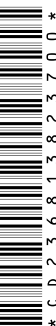
13. A ratificação do Protocolo terá como principal efeito consolidar a posição de referência do Brasil no combate ao trabalho forçado, servindo de estímulo aos demais Estados-membros da OIT para que envidem maiores esforços na direção da supressão efetiva e sustentada do trabalho forçado. Reforçará, ademais, o empenho do país em alcançar o cumprimento da meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelece o compromisso com a erradicação da escravidão moderna até 2030, conforme segue:

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas. (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>).

14. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo texto do Protocolo à Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira, Luiz Marinho



P029 – Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930.

Preâmbulo

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho e reunida nessa cidade em 28 de maio de 2014, na sua 103ª reunião;

Reconhecendo que a proibição do uso de trabalho forçado ou obrigatório faz parte dos direitos fundamentais, e que o trabalho forçado ou obrigatório constitui uma violação dos direitos humanos, viola a dignidade de milhões de mulheres, homens, meninas e meninos, contribui para perpetuar a pobreza e é um obstáculo para a conquista do trabalho decente para todos;

Reconhecendo o papel fundamental desempenhado pela Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930 (nº 29), doravante denominada "Convenção", e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957 (nº 105), no combate a todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, mas que lacunas em sua aplicação exigem a adoção de medidas adicionais;

Recordando que a definição de trabalho forçado ou obrigatório prevista no Artigo 2º da Convenção abrange o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas e manifestações e se aplica a todos os seres humanos, sem distinção;

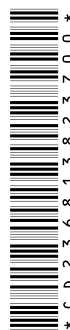
Sublinhando a urgência de eliminar o trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas e manifestações;

Recordando que os Membros que ratificaram a Convenção têm a obrigação de criminalizar o trabalho forçado ou obrigatório e de assegurar que as sanções impostas por lei sejam realmente efetivas e estritamente aplicadas;

Tomando nota de que o período de transição previsto na Convenção expirou e que as disposições do Artigo 1º, parágrafos 2 e 3, e os Artigos 3º a 24 não são mais aplicáveis;

Reconhecendo que o contexto e as formas de trabalho forçado ou obrigatório mudaram e que o tráfico de pessoas para fins de trabalho forçado ou obrigatório, que pode abarcar a exploração sexual, suscita preocupação internacional crescente e que sua eliminação efetiva requer ações urgentes;

Observando que um número crescente de trabalhadores se encontra em situação de trabalho forçado ou obrigatório na economia privada, que certos setores da economia são particularmente vulneráveis e que certos grupos de trabalhadores correm maior risco de serem submetidos a trabalho forçado ou obrigatório, especialmente migrantes;



Observando que a supressão efetiva e sustentada do trabalho forçado ou obrigatório contribui para assegurar uma concorrência justa entre empregadores, bem como a proteção dos trabalhadores;

Recordando as normas trabalhistas internacionais relevantes, em particular a Convenção sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Associação, 1948 (nº 87), a Convenção sobre o Direito de Associação e de Negociação Coletiva, 1949 (nº 98), a Convenção sobre Igualdade de Remuneração, 1951 (Nº 100), a Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Ocupação), 1958 (Nº 111), a Convenção sobre a Idade Mínima, 1973 (Nº 138), a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (Nº 182), a Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes (Revisada), 1949 (Nº 97), a Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes (Disposições Suplementares), 1975 (Nº 143), a Convenção sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, 2011 (Nº 189), a Convenção sobre as Agências Privadas de Emprego, 1997 (Nº 181), a Convenção sobre a Inspeção do Trabalho, 1947 (n.º 81), a Convenção sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969 (n.º 129), bem como a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) e a Declaração da OIT sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa (2008);

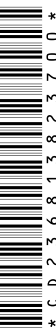
Tomando nota de outros instrumentos internacionais relevantes, em particular a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção sobre a Escravidão (1926), a Convenção Complementar sobre a Abolição da Escravidão, o Tráfico de Escravos e as Instituições e Práticas Similares à Escravidão (1956), a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000), o Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (2000), o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar (2000), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (1990), a Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006);

Tendo decidido adotar diversas propostas para sanar as lacunas na aplicação da Convenção e reafirmado que medidas de prevenção e de proteção e recursos jurídicos e de reparação, como a indenização e a reabilitação, são necessário para alcançar a repressão efetiva e sustentada do trabalho forçado ou obrigatório, de acordo com o quarto item da ordem do dia da reunião, e

Tendo decidido que essas propostas devem assumir a forma de um protocolo à Convenção,

adota, neste dia onze de junho de dois mil e catorze, o seguinte Protocolo, que poderá ser citado como o Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930.

Artigo 1



1. Ao dar cumprimento a suas obrigações, nos termos da Convenção para abolir o trabalho forçado ou obrigatório, todo Membro deverá tomar medidas eficazes para prevenir e eliminar o seu uso, proporcionar às vítimas proteção acesso a recursos jurídicos e de reparação apropriados e eficazes, como indenização, e sancionar os autores de trabalho forçado ou obrigatório.

2. Todo Membro deverá formular, em consulta com organizações de empregadores e trabalhadores, uma política e um plano de ação nacionais com fim de alcançar a supressão efetiva e sustentada do trabalho forçado ou compulsório, que preveja a adoção de medidas sistemáticas por parte das autoridades competentes e, quando apropriado, em coordenação com organizações de empregadores e de trabalhadores, assim como com outros grupos interessados.

3. Reafirma-se a definição de trabalho forçado ou obrigatório contida na Convenção e, conseqüentemente, as medidas mencionadas neste Protocolo deverão incluir atividades específicas contra o tráfico de pessoas para fins de trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 2

As medidas a serem adotadas para prevenir o trabalho forçado ou obrigatório deverão incluir:

a) educação e informação destinadas, em especial, a pessoas consideradas particularmente vulneráveis, a fim de evitar que sejam vítimas de trabalho forçado ou obrigatório;

(b) educação e informação destinadas aos empregadores, a fim de evitar que se envolvam em práticas de trabalho forçado ou obrigatório;

(c) esforços para garantir que:

(i) o âmbito e o controle da aplicação da legislação relativa à prevenção do trabalho forçado ou obrigatório, incluindo a legislação trabalhista, quando aplicável, abranjam todos os trabalhadores e todos os setores da economia, e

(ii) os serviços de inspeção do trabalho e demais serviços responsáveis pela aplicação desta legislação sejam fortalecidos;

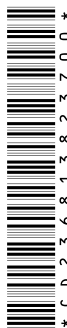
(d) a proteção de pessoas, em particular dos trabalhadores migrantes, contra possíveis práticas abusivas e fraudulentas no processo de **recrutamento e colocação**;

(e) apoio aos setores público e privado para que atuem com a devida diligência, a fim de prevenir o trabalho forçado ou obrigatório e responder aos riscos que ele acarreta; e

(f) ações para abordar as causas profundas e os fatores que aumentam o risco de trabalho forçado ou compulsório.

Artigo 3

Todo membro tomará medidas efetivas para identificar, libertar e proteger todas as vítimas de trabalho forçado ou obrigatório e permitir sua recuperação



e reabilitação, bem como para prestar-lhes outras formas de assistência apoio.

Artigo 4

1. Todo Membro deverá assegurar que todas as vítimas de trabalho forçado ou obrigatório, independentemente de sua situação jurídica ou de se encontrarem ou não no território nacional, tenham acesso efetivo a remédios jurídicos reparatórios apropriados e eficazes, como a indenização.
2. Todo Membro deverá adotar, de acordo com os princípios fundamentais de seu sistema jurídico, as medidas necessárias para assegurar que as autoridades competentes possam decidir não processar ou impor sanções a vítimas de trabalho forçado ou obrigatório por sua participação em atividades ilegais que tenham sido forçadas a cometer como consequência direta de terem sido submetidas a trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 5

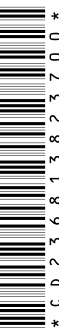
Os Membros devem cooperar entre si para garantir a prevenção e eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 6

As medidas tomadas para aplicar as disposições deste Protocolo e da Convenção serão determinadas pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Artigo 7

São suprimidas as disposições transitórias do artigo 1.º, parágrafos nº 2 e 3, e dos artigos 3º a 24 da Convenção.



Artigo 8

1. Um Membro poderá ratificar o presente Protocolo ao mesmo tempo em que ratifica a Convenção, ou em qualquer momento após a ratificação desta, mediante comunicação formal, para registro, ao Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho.
2. O Protocolo entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois Membros sejam registradas pelo Diretor-Geral. A partir desse momento, este Protocolo entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após a data de registro de sua ratificação. Após esse período, a Convenção será obrigatória para o Membro em questão, com a adição dos Artigos 1º a 7º deste Protocolo.

Artigo 9

- Todo Membro que tiver ratificado este Protocolo poderá denunciá-lo a qualquer momento que a Convenção esteja passível de denúncia, de acordo com seu Artigo 30, por meio de um ato comunicado ao Diretor Geral da Escritório Internacional do Trabalho, para o seu registro.
2. A denúncia da Convenção, de acordo com seus artigos 30 ou 32, implicará, de pleno direito, a denúncia deste Protocolo.
 3. Qualquer denúncia deste Protocolo, feita de acordo com os parágrafos 1 ou 2 deste artigo, não produzirá efeito até um ano após a data em que tiver sido registrada.

Artigo 10

1. O Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.
2. Ao notificar os Membros da Organização do registro da segunda ratificação, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que este Protocolo entrará em vigor.

Artigo 11

O Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre todas as ratificações, declarações e denúncias que ele tiver registrado.

Artigo 12

As versões em inglês e francês do texto deste Protocolo são igualmente autênticas.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- art49_cpt_inc1



SENADO FEDERAL
Senador Jaques Wagner

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2023, que *aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.*

Referido ato internacional foi submetido pelo Senhor Presidente da República ao crivo congressional por meio da Mensagem nº 173, de 1º de maio de 2023.

Da esclarecedora e bem apresentada exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Trabalho e Emprego, é ressaltado que o Protocolo busca avançar em normas programáticas voltadas para a prevenção, a reparação, a reintegração e a proteção de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado ou obrigatório.

O texto consigna, ainda, que o ato internacional em causa insta os

Estados e demais atores relevantes a coordenar ações para o enfrentamento do tema objeto da Convenção nº 29, inclusive por meio da criação e do fortalecimento de serviços de inspeção.

O documento interministerial destaca, também, que o Protocolo em questão inclui medidas específicas de proteção a crianças e, de modo transversal, integra a perspectiva de gênero no enfrentamento do assunto. Ademais, o ato em causa está alinhado com nossa legislação, que adota perspectiva ainda mais abrangente no tocante à definição de trabalho forçado do que aquela utilizada pela OIT.

A exposição de motivos aponta, por igual, que a vinculação ao Protocolo há de consolidar a posição de referência do Brasil no combate ao trabalho forçado. Esse contexto, adianta, servirá de estímulo aos demais Estados-membros da OIT para que envidem maiores esforços na direção da supressão efetiva e sustentada do trabalho forçado.

Os considerandos do tratado, entre outras coisas, reconhecem que a proibição ao uso de trabalho forçado e obrigatório faz parte dos direitos fundamentais; recordam que a definição de trabalho forçado ou obrigatório — prevista no Artigo 2 da Convenção OIT nº 29 — abrange todas as suas formas e manifestações e se aplica, sem distinção, a todos os seres humanos; sublinham a urgência em eliminar essa forma de trabalho; lembram da obrigação que têm os Estados vinculados à referida Convenção de criminalizar a prática e de assegurar que as sanções impostas por lei sejam efetivas e rigorosamente aplicadas; constataam que o contexto e as formas de trabalho forçado ou obrigatório mudaram e que o tráfico de pessoas para fins de trabalho forçado ou obrigatório, que pode abarcar a exploração sexual, suscitam preocupação internacional crescente e que sua eliminação efetiva requer ações urgentes; recordam, por igual, convenções da OIT aplicáveis à hipótese, bem como instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos.

Essas as circunstâncias, continua o preâmbulo do Protocolo, a Conferência Geral da OIT adotou o ato internacional em causa com propostas para sanar as lacunas na aplicação da mencionada Convenção e reafirmar que medidas de prevenção e de proteção, bem como recursos jurídicos e de reparação, como indenização e reabilitação, são necessários para alcançar a repressão efetiva e sustentada do trabalho forçado ou obrigatório.

O discurso preambular registra, de resto, que o Protocolo foi adotado em 11 de junho de 2014.

A parte dispositiva, por sua vez, é composta por 12 artigos.

Nos termos de seu Artigo 1, todo membro deverá tomar medidas eficazes para prevenir e eliminar o uso do trabalho forçado ou obrigatório, proporcionar acesso a recursos jurídicos e de reparação apropriados e eficazes, como também sancionar os autores da prática. O mesmo dispositivo fixa que todo membro deverá formular política e plano de ação nacionais, em consulta com organizações de empregadores e trabalhadores, a fim de alcançar a supressão do trabalho forçado ou compulsório.

O Artigo 2 indica rol de medidas a serem adotadas para prevenir o trabalho forçado ou obrigatório. Na sequência, o Artigo 3 estabelece que todo membro tomará providências efetivas para identificar, libertar e proteger as vítimas de trabalho forçado ou obrigatório e permitir sua recuperação e reabilitação.

O Artigo 4, por sua vez, estabelece que todo membro deverá assegurar às vítimas dessa forma de trabalho acesso efetivo aos meios jurídicos e reparatorios apropriados e eficazes. Adiante, o Artigo 5 fixa o dever de os membros cooperarem entre si para assegurar a prevenção e eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

O texto convencional dispõe, ainda, que as medidas adotadas para aplicar tanto a Convenção quanto o Protocolo serão determinadas pela legislação doméstica, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas (Artigo 6). O preceito seguinte implementa a supressão das disposições transitórias que indica da Convenção nº 29.

Os dispositivos restantes se ocupam respectivamente da ratificação e de seus efeitos (Artigo 8); da possibilidade de denúncia, nos termos em que especifica (Artigo 9); das notificações do Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho, bem como da comunicação da data de entrada em vigor do Protocolo (Artigo 10); do registro do tratado junto à Organização das Nações Unidas (Artigo 11); e da autenticidade de ambas as versões em inglês e francês (Artigo 12).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa. Na sequência, foi distribuída à esta Comissão, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Destacamos, de início, que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Observamos, ainda, que não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

No mérito, a temática da Convenção reveste-se de extrema relevância para o campo do direito do trabalho, de maneira destacada na esfera do tema objeto do Protocolo. Como acentuado nos considerandos, os negociadores almejam atualizar e complementar a importante Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado. Esse exercício é necessário e benfazejo, tendo em vista que o texto convencional é de 1930.

Assim sendo, o texto do Protocolo contou com o endosso dos três atores sociais brasileiros presentes nos trabalhos da OIT. Governo, empregadores e trabalhadores, reconhecendo as mudanças havidas no contexto do trabalho forçado dos dias de hoje, apoiaram incondicionalmente a iniciativa, bem como a redação final do tratado em apreço.

Em relação ao assunto, conforta constatar que nosso ordenamento jurídico é mais abrangente no tocante à definição de trabalho forçado do que aquele consagrado pela OIT. Ademais, o governo do Presidente Lula tem se empenhado em promover medidas destinadas à prevenção e ao enfrentamento do trabalho forçado ou realizado em condições análogas à escravidão, tanto na esfera doméstica, quanto na internacional.

Nesse sentido, importa recordar que a criação, em 1995, de grupos especiais de fiscalização móvel constituiu relevante marco do esforço referido. Vale lembrar, ainda, o lançamento da chamada “lista suja do trabalho escravo”, que ocorreu no âmbito do 1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), de 2003. Rememoro, por fim, as alterações legislativas que tipificaram o trabalho em condições análogas à escravidão, bem como a Emenda Constitucional nº 81, de 2014, que deu nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

Dito isso e sem embargo de o Brasil de hoje ser exemplo global para o enfrentamento do assunto em causa, temos que continuar avançando. Segue muito por fazer e, dessa maneira, o Protocolo é mais um avanço na extinção dessa verdadeira chaga, que segue existindo em pleno século XXI.

O ato internacional oferece, pois, marco legislativo seguro para todos os países que venham a se vincular ao texto, o que já foi feito, até o presente momento, por 61 Estados.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente
SENADOR NELSINHO TRAD
PSD/MS

, Relator
SENADOR
WAGNER
PT/BA

JAQUES